

Telma Leonardo

A visão dos profissionais da área social face à
homoparentalidade



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2017

Telma Leonardo

A visão dos profissionais da área social face à homoparentalidade

Mestrado em Educação Social

Trabalho realizado sob a orientação de:

Prof. Doutora Leonor Borges



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2017

A visão dos profissionais da área social face à homoparentalidade

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho. Que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Telma Leonardo

Copyright: Telma Leonardo

A Universidade reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

AGRADECIMENTOS

O primeiro reconhecimento é para os meus pais, pelo seu exemplo de força, humildade, amor e confiança que me transmitem. São estes pequenos gestos diários que contribuem para a pessoa que sou.

Dedico um agradecimento mais carinhoso e caloroso ao Pedro Calado, meu companheiro, amigo e confidente que me incentivou, apoiou e acompanhou neste e em todos os desafios aos quais me predisponho.

A todos os professores e colegas que enriqueceram e permitiram uma construção mais sólida do trajeto a percorrer.

Um agradecimento especial à minha orientadora de dissertação Professora Doutora Leonor Borges pela sua disponibilidade, cordialidade, rigor e profissionalismo. A sua grandeza humana e profissional foi essencial para me iluminar e nortear nesta etapa da vida.

A todos os profissionais que disponibilizaram do seu tempo para enriquecer este projeto, pois sem eles este percurso não era possível.

A todos os amigos, conhecidos e amigos dos amigos que contribuíram com a divulgação do tema e participação no inquérito por questionário.

À minha colega Goreti Cabrita e vereadora Gracinda Rendeiro pelo incentivo de continuar a esforçar-me na conquista dos meus objetivos e pela compreensão de acompanharem a verbalização dos meus pensamentos sobre o estudo os quais me absorveram durante um grande período de tempo.

A todos um sincero obrigado!

RESUMO

A família remete-nos para os primórdios da existência humana. É um conceito em constante mutação, fruto de dinâmicas histórica, política, económica, social e cultural. A conjuntura contemporânea assiste a uma reformulação de valores e prioridades e cede lugar a uma diversidade de configurações familiares. A família homoparental surge como reflexo desse contexto e é legalmente legitimada com a lei nº2/2016 em Portugal.

Este estudo pretende conhecer a visão dos profissionais da área social sobre a homoparentalidade, ou seja, o objetivo é conhecer as representações sociais dos profissionais que integram a rede social. Partindo do objetivo definido, o estudo assentou numa metodologia mista, numa abordagem qualitativa e quantitativa. Participaram 156 profissionais da área social no inquérito por questionário e 4 na entrevista semiestruturada, uma educadora de infância, uma educadora social, uma psicóloga e uma assistente social. As técnicas de recolha de informação permitiram que os participantes se pronunciassem relativamente ao conceito de família, à homoparentalidade, à adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo, à formação académica e à sua experiência profissional com famílias homoparentais.

A síntese dos dados obtidos constata que a maioria dos participantes reconhece a diversidade familiar, manifesta uma opinião positiva quanto à homoparentalidade e à adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo. No entanto, também é verificável alguma contradição e incertezas quanto ao tema. A maioria dos profissionais identifica a existência de preconceito por parte da sociedade, relativamente à homoparentalidade, e reconhece ser um tema sensível de ser abordado. Foi manifestado que a diversidade de famílias foi um tema pouco presente na sua formação e existe a necessidade de haver uma maior abordagem e sensibilização sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Família, parentalidade, homoparentalidade, representações sociais.

ABSTRACT

The concept of family reminds us to the beginnings of human existence. It is a constantly changing concept, the result of historical, political, economic, social and cultural dynamics. The contemporary conjuncture takes us to a reformulation of values and priorities and gives way to a diversity of family configurations. The homoparental family emerges as a reflection of this context and was put into law by the decree n° 2/2016.

This study intends to acknowledge the vision of the social areas professionals on homoparentality, that is, its objective is to know the social representations of the professionals that integrate the social network in contact with this family typology. Based on this defined objective, the study was based on a mixed methodology, on a qualitative and quantitative approach. A total of 156 professionals, from the social area, participated in the questionnaire survey, and 4 in the semi-structured interview, a kindergarten teacher, a social educator, a psychologist and a social worker. The information gathering techniques allowed participants to express their views on the concept of family, the adoption of children by same-sex couples, homoparentality, academic training and their professional experience with homoparental families.

The synthesis of the data shows that most of the participants recognize family diversity and express a positive opinion regarding the adoption of children by same-sex couples and homoparentality. However, is also visible some contradiction and uncertainty about it. Most professionals identify the existence of prejudice on the part of society, regarding homoparentality, and that this is a sensitive issue to be addressed. It was pointed out that the diversity of families was a subject little present in their formation and there is a need for a greater approach and awareness on the theme.

KEY WORDS: Family, parenting, homoparentality, social representations.

A visão dos profissionais da área social face à homoparentalidade

“Primeiro cresci no coração...”

Amorim e Rosa (2013:1)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. A Família	4
1.1. A evolução do conceito de família	4
1.2. Relação família – sociedade	10
1.3. Novas configurações da família na sociedade ocidental contemporânea	11
1.4. A Representação Social da Família	17
1.5. As famílias portuguesas no contexto europeu	19
2. A Família e a Parentalidade	26
2.1. A Parentalidade	26
2.2. A Homoparentalidade	28
3. A Família e a Lei	31
3.1. A família homossexual e a lei no contexto internacional	32
3.2. A família homossexual e a lei no contexto nacional	34
4. Visão dos Profissionais da área social sobre famílias homoparentais	36
5. O Educador Social: Promoção da inclusão social	39
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	43
1. Problema de Investigação	43
1.1. Questão de pesquisa	44
1.2. Objetivos	44
2. Metodologia da Investigação	45
2.1. Técnicas de recolha de dados	46
2.2. Análise dos dados	48
2.3. Participantes	50
CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	52
1. Análise e discussão dos dados	52
1.1. Caracterização dos participantes	52
1.2. Família	58

1.3. A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo	69
1.4. Homoparentalidade	74
1.5. Formação académica e experiência profissional	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICES	118
Apêndice A: Inquérito por questionário – homoparentalidade	119
Apêndice B: Lista de instituições com intervenção social no algarve	123
Apêndice C: Guião da entrevista semiestruturada	134
Apêndice D: Transcrição da entrevista semiestruturada – P1	136
Apêndice E: Transcrição da entrevista semiestruturada – P2	139
Apêndice F: Transcrição da entrevista semiestruturada – P3	143
Apêndice G: Transcrição da entrevista semiestruturada – P4	150
Apêndice H: Análise de conteúdo – grelha de categorização das entrevistas semiestruturadas	153

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos Participantes	53
Gráfico 2 – Idade dos participantes	53
Gráfico 3 – Estado Civil dos participantes	54
Gráfico 4 – Religião dos participantes	54
Gráfico 5 – Área de formação dos participantes	55
Gráfico 6 – Entidade de atuação	55
Gráfico 7 – Área de atuação	56
Gráfico 8 – Função desempenhada pelos participantes	56
Gráfico 9 – A família é um laço sanguíneo	59
Gráfico 10 – Uma família pode ser composta por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem coabitação	60
Gráfico 11 – A família natural é composta por um pai e uma mãe	61
Gráfico 12 – A orientação sexual é um fator determinante no processo de adoção de crianças	65
Gráfico 13 – A família homoparental causa estranheza	68
Gráfico 14 – Uma criança proveniente de família homoparental é tão aceita socialmente quanto uma criança de outro tipo de família	70
Gráfico 15 – As crianças adotadas por casais homossexuais serão vítimas de discriminação e preconceito social	71
Gráfico 16 – A homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Categorização da análise de Conteúdo das entrevistas semiestruturadas	50
Tabela 2 – Caracterização dos participantes das entrevistas semiestruturadas	57
Tabela 3 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema: Família	58
Tabela 4 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema: A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo	70
Tabela 5 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema: Homoparentalidade	74
Tabela 6 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema: Formação académica e experiência profissional	89

INTRODUÇÃO

A família tem vindo a ocupar um lugar central em todos os setores da sociedade. Essa centralidade é fruto de um processo histórico e cultural de significações sobre o seu conceito.

Ao longo dos tempos a família tem-se transformado, redimensionado, reconstruído e reinventado, contribuindo assim para uma realidade de pluralidade familiar. Neste contexto, a conceção de família vem abrangendo uma visão mais hodierna, fomentada na dimensão emocional, no bem-estar pessoal e na auto-realização dentro da sua própria estrutura. É segundo esta conjuntura que as famílias homossexuais ganham relevo. Com esta forma de família surgem novos valores, novos códigos, novas formas de pensar e agir, e levantam-se questões de complexidade perante as suas especificidades.

Perante um panorama internacional, o reconhecimento e a defesa legislativa desta forma familiar já conta com um leque diversificado de países. Nacionalmente e, com algumas resistências, a Lei 2/2016, publicada a 29 de fevereiro no Diário da República, vem eliminar as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares e determinar o fim da proibição legal ao acesso da adoção. Deste modo, a parentalidade torna-se uma possibilidade legal para qualquer pessoa, independentemente da sua orientação sexual.

Para além da legitimação legal, a homoparentalidade pode surgir de uma relação existente anteriormente à afirmação da homossexualidade, de acordos com amigos ou conhecidos que funcionam através da co-parentalidade, e de métodos de reprodução, tais como a inseminação artificial e as barrigas de aluguer (Xavier, Alberto e Mendes, 2015).

O debate da homoparentalidade problematiza a relação entre competência parental e orientação sexual e a sua interferência em todas as vertentes sociais, educativas, morais e éticas, que envolvem o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança.

A escolha do tema deste estudo prendeu-se com aspetos profissionais e pessoais. Profissionalmente, exerci funções como Educadora de Infância durante dez anos e o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança é algo que me orienta e motiva. Em termos pessoais, a proximidade com amigos que têm opções sexuais diferentes do padrão estabelecido pela sociedade, e o fato de os entender como seres únicos, e ao

mesmo tempo comuns a todas as pessoas, com todas as potencialidades de acertar e errar como todo o ser humano, levou-me a olhar para a temática para além da sua superficialidade.

Apesar de haver uma maior abertura para a discussão da homoparentalidade, ainda persistem na sociedade representações que fomentam o preconceito e a discriminação. É ainda comum em momentos de convívio social, as conversas afastarem-se do que é “politicamente correto” e surgirem comentários depreciativos em relação à orientação sexual de quem foge à norma implantada na sociedade. O pensamento, e por sua vez, a tomada de posição dos outros perante esta forma de escolher as relações afetivas, podem implicar, do mesmo modo, um comportamento similar no que respeita à parentalidade.

Considerando as representações sociais como instrumento para identificação de uma realidade social e como termómetro para a avaliação dos nossos comportamentos e dos que nos rodeiam, este estudo pretende conhecer a visão dos profissionais com intervenção na área social relativamente à homoparentalidade.

As famílias homoparentais estão inseridas e reguladas pelo meio social e vão estar em contacto com atores que estabelecem relação profissional com as mesmas e que têm capacidade influenciadora na parentalidade. A rede social das famílias pode ser composta por um leque diversificado de profissionais, tais como: educadores, professores, educadores sociais, assistentes sociais e psicólogos, entre outros. Estes atores desenvolvem um elo de ligação da família com a sociedade e têm a capacidade de influenciar na inclusão ou exclusão desta tipologia familiar (Mioto, 2004). É neste contexto que se torna pertinente conhecer as representações sociais que os profissionais da área social têm face à homoparentalidade.

O presente estudo está organizado segundo três capítulos: o enquadramento teórico, o procedimento metodológico e a análise e discussão dos dados. O primeiro capítulo reflete uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e incide sobre cinco grandes pilares. Os pilares abordados são: a família, a família e a parentalidade, a família e a lei, as perceções dos profissionais da área social sobre as famílias homoparentais e o educador social enquanto promotor da aceitação e inclusão social. O ponto família aborda a evolução do conceito de família, a sua relação e importância na sociedade, as representações sociais da família e, por sua vez, as famílias portuguesas no contexto europeu em termos demográficos. Relativamente ao ponto da família e a parentalidade

houve a intenção de conceituar a parentalidade e a homoparentalidade. Para contextualizar a família e a lei, é apresentada a evolução das políticas da família em Portugal, o quadro da família homossexual e a lei no contexto internacional, e a família homossexual e a lei no contexto nacional. O presente capítulo termina com a abordagem dos estudos existentes sobre as perceções dos profissionais com intervenção na área social face à homoparentalidade e com o potencial do educador social enquanto promotor social.

O segundo capítulo mapeia a metodologia utilizada neste estudo e foi dividido em dois pontos: o problema de investigação e a metodologia de investigação. No ponto do problema de investigação, foi situada a pertinência da investigação, tendo como referência o enquadramento teórico e como foi formulada a questão de pesquisa e os seus objetivos. O ponto seguinte faz menção à estratégia utilizada na investigação empírica, ou seja, é abordada a metodologia que orientou o estudo, as técnicas de recolha de dados, as técnicas de análise dos dados recolhidos e os participantes.

O último capítulo destina-se à análise e discussão dos dados recolhidos através das estratégias anteriormente referidas. Os resultados são apresentados de acordo com cada técnica de recolha de dados e cumprem uma organização temática.

Com o intuito de recolher dados que permitissem conhecer as representações sociais dos profissionais que têm ou poderão vir a ter contacto com as famílias homoparentais, os paradigmas interpretativo e descritivo apresentaram as características privilegiadas para esse fim. Deste modo, o presente estudo assentou numa metodologia mista, numa abordagem qualitativa e quantitativa, e para corresponder ao seu propósito recorreu-se ao inquérito por questionário e à entrevista semiestruturada como técnicas de recolha de dados. Para tratamento dos dados recolhidos do inquérito por questionário foi utilizado o *software* SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e para a entrevista semi-estruturada, recorreu-se à análise de conteúdo.

Finalmente, a investigação é encerrada com as considerações finais que espelham a reflexão da temática abordada. Foi intenção conjugar a bibliografia dos diferentes autores e a informação das participantes neste estudo e, principalmente, criar um espaço de discussão sobre a homoparentalidade na realidade social atual. A visão destas profissionais é de extrema importância para uma intervenção futura sobre tema.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A Família

1.1. A evolução do conceito de família

Quando se fala do conceito de família, todos reconhecemos a sua importância e temos uma noção intuitiva do mesmo. “Tão clara parece a palavra, tão próxima da experiência quotidiana a realidade que ela encobre, que o que se diz sobre a família não deveria constituir mistério.” (Lévi-Strauss, 1986, p. 69)

Esta noção próxima do conceito provém da nossa experiência pessoal, ou seja, da referência que temos das nossas origens familiares, pelo que partimos do pressuposto que todo o indivíduo é fruto de uma família. Segundo Alarcão (2000) pensar em família é associar ao ciclo normal de vida, aos lugares onde nascemos, crescemos e morremos.

Porém, explicar ou definir o conceito torna-se uma tarefa mais complexa e suscetível de entendimentos diversos. De acordo com Saraceno e Naldini (2003) o termo família vai além de uma descrição terminológica. Este conceito implica uma forte complexidade de relações e dimensões nesse espaço e uma grande variabilidade ao nível histórico e cultural. Covas (2006) conceitua a família enquanto conjunto de subsistemas sociais muito específicos, em que cada um deles predomina uma estrutura única de relações, sendo que a sua complexidade torna difícil construir uma definição que contemple essa pluralidade.

No decorrer da história vários são os autores que se têm debruçado sobre o tema como também são distintas as óticas de abordagem, permitindo a análise sob diferentes áreas do conhecimento, tornando a família um tema transdisciplinar e interdisciplinar.

A conceção de família tem vindo a sofrer alterações históricas e sociais ao longo do tempo, ou seja, a construção da diversidade de conceitos atribuídos à instituição família são o resultado de cada época histórica e do seu contexto social. Zonabend identifica uma multiplicidade de formas e designações para o conceito família que são configuradas por “extensões variáveis consoante o lugar e a época, os grupos sociais e as circunstâncias” (1986, p.13).

A origem da família remete-nos aos primórdios da existência humana. Contudo, até à primeira metade do século XIX não era reconhecida como uma instituição social,

mas sim como teorias platônicas relacionadas com a justiça e o amor, fundamentadas por Proudhon, Comte e Le Play. Até ao século XIX, o modelo de família assentava na família enquanto fenómeno e dado natural, sem influência social (Covas, 2006).

Segundo Michel (1983) foi Morgan e, posteriormente, Engels que realçaram a influência da sociedade na estrutura e na forma da família e a consideraram como uma instituição social.

Para Engels (1984) a família não pode estar dissociada da dinâmica sócio histórica em que aspetos históricos, políticos, económicos, sociais e culturais se entrosam. Neste sentido, não é possível delimitar fases da sua existência sem contemplar o desenvolvimento da humanidade. Apoiando-se nas investigações de Lewis Morgan classifica a evolução da existência do homem em três épocas, o estado selvagem, a barbárie, e a civilização, e em cada uma delas prevalece um modelo de família. O autor menciona que consoante as fontes de existência vão sendo maiores e mais diversificadas, em simultâneo evolui também a evolução racional da humanidade. Sendo assim, no Estado Selvagem o homem precede do reino animal e apropria-se dos produtos naturais prontos para a utilização. Na fase Barbárie, aparece a agricultura e a domesticação de animais e incrementam-se a produção de recursos da natureza. Por sua vez na Civilização, desenvolve-se o período da indústria, da elaboração mais complexa dos produtos naturais e o surgimento das artes.

A acompanhar este desenvolvimento também são identificados diferentes modelos de família. A primeira noção de família é intitulada de “Família Consanguínea”, na qual esta se estrutura entre as gerações, sem legitimação do matrimónio, e onde a prática sexual era endógena, entre irmãos e primos, sem interdições e barreiras culturais. Na “Família Panaluaana”, os irmãos são excluídos das relações conjugais. As gens são instituídas e surgem as restrições em relação às práticas sexuais e ao casamento. A “Família Sindiásmica” é caracterizada pela celebração do matrimónio no qual a mulher tinha que permanecer fiel, mas a poligamia era permitida ao homem.

A monogamia ocorre posteriormente, como sintoma económico que nasce do desejo de concentração e transmissão de riqueza aos seus descendentes.

Os contributos de Morgan e de Engels foram o primeiro esforço para uma abordagem sistémica da família, deixando referências pertinentes, mas que foram

ultrapassadas pelo aparecimento de outros autores, de teorias complementares ou distintas, que surgiram em paralelo ou posteriormente.

Durkheim representa uma forte referência, no século XX, na abordagem da família, ao considerar que esta não é um fenômeno natural, que não provem da descendência, mas que é constituída por um grupo de indivíduos que se unem, uma instituição social que se funda no casamento formando uma família conjugal e se contrai à medida que o meio social se amplia (Michel, 1983). Sobre a teoria da família conjugal de Durkheim Torres (2001) destaca três ideias centrais. Em primeiro lugar, a família paternal ou patriarcal passa a uma nova forma de família (a família conjugal moderna), constituída essencialmente pelo marido, mulher e filhos menores e solteiros do casal. A segunda ideia está associada à valorização do papel do indivíduo, interesses e sentimentos em relação ao coletivo da família. Este tipo de família vem valorizar a vontade das pessoas e o indivíduo passa a ser mais importante que as coisas. E por último, o Estado passar a ter um papel específico na nova forma de organização familiar, assumindo uma maior intervenção no contexto privado. Isto significa que, à medida que o indivíduo tem mais liberdade, mais se afirma a individualidade na família e maior é a intervenção do Estado na defesa dos direitos do mesmo na vida privada.

Debruçando-se sobre o conceito de família, Murdock com base num estudo sobre diversas sociedades tenta atribuir uma definição que melhor representasse essa realidade. Para o autor, “The family is a social group characterized by common residence, economic cooperation, and reproduction. It includes adults of both sexes, at least two of whom maintain a socially approved sexual relationship, and one or more children, own or adopted, of the sexually cohabiting adults.” (1949, p.1)

Porém, Amaro (2014) afirma que para outros autores, esta definição não apresenta a elasticidade que permita respeitar o espaço e tempo das dinâmicas familiares, limitando-a à coabitação, reprodução e sexualidade.

Até aos anos 60 do século XX, uma das linhas que prevalece sobre o tema é a de Burgess, que Torres (2001) descreve como a passagem da família institucional para a família de companheirismo. Isto significa que para aquele autor a família deixa de se constituir por conveniência e interesse e passa a ser fundada no casamento por livre escolha dos cônjuges. Torres também indica que Parsons postula sobre uma nova família conjugal que requer um processo complexo que vem intensificar e valorizar a

estrutura familiar. Aspectos como o divórcio e a natalidade assumem novos contornos, fruto das transformações da família e das suas novas funções.

Covas (2006) menciona que o debruçar sobre o conceito de família e a sua evolução verifica-se com mais intensidade nos Estados Unidos. Na Europa, o estudo da família iniciou-se mais tarde, mas veio contribuir com importantes abordagens.

Num contexto europeu e contemporâneo, Lévi-Strauss retoma a teoria de Durkheim de que a família é uma organização social e não está limitada à instituição biológica. A primeira forma de organização social consiste na proibição do incesto e endogamia que pressupõe regras de funcionamento da estrutura social. A proibição do incesto conduz ao átomo ou unidade de parentesco, ou seja, circunscreve as relações familiares ao marido, mulher, filhos e irmão da irmã. Para Lévi-Strauss, o parentesco é um sistema que sustenta os seus elementos. Outro aspeto representativo da organização social é o casamento que representa um ato de aliança e um processo de reciprocidade (Michel, 1983).

Lévi-Strauss (1986) partindo da universalidade que caracteriza a família e reunindo informação de várias sociedades, constrói um modelo de família que pressupõe a existência de propriedades invariantes. Essas propriedades compreendem que a família tem origem no casamento. O autor assinala dois tipos de casamento, o monogâmico e o poligâmico sendo o primeiro a forma mais frequente nas diferentes sociedades. A família forma um núcleo composto pelo marido, pela mulher e os filhos provenientes da união e outros parentes que se podem agregar e estes são unidos por aspetos jurídicos, económicos, religiosos ou sentimentais.

De Durkheim para Burgess passando da relação conjugal para a relação de companheirismo, a homogamia social vem representar uma nova componente na escolha do cônjuge, ou seja, ao sentimento vem adicionar a origem social como elemento na escolha conjugal. Assiste-se a uma tendência, mesmo que inconsciente, de escolher o parceiro à sua semelhança, regulando deste modo o casamento. Para elucidar esta perspetiva, Azevedo (2015), menciona um estudo realizado por Alain Girard em 1959, em território francês, que reflete a predominância da união matrimonial entre iguais.

É de Singly (2011) o enunciado de que as famílias contemporâneas são o resultado de um processo de individualização. Na sua compreensão, a família não está em crise, não enfraquece nem desaparece. Na modernidade, a família assume outro

sentido, outra forma e apresenta três características que se dividem em relacional, individualista e privada/pública. Inspirado em Durkheim, o autor descreve a família moderna como relacional, focada nas relações e nas pessoas. Os membros que compõem a estrutura familiar já não estão ligados por bens materiais e sim por laços de afinidade. É individualista porque o foco da família é as pessoas e as relações. Isto resulta na contração da família e por sua vez na personalização e individualização das relações. Este fenómeno reflete-se na mudança social de cada membro familiar e nas suas funções, uma vez que, cada um deles assume mais independência, autonomia e importância como indivíduo. A característica privada/pública implica uma ação dupla, ou seja, ao mesmo tempo que a família se torna cada vez mais privada, também se torna mais pública. Esta dualidade significa que, a intervenção do Estado se intensifica com a primazia da individualidade e a família torna-se mais dependente do mesmo. Quanto maior é a tendência da autonomia familiar e da afirmação da intimidade e privatização, mais pertinente se torna o controlo do Estado perante a própria defesa da família: “O controlo do Estado substitui o dos pais e o dos cônjuges, da comunidade e da vizinhança.” (Singly, 2011, p. 17)

Ainda segundo Singly (2011) estamos perante uma dinâmica familiar que se escolhe sem influência da família de origem, e o casamento é baseado no amor, sem pressões sociais e tem como mediação as características pessoais. A união livre representa uma alternativa ao casamento e a rutura, a separação ou o divórcio são destinos prováveis e normais de qualquer relação.

Afastando-se de uma perspectiva de homogenia social e de diferenciação de sexo, o casamento é abordado por Berger e Kellner (1993) como uma relação social que constrói e modifica a realidade dos indivíduos com base no quotidiano em comum e na interação conjugal. “Marriage is obviously only one social relationship in which this process of monosbuilding takes place.” (Berger & Kellner, 1993, p.220). A conjugalidade assume, deste modo, um sentido construtivo na identidade pessoal e social dos indivíduos.

A produção de sentido pessoal e social está também presente na forma como Giddens (1993) analisa a família. Numa Europa pré-moderna, a maiorias dos casamentos aconteciam por circunstâncias económicas. O amor enquanto elemento de escolha conjugal aparece posteriormente, permitindo a ideia de uma vida individual, da biografia de casal. Torna-se uma narrativa pessoal com base no “eu” e no “outro”, em

que o casamento é preterido em favor da união, uma união informal, marcada pelo que Giddens (1999) designa de uma “democracia emocional” onde todos apresentam direitos e deveres iguais. As relações baseiam-se na intimidade emocional através da qual se obtém gratificação pessoal e social. No olhar de Giddens:

Uma família é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são relações entre indivíduos estabelecidos através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.). (2008, p.175)

Para um outro autor, Roudinesco (2003), há que distinguir três grandes períodos no desenvolvimento do conceito de família. O primeiro período é caracterizado pela família “tradicional” que funciona com base na transmissão do património. A célula familiar é imutável, fundada na autoridade patriarcal e os casamentos são decididos de acordo com esse poder. A família “moderna” surge no fim do século XVII e tem alicerces no amor romântico. Valoriza a reciprocidade dos sentimentos e o desejo carnal através do casamento, e contempla a divisão do trabalho entre o casal. A autoridade divide-se sobre dois ângulos, o Estado e os pais e entre os pais. O último período desenvolve-se a partir de 1960 e estabelece-se a família “contemporânea” ou “pós-moderna” que vem compreender a busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade torna-se flexível devido às mutações familiares originadas por separações, divórcios e reestruturações conjugais.

Segundo Araújo (2008) a família tem sofrido grandes transformações e foi muitas vezes considerada em crise ou extinção, contudo tem-se renovado de modo a corresponder às necessidades exigidas. Perante todas as mutações ocorridas ao longo dos tempos e agressões externas, Leandro (2006, p.52), descreve a família como uma “instituição ancestral, universal, de formação multivariada e culturalmente determinada”, flexível e persistente, de que são reveladoras as novas formas e concepções de família que se podem identificar nas sociedades ocidentais contemporâneas. O que torna difícil e mesmo incorreto “querer encerrar a família numa definição unilinear e muito menos estática.” (Leandro, 2001).

1.2. Relação família – sociedade

É reconhecida a complexidade de conceituar o termo família, no entanto é igualmente notório a sua importância na sociedade. Para Leandro (2006) a família é uma instituição social basilar que, apesar das suas transformações e mutações ao longo do tempo, a sociedade não passa sem ela. Igualmente, Costa considera que a noção de família compreende uma imprecisão e o uso de vários termos para abordá-la, mas apesar da sua diversidade e sujeição a mutações constantes continua a ser um alicerce das relações sociais e “um mecanismo central na sociedade contemporânea” (2009, p.359). Para a autora a família deve ser compreendida tendo em conta a sua transversalidade no que respeita a fatores de influência ao nível da sua constituição, funcionalidade e simbolização. Neste sentido, ao nos debruçarmos sobre o conceito de família deve-se considerar o termo “dinâmicas” e não modelos de famílias.

A família desempenha um papel fundamental na socialização dos seus membros. Segundo Dias (2000), baseando-se em Beltrão, a família é a base da construção da sociedade, ou seja, é o primeiro grupo organizado com complexidade de relações interpessoais que representa uma unidade base. Ambas estão interligadas e recebem influências recíprocas em busca de um constante ajuste às exigências da família e da sociedade. Como reforço desta ideia Leandro (2006, p.51), citando Familiaris Consortio, considera que «A íntima conexão entre a família e a sociedade, assim como exige a abertura e a participação da família na sociedade e no seu desenvolvimento, impõe também à sociedade que não abandone o seu dever fundamental de respeitar e promover a família».

Por sua vez, Santos (1969, p.68) analisa a família como um intermediário entre o individual e o coletivo. Não é apenas o único mediador, mas desempenha uma função fundamental uma vez que “é um veículo de modelos sociais, um instrumento de «socialização» pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia. E a autora destaca que o comportamento dos indivíduos determina a função social da família numa sociedade.

Paul-Henri e Lauwe (1965) mencionam que cada membro da família tem diferentes papéis sociais e enquanto grupo se insere na sociedade através de relações exteriores desenvolvidas com outros grupos, tais como o parentesco, vizinhos, associações, movimentos familiares e outros. As mudanças de papéis sociais no interior

da família refletem-se nas relações exteriores estabelecendo uma dinâmica evolutiva entre a família e a sociedade.

Na relação família-sociedade, Dias (2000) fala-nos de dois tipos de influência, no sentido finalístico e no sentido operativo. Na primeira, “a família influencia enquanto propõe objectivos e finalidades às várias instituições.” (Dias, 2000, p.85), ou seja, interessa-se pela influência dos agentes institucionais como promotores da sua evolução e estabilidade. Relativamente ao sentido operativo, este implica mudança, não só na direção de escolhas, mas também na operacionalização da adaptação e funcionamento das instituições.

No que respeita à interação sociedade-família, a autora considera que a família é um produto da sociedade e sociologicamente é caracterizada por dois fenómenos: pelos elementos que mudam (transformação) e pelos elementos que persistem (persistência). Existe uma profunda relação da mudança da família com a evolução e transformação da sociedade, pelo que se pode afirmar que a família é “um complexo agente social mergulhado em múltiplos processos interactivos com a sociedade em que se insere: nem puramente passiva, nem absolutamente autónoma.” (Saraceno & Nladini 2003, p.23).

1.3. Novas configurações da família na sociedade ocidental contemporânea

Numa viagem feita em torno da evolução do conceito de família, acompanhando a visão dos diferentes autores mencionados, é possível assistir a uma diversidade de fenómenos, movimentos e influências ao longo dos tempos.

Saraceno e Naldini (2003) indicam cruzamentos, acumulações e tendências que resultaram na transformação das estruturas familiares. Aspetos individuais, familiares e demográficos são os fatores apontados pelas autoras como contributo para a diversificação dessas estruturas. O aumento da população em global e a maior acessibilidade por parte dos estratos sociais ao casamento permitiu o aumento do número de famílias. O crescimento da quantidade de famílias e, por sua vez, o alongamento da duração de vida origina a nuclearização da família. Isto representa que, as famílias extensas se reduzem, multiplicando-se em casais idosos e casais jovens, ou seja, os idosos passam a viver sozinhos depois dos seus filhos formarem a sua família.

Outro aspeto pertinente na transformação da dimensão da família é a redução de nascimentos, ou seja, as famílias nucleares assistem a uma redução do número de filhos que evidencia o desequilíbrio entre o aumento da população e das famílias.

Segundo Segalen (1999), a passagem da economia agrária à economia industrial, e de um sistema familiar nuclear à diversidade de famílias vem revelar a complexidade das inter-relações entre mudanças económicas, culturais e sociais no ocidente.

O declínio do patriarcado, o aumento dos divórcios, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a conquista de direitos de igualdade, o desenvolvimento dos métodos contraceptivos e por sua vez o controlo da natalidade, são aspetos que Rodriguez e Paiva (2009) consideram que contribuíram para uma nova realidade social.

A evolução do papel da mulher na sociedade e na família é apontado como outro fator muito significativo nas alterações da configuração familiar. O reconhecimento da igualdade entre géneros rompe com conceitos estabelecidos e afeta a família transcendentalmente, como nos elucida Sánchez (2008). O fato da mulher trabalhar dentro e fora de casa e do homem assumir novas funções como marido e pai são aspetos que estão interligados com a descida da fecundidade e o aumento da mesma fora do casamento, a liberalização sexual, o atraso na idade para casar e do nascimento do primeiro filho, a utilização dos métodos contraceptivos, o abandono tardio dos filhos da casa dos pais, o aumento da intenção de permanecerem solteiros, das uniões informais e das ruturas conjugais.

Como sublinha Torres (1999) a alteração do estatuto social da mulher vem alterar o plano da vida privada e, por sua vez, a vida social. Ou seja, é transferida para a vida privada a igualdade de oportunidades para ambos os géneros, uma maior autonomia e liberdade pessoal e isso refletiu-se na mudança de valores e mentalidades, como também, em significativas reformas jurídicas. O acesso à educação e a entrada da mulher no mercado de trabalho vem capacitá-la com uma maior estabilidade financeira e, através disso, maior liberdade e menor dependência do casamento. O casamento deixou de ser o centro da vida feminina e a realização pessoal através do trabalho assumiu uma posição relevante. Assiste-se, deste modo, a uma valorização do indivíduo e de relações conjugais construídas com a finalidade do bem-estar.

Partilhando desta visão, Costa (2009) assinala que o contexto da contemporaneidade veio contribuir para a reformulação do grupo familiar que deixa de servir para a reprodução dos papéis de cada membro da família e foca-se no “eu”. A

vida privada passa a ser o espaço do cuidado do “eu” através dos “outros”, ou seja, da realização pessoal. As relações são marcadas pela autenticidade, independência e autonomia e a sua duração depende da satisfação de ambos os elementos. Reforçando a ideia apresentada, Vilhena, Souza, Uziel, Zamora e Novaes (2011), mencionam que na sociedade em que nos encontramos, pautada pelo consumo e pela ideologia do individualismo, também a família é contaminada pela busca do prazer pessoal através do outro. Assim, consideram que estamos longe do entendimento estereotipado de família enquanto parentalidade apenas constituída pelo masculino e pelo feminino e caminhamos para uma produção afetiva.

Os laços de afinidade, afetividade, intimidade e igualitarismo fazem emergir novas formas de família que Alarcão (2000) entende por um conjunto diversificado de configurações familiares que vão para além da família tradicional e da família de três gerações.

Como resultado das transformações sofridas pela família ao longo da história, a estrutura família cede lugar a novas formas na contemporaneidade, nomeadamente, famílias monoparentais, famílias recompostas ou reconstruídas, famílias homoparentais, famílias adotivas e famílias de acolhimento.

A família de acolhimento é apresentada por Relvas e Alarcão (2002) como uma nova forma de família. Apesar de menos reconhecida como família, e ser considerada efémera, esta estrutura vai ter que desempenhar um papel semelhante às outras famílias, sendo reconhecida e legitimada externa e formalmente. Numa outra fase a família de acolhimento pode passar a família adotiva. Por família adotiva as autoras descrevem como “antes de ser, já era!” (Relvas e Alarcão, p.123, 2002). Trata-se de quem acolhe no seu seio, com responsabilidades parentais, um novo elemento sem laços de parentesco biológico estabelecendo com estes laços afetivos e legais (Alarcão, 2000). As razões motivacionais que na maioria levam uma família a adotar uma criança são a infertilidade e a dificuldade em levar a bom termo uma gravidez biológica.

Outra forma familiar, resultado das alterações contemporâneas, é a Família reconstituída ou recomposta após uma situação de rutura conjugal ou divórcio. Como mencionam Alarcão (2000), Saraceno e Naldini (2003) e Amaro (2014) trata-se de famílias que já tiveram outra família (nuclear), e se juntam integrando um novo sistema familiar. Podem levar consigo filho(s) da relação anterior e podem voltar a ter filho(s) na nova relação. Se no passado estas situações tinham a sua origem na viuvez de um

dos membros, atualmente o fator determinante é o divórcio. Com o aumento do fenómeno do divórcio este tipo de famílias assume grande relevância e visibilidade nas sociedades modernas.

Em contraste com este tipo de famílias os autores (Alarcão 2000, Amaro 2014, Saraceno e Naldini, 2003) referem a existência de novas formas de família marcadas por uma diminuição do núcleo familiar, as Famílias Monoparentais e as Unipessoais. As famílias monoparentais são constituídas por um dos pais e seus filhos consequência de separação ou divórcio, viuvez, procriação fora do casamento ou mães solteiras. Esta forma de família está, maioritariamente, associada à vulnerabilidade económica e são alvo de maior atenção por parte de políticas públicas. Mães sozinhas com filhos menores são o exemplo mais frequente desta configuração.

Igualmente as famílias unipessoais enquadram-se na diminuição do núcleo familiar. As famílias unipessoais são entendidas como as pessoas que vivem sozinhas devido ao acentuado envelhecimento da população e adicionalmente à longevidade feminina, os interesses pessoais dos jovens ou ruturas de casamento (Amaro, 2014; Saraceno e Naldini, 2003).

Nesta multiplicidade de novas formas de família Relvas e Alarcão (2002), referem as uniões de facto. Estas constituem famílias que são caracterizadas pela desinstitucionalização dos laços e vínculos afetivos expressos na prática das uniões informais ou livres. Embora tenham, atualmente, reconhecimento jurídico estas nascem fora dos âmbitos legais. Esta forma de família valoriza os sentimentos e a liberdade individual e conjugal e desconsidera a sua formalização. A este propósito Freitas (2014) aborda a união informal na forma de coabitação, uma a prática cada vez mais comum entre os jovens que consiste em passarem por um período experimental antes do casamento. Por sua vez, Michel (1983) descreve a relação que tem como centro a pessoa em oposição à relação baseada na diferenciação dos papéis de acordo com o género, como uma união livre.

Uma nova forma de família na sociedade atual é a família homossexual ou homoparental em que o casal é composto por duas pessoas do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres). Estas famílias podem ser famílias com ou sem filhos e estes podem ser biológicos de um dos membros ou adotados. Este tipo de famílias são objeto de diversos estereótipos que dificultam a sua aceitação. Um dos aspetos apontados a esta estrutura familiar é a sua capacidade de educar. Ou seja, é posta em causa a

capacidade de educar adequadamente as crianças e cumprirem com mais efetividade as suas funções são aspetos que foram postos em causa nesta estrutura familiar (Alarcão, 2000; Amaro, 2014).

Como alternativa à família Saraceno e Naldini (2003) apresentam as comunidades assentes em relações baseadas na partilha de um projeto de vida. A diversidade de comunidades tem como origem a escolha e não a consanguinidade e compreendem uma variabilidade de configurações e modelos, como a existência ou inexistência de casais, a partilha da paternidade e a partilha ou divisão de recursos. Já Alarcão (2000), fala-nos de famílias comunitárias. Estas surgem da tentativa de ultrapassar o individualismo da família nuclear e as suas prioridades são o bem-estar, as necessidades e os deveres da comunidade. Existe uma predominância de relações horizontais, a vida conjugal assume uma variedade de formas que passam desde a proibição à liberdade sexual, a figura parental pode adotar várias figuras e o modelo educativo é definido pela comunidade. A solidariedade entre os membros é fomentada e as relações deixam de atender ao interesse individual e passam a ser comunitárias. São destacados cinco tipos de comunidades: as religiosas, as utópicas, as planeadas, os Kibbutz israelitas e as comunas.

Tendo em conta o cenário alegado, alguns autores preocupam-se enquanto outros desfrutam da incerteza do futuro, como refere Roudinesco:

Se o pai não é mais o pai, se as mulheres dominam inteiramente a procriação e se os homossexuais têm o poder de assumir um lugar no processo da filiação, se a liberdade sexual é ao mesmo tempo ilimitada e codificada, transgressiva e normalizada, pode-se dizer por isso que a existência da família está ameaçada? (2003, p.8)

Perante uma realidade polissémica, resultado da sua adaptação às transformações da sociedade moderna, a abordagem da família não deixa de levar a reflexões sobre a permanência das mudanças ou sobre a sua evolução, como as de Roussel (1992):

Não estamos nós ainda a contas com esse tumulto de mudanças? Não será melhor aguardar o fim das agitações para tentar então fazer o balanço? E mesmo agora, não será essa tentação de ver para além do presente um pouco

irrisória? Não está a história recente, tanto a da demografia como as outras, repleta de profecias que se revelam erróneas e de mudanças importantes que não haviam sido previstas? (Roussel, 1992, p.165)

Os argumentos apresentados pelo autor convergem entre o certo, o provável e o possível. É CERTO que a esperança de vida se tem prolongado e as famílias de gerações seguintes vão continuar a aumentar em termos de quantidade, subdividindo-se. Que as famílias não vão ter mais do que dois filhos. Os divórcios triplicaram e o número de casamentos diminuiu. Há cada vez mais pessoas a viverem sozinhas ou em união de facto. É PROVÁVEL que a fraca natalidade caminhe no sentido de diminuir a quantidade de tios(as) e primos(as). Que a nupcialidade perca, cada vez mais, a sua função de ponto de partida para a vida em comum e para a fecundidade. O matrimónio se revele num ato de oportunidade. As políticas demográficas incentivem a fecundidade. Os compromissos sejam mais instáveis e encarados com mais ligeireza. Que a mesma pessoa tenha muitas vidas seguidas e experimente várias configurações familiares. As crianças vivam a instabilidade da falta de limites e do reconhecimento parental. É POSSÍVEL que partindo do PROVÁVEL a família passe por ameaças que influenciem o equilíbrio da sociedade e isso se reflita no funcionamento familiar, por outro lado, a sua evolução decorrerá e se prolongará tranquilamente, de uma crise exterior à mesma. Assim sendo, as mudanças na configuração familiar são uma reação a uma realidade social mais ampla que intentam respeitar “as regras sociais da felicidade” e presencia-se um futuro imprevisível e indeterminado, onde nem tudo é possível e não nos devemos prender ao provável (Roussel, 1992, p.171).

Se há quem acredite que a família representava mais simplicidade e reconforto no passado, também é verdade, segundo Torres (1999), que existe falta de conhecimento das disfunções que originaram as transformações dos dias de hoje. Essas alterações transferiram valores de liberdade e autonomia, bem como problemas, tensões e novas questões.

O contexto hodierno contempla uma realidade complexa dividida entre um passado resistente e um futuro que dificulta o presente. Fernandes (1994) enuncia a presença de um paradoxo que se exterioriza na crise e, ao mesmo tempo, na valorização da família. À medida que a família sofre alterações, ela é afirmada pelo desejo afetivo, contradizendo a sua deterioração. A realização pessoal resulta na pluralidade de formas familiares, evidenciando a estruturação e reestruturação dessas estruturas. “A

decomposição da vida familiar está em acção em todos os tempos e é sempre acompanhada de um correlativo processo de recomposição.” (Fernandes, 1994, p.1176). Mas, apesar desta dinâmica de constantes mutações, a família continua a ser a instituição de maior relevo na sociedade.

Assim, o período atual é caracterizado pela pluralidade de formas de construção familiar e não pela crise da família ou pela sua ausência. “Enfim, independentemente da sua forma, é desejado que a família configure um espaço potencial capaz de oferecer a cada um dos seus elementos a possibilidade de vivenciar relações de verdadeira intimidade.” (Wagner e Levandowski, 2008, p.95)

1.4. A Representação Social da Família

A aceitação por parte da sociedade dos diferentes modelos de família não tem sido consensual, particularmente no caso das famílias que têm por base um casamento ou relação homossexual. Como referem Pereira e Bourget (2010) cada sociedade tem a sua representação social do sistema familiar, ou seja, os atores sociais constroem as suas práticas e conceções sobre a família dentro da sua realidade social. De acordo com a especificidade de cada realidade social, assim é a sua representação de um modelo normativo de família preconizado pela mesma. E apesar das alterações decorridas ao longo da história, no que respeita à diversidade familiar, a que nos referimos anteriormente, ainda persistem no imaginário social referências normativas da família.

A noção de representação social é abordada por Sá (1996) de um modo abrangente e complexo, uma vez que se trata de um conceito difícil de definir, mas fácil de captar. A sua dificuldade de definição consiste na multiplicidade de formas que apresenta e na possibilidade de reduzir o alcance do próprio conceito. Segundo o autor, embora seja visível a sua complexidade de conteúdo vários autores tentaram definir o conceito sem limitá-lo e sem comprometer a sua integridade. Segundo o autor, Durkheim foi o primeiro a abordar os processos mentais relacionados com as representações sociais, e posteriormente, Serge Moscovici retomou o tema. Sêga (2000) com base na ótica deste autor, refere que o conceito de representação social combina uma multiplicidade de fenómenos individuais e coletivos, psicológicos e sociais. Para Moscovici são três as dimensões pelas quais se organiza o processo das representações

sociais. Uma dimensão refere-se à “informação”, ou seja, à organização do conhecimento que um determinado grupo tem em relação a um objeto social. Uma segunda dimensão que configura as representações sociais intitula-se de “campo de representação” e diz respeito à ideia construída de uma imagem ou modelo. E, por último, a “atitude” representa a orientação relativamente ao objeto (Sá, 1996).

As representações, segundo Jodelet, têm a função de nos informar acerca do meio envolvente, de modo a haver um ajustamento que permita definir comportamentos, identificar e resolver conflitos. Aquelas são sociais porque não estamos isolados, somos parte integrante de um grupo, da sociedade. As representações sociais “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspetos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspetos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (2001, p.17).

No seguimento da intenção de esclarecer o conceito das representações sociais, Jodelet (2001) e Vara e Castro (2013) partilham da mesma visão quando mencionam que o mesmo passa por um processo de construção de uma realidade significativa, ou seja, é a forma como o indivíduo ou indivíduos constroem conhecimento sobre o objeto social. O conhecimento é construído através de elementos de informação, cognição, ideologia, crenças, opiniões e atitudes. Trata-se de um processo que depende de variações consoante a cultura, ou seja, de microprocessos dinâmicos que estão sempre ativos na vida social, em constante alteração e adaptação, e são socialmente elaborados e partilhados, contribuindo para uma realidade comum.

Considerando as representações sociais como instrumento para identificar uma realidade, estas assumem uma posição significativa na vida social uma vez que influenciam os processos cognitivos e as interações sociais. Ou seja, dirigem a nossa relação com o mundo e interferem no desenvolvimento individual e coletivo (Jodelet, 2001).

Por outras palavras, pode-se afirmar que as representações sociais permitem interpretar o mundo e orientar as ações. A família não está imune a esta interpretação, as representações sociais influenciam o entendimento da mesma, como também nos permitem compreender quais são as construções cognitivas e sociais que os indivíduos têm sobre a instituição familiar. As produções sobre família são resultado de um contexto social, cultural e histórico, de aspetos individuais e relações interpessoais.

Ideias, opiniões, crenças e atitudes modelam a compreensão que o sujeito tem de, e sobre a família.

Enquanto objeto de representação social, a família abre possibilidade de diferentes representações.

1.5. As famílias portuguesas no contexto europeu

Como vimos nos pontos anteriores, nas últimas décadas a família tem passado por diversas mudanças, atravessando, ao longo da história, momentos decisivos e desafiantes que levaram a uma adaptação da sua estrutura, da forma de viver a conjugalidade e nas relações de parentalidade. Também, Portugal é marcado por estas mudanças, seguindo a tendência evolutiva dos restantes países da Europa. Contudo, este processo de mudanças só se tornou mais forte e marcante após o 25 de abril, tornando possível em vinte anos as mudanças societárias e legislativas que levaram quarenta anos em outros países (Torres, 2004).

Como diz Berquó (1989) a evolução da família é um fenómeno internacional que esboça comportamentos que se vão alastrando e fundindo, transcendendo continentes e instalando-se nos diferentes países. A sua influência atua na constituição, manutenção, dissolução e estrutura da família.

A Europa tem sido palco de múltiplas transformações na família e variáveis como a nupcialidade, o divórcio e a separação, a natalidade, a monoparentalidade e a coabitação têm protagonizado esta realidade. As tipologias das sociedades europeias correspondem às modificações que têm ocorrido na família, apresentado, deste modo, uma diversidade de tipos familiares. “No sólo cada sociedad europea se encuentra más próxima a alguno de estos tipos, sino que los diferentes grupos dentro de cada sociedad pueden estar próximos a diferentes tipos también.” (Nicolás, 1983)

Segundo resultados aferidos em 2002, pelo European Social Survey (ESS) e interpretados por Torres, Brites, Mendes e Lapa (2004), no contexto europeu o número médio de pessoas por agregado familiar corresponde a 3,03. Os países escandinavos são os que apresentam agregados familiares de menores dimensões, no entanto, a média sobe à medida que se passa para os países do sul da Europa. Em contraste com os dados anteriores, os países escandinavos são os que têm o maior índice de número médio de

filhos por mulher em idade de fecundidade (dos 15 aos 49 anos), enquanto os países do sul apresentam os valores mais baixos no que respeita ao índice sintético de fecundidade, destacando-se países como Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Segundo os autores, a relação entre dimensão do agregado familiar e o índice sintético de fecundidade não é evidente e, adicionam outras variáveis tais como, a autonomia dos jovens, o envelhecimento da população e aspetos económicos.

No que respeita a pessoas a viverem sozinhas, os países escandinavos apresentam os valores mais altos, contrastando, novamente, com os países do sul. A percentagem mais alta de jovens a viverem sozinhos é liderada pelos escandinavos. Isto demonstra a diferença destes países em relação aos restantes relativamente a aspetos culturais, económicos e apoios sociais. Estes países também detêm o maior número de casais sem filhos, o que poderá estar relacionado com a maior independência dos jovens e a maior tendência das pessoas viverem sozinhas. Por sua vez, a monoparentalidade tem uma elevada presença na Espanha e Itália, mas é na Irlanda e na Hungria que estas famílias estão em maior percentagem.

A maior parte da população europeia é casada, contudo, a divisão entre os dois polos europeus permanece evidente no que respeita ao casamento e ao divórcio. Os países escandinavos continuam a liderar no menor número de pessoas casadas e no maior número de divórcios.

É notório um contraste entre os países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca) e os países do sul da Europa (Itália, Espanha, Portugal e Grécia). Os perfis familiares dominantes nos países escandinavos revelam uma maior informalidade, mais solteiros, mais divorciados, mais casais sem filhos e maior índice sintético de fecundidade. No sul é predominante a existência de casados, casais com filhos, monoparentalidade, maior coabitação com os outros familiares e, conseqüentemente, a existência de agregados familiares ampliados.

Numa visão mais ampla, apresentada por Torres, Mendes e Lapa (2008), a realidade europeia pode ser intitulada pela “Europa de casais”, ou seja, a população é maioritariamente unida pelo casamento e 20% por coabitação. Existe uma baixa representação de famílias monoparentais e de divorciados/separados. Estas últimas configurações são consideradas temporárias ou transitórias uma que vez que é comum a tendência de retornarem a uma situação de casamento ou coabitação.

A população é essencialmente composta por casais com ou sem filhos e, existe apenas uma pequena percentagem de pais solteiros. É notório o aparecimento das famílias pequenas. O retrato das famílias europeias é composto principalmente por casais, unidos por casamento ou coabitação sendo mais comum o casamento formal.

Os autores mencionam que o modo de vida na Europa reflete uma visão moderna com padrões mais pluralistas e rejeita a visão tradicional baseada no patriarcalismo e no autoritarismo. É fomentada a dimensão emocional, o bem-estar pessoal e a auto-realização dentro do sistema familiar, sem descartar a possibilidade de terem filhos. O valor da família é uma prioridade na vida pessoal dos europeus, mas através de uma visão moderna:

We are dealing with the effects of the so-called emotionalisation, privatisation, secularisation and individualisation of modern families and late modernity, which, instead of producing fragmentation, produce recomposition and offer multiple and more diverse forms of living in a family. (Torres, Mendes & Lapa, 2008, p. 79)

A diversidade expande-se quando se analisa, particularmente, os diferentes países e estes são comparados uns com os outros. É visível uma realidade multifacetada que depende da dinâmica interna de cada país e do mecanismo social da mudança familiar, respeitando cada um deles diferentes tempos e ritmos.

Se a Europa registou transformações significativas nas últimas décadas, Portugal como Estado-membro desse contexto, não foi exceção.

Os primeiros estudos sobre família desenvolvidos em Portugal remete-nos ao início do século XX. Segundo Wall (1993), o historiador Paul Descamps diagnosticou em 1935 e 1939, diversos tipos de família portuguesa, associando diferentes especificidades consoante a sua localização geográfica. A família de “casal simples” e a “pequena comunidade” era a tipologia predominante em várias regiões do país. A sul do Tejo dominava, entre os assalariados agrícolas, a família “desorganizada e instável”, nas montanhas do norte a família era composta por vários casais com a coabitação de outros parentes, intitulado-se de “grande comunidade e no noroeste a família “tronco”. Nos anos 50 e 60, etnólogos, geógrafos e demógrafos dispõem o país em dois contextos opostos, com características regionais profundas, dividindo o Minho do Alentejo. É estabelecida uma diferença entre a sociedade rural e a industrial. No fim da década

seguinte, a fecundidade e o envelhecimento da população tornam-se foco de estudo. Posteriormente, nos anos 90, surgem variáveis novas associadas à fecundidade, nupcialidade, divórcio, representações sociais de acordo com a classe social e o sexo, jovens e violência familiar.

Para Amâncio e Wall (2004) os últimos 40 anos têm sido marcantes no que respeita a mudanças na estrutura familiar portuguesa. A evolução sentida nos países ocidentais, durante os anos 60 e 90 torna-se mais visível em Portugal apenas nos anos 90.

De um ponto de vista demográfico, Bandeira (1996) situa Portugal num contexto particular em relação à Europa, com dinâmicas autónomas. Contudo, à semelhança dos outros países europeus, também em Portugal o casamento representava a constituição de uma família. O autor explica que até 1950, devido ao Antigo Regime, havia restrições no casamento o que causava um elevado celibato e casamentos tardios. Estas condicionantes resultavam numa natalidade mais moderada em comparação com os restantes países da Europa. Na década seguinte ocorre a liberalização do casamento e, em simultâneo, uma queda da natalidade. A época de 60/70 é marcada por uma vaga emigratória que vem influenciar a constituição de novas famílias. O novo quadro familiar tem como base a influência europeia e é inspirado nas dinâmicas modernas (Bandeira, 2014).

Partindo dos indicadores apresentados pela demografia, e reforçados por Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998), é possível constatar que a família portuguesa tem sofrido alterações profundas desde os anos 60/70. São dados que sofreram algumas oscilações, mas que têm tido tendência para evoluir de forma ascendente à medida que se caminha para o presente. A acentuada descida da nupcialidade, de casamentos e de divórcios; o nascimento de crianças fora do casamento civil; o surgimento de novas formas de conjugalidade, as uniões de facto, a coabitação e a vida a dois sem coabitação; a idade cada vez mais tardia para casar pela primeira vez; a elevada descida da fecundidade e da natalidade são fatores que evidenciam uma nova forma de estar conjugalmente na sociedade portuguesa.

Sob um olhar sociológico Portugal, de igual modo à Europa, mas mais tardio e com as suas especificidades, também foi alvo de fenómenos como a privatização da família e a valorização de novos valores familiares como a autonomia, a igualdade, a afetividade, a infância protegida e o reforço da paternidade (Wall, 2002), bem como, a

alteração da condição feminina no mercado de trabalho (Almeida et al, 1998). Estas influências tiveram um grande impacto na organização familiar, ou seja, a sociedade portuguesa passou a ter uma diversidade de tipologias de vida familiar.

Almeida et al. (1998) registam, entre os anos 60 e 90, alterações como a descida de famílias numerosas, a redução do agregado familiar, a subida de pessoas a viverem sozinhas e de casais sem filhos, e a descida das famílias “complexas” (famílias alargadas com coabitação de outras pessoas). A família “simples”, composta por casais com ou sem filhos, é predominante nessa época como o é também atualmente. Nos anos 90, as famílias monoparentais aumentam, e relativamente a algumas tipologias novas, estas não eram reconhecidas nos recenseamentos. As famílias homossexuais eram consideradas “sem família” e as famílias recompostas eram integradas nos casais com filhos. O reconhecimento estatístico destas famílias processou-se de um modo lento.

A partir da década de 70 é significativa a diminuição de casamentos o que se tem vindo a acentuar com o evoluir do tempo. No século XXI, reportando-se a dados dos censos de 2001, Ferreira (2004) menciona que a redução do casamento se refere a quem decide casar pela primeira porque os “recasamentos” aumentam, ou seja, a percentagem de quem se volta a casar sofre um acréscimo. O aumento dos divórcios e a viuvez são fatores que contribuem para os indivíduos optarem, novamente, pelo matrimónio. Por sua vez, a coabitação é uma escolha exclusiva dos casais jovens como também é cada vez mais tardia, a entrada na conjugalidade e na parentalidade. A coabitação e a reconstituição familiar vêm contribuir para o novo entendimento das relações conjugais e da reprodução familiar visto que o casamento não é a única forma de união nem a condição singular para ter filhos.

Ainda com base nos censos de 2001, Wall (2003) identifica as pessoas que vivem sós, as famílias monoparentais, as famílias simples (os casais com ou sem filhos) e as famílias complexas como os perfis familiares que caracterizam Portugal, excluindo as outras tipologias.

A partir de dados do INE, obtidos através dos Censos 2011, Pina e Magalhães (2014) assinalam um conjunto de indicadores demográficos que são reveladores das alterações morfológicas da família portuguesa. Assim, entre 1960 e 2012, a população residente em Portugal aumentou significativamente. Este crescimento deve-se principalmente a fluxos imigratórios das ex-colónias, mas com uma inconstância de comportamento ao longo deste tempo. No que respeita ao saldo natural, ou seja, à

diferença da taxa de natalidade e mortalidade, os autores assinalam um declínio que se tem vindo a agravar desde 1960 até 2012, declínio que se manteve nos anos seguintes.

Para os autores, a diminuição da natalidade e da fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade fértil) resulta no decréscimo do índice sintético de fecundidade (número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil), passando de 2,1 para 1,28 filhos por mulher. Verificou-se o aumento da idade média das mulheres à maternidade. Os dados ilustram que há cada vez menos filhos e, cada vez mais tarde. Acompanhando os dados anteriores, a redução da mortalidade e o aumento da esperança de vida vêm acentuar um padrão envelhecido da população portuguesa. Assiste-se a uma contínua descida de casamentos e ao aumento da idade média para casar pela primeira vez, bem como a subida dos divórcios. Até 2006 os casamentos eram celebrados sob os valores da religião católica, mas a partir de 2007 a maioria é celebrado pelo regime civil. Os casamentos pela segunda vez aumentam e representam metade das cerimónias realizadas em Portugal. Os filhos fora do casamento formal aumentaram de uma forma clara, especialmente fruto de pais a viverem em coabitação, o que vem intensificar a formação de outras estruturas familiares. As transformações ao longo das últimas décadas não foram apenas visíveis no campo demográfico, mas também se fizeram sentidas nas dinâmicas das famílias (Pina e Magalhães, 2014).

Face aos valores dos censos de 2011, foram recenseadas em Portugal, 4.043.726 famílias (Amaro, 2014). Em contraposição com o século passado, as famílias apresentam uma dimensão média menor aos valores de 1960. Em 2012, as famílias complexas ou numerosas e os casais com filhos sofrem uma redução e assiste-se a um reforço das famílias unipessoais, de casais sem filhos, das famílias monoparentais e das relações informais (Wall, Cunha & Ramos, 2014; Nunes, 2014). A recomposição familiar é igualmente uma tendência crescente no panorama português.

De acordo com a última atualização da Base de Dados Portugal Contemporâneo - PORDATA, de fevereiro de 2017, a evolução da família portuguesa desde 2012 até 2017 indica uma tendência consensual ao percurso anteriormente apresentado. Isto significa que, entre o período de 2012 a 2017 a composição dos agregados familiares têm vindo a sofrer alterações semelhantes ao panorama mostrado. Os dados indicam que a média de indivíduos por agregado familiar baixou de 2,6 para 2,5. Os agregados unipessoais, monoparentais e os casais sem filhos aumentaram. E comparativamente a 2012, o número de casais com filhos diminuiu. No que se refere ao casamento, a média

da idade para casar pela primeira vez alterou de 31,4 no sexo masculino para 32,8 e 29,9, no sexo feminino, para 31,3. Por sua vez, o número de casamentos entre pessoas do sexo oposto sofreu uma descida enquanto entre pessoas do mesmo sexo verifica-se uma subida de 324 para 422 casamentos (FDS - Fundação Manuel dos Santos, 2017).

Trata-se de um retrato de mudanças que decorreram com “ritmos e padrões distintos nos vários contextos territoriais” (Nunes, 2014, p. 122), mas que expressam a realidade societal do viver a Família, como uma realidade polissémica, complexa e nem sempre consensual face ao modelo cultural de família socialmente legitimado, assente numa representação social de família: pai, mãe e filhos unidos por laços biológicos. Uma aceitação que tem sido particularmente difícil no caso das famílias homossexuais.

2. A Família e a Parentalidade

2.1. A Parentalidade

Face à evolução da família, Mesquita (2013a) considera que a parentalidade é a área onde as mudanças mais se tornam evidentes.

Na tentativa de conceituar a parentalidade Mesquita (2013b) conclui que apesar do termo estar expandido nacionalmente e internacionalmente, e ser utilizado no domínio científico, legislativo e no dia-a-dia, este não é contemplado nos dicionários da Língua Portuguesa. A autora considera que a parentalidade implica o envolvimento dos pais com a criança, bem como a articulação e cooperação entre ambos os adultos. O conceito é entendido por Costa (2013) como a condição de ser pai ou mãe. No entanto Cruz (2005), e Barroso e Machado (2010) consideram que a parentalidade contempla também a ideia de qualquer outra figura substituta, progenitores ou cuidadores, que promovam o desenvolvimento do seu filho de uma forma plena, a nível físico, psicológico e social. Nas palavras de Lobo (2009) a parentalidade biológica implica uma relação consanguínea, no entanto, à parentalidade biológica acrescenta-se a parentalidade social. Isto significa que os laços biológicos podem fragilizar-se quando o vínculo conjugal acaba e em alternativa a essa ligação surge a parentalidade social. Esta parentalidade consiste na construção de laços com a criança e tem assumido grande relevância na atualidade com o aparecimento das novas configurações familiares: famílias reconstituídas, homoparentais, adotivas.

As relações parentais têm vindo a reestruturar-se e a ter cada vez maior reconhecimento na família e na sociedade. As famílias contemporâneas tornaram-se mais livre e espontâneas, são baseadas nos laços de afetividade e na escolha, definindo os seus destinos de acordo com vontades individuais em detrimento da reprodução familiar. Isto significa que a continuação da família e a decisão de ter filhos é feita através de critérios de valorização dos sentimentos e dos filhos. As relações de parentesco começam a ser fundamentadas noutras ideologias, tais como o bem-estar e educação dos filhos. Por sua vez, o planeamento da parentalidade pode ser influenciado por restrições como a pouca disponibilidade económica, alterações conjugais ou individuais, bem como, trajetórias pessoais e profissionais (Mesquita, 2013a).

Desde a decisão de entrar na parentalidade à chegada do primeiro filho, este percurso implica uma organização interna na família. Relvas e Alarcão (2002) explicam que as famílias passam por um processo de evolução e crescimento em termos de dinâmica interna, ou seja, quando os adultos passam à parentalidade há um ajustamento de comportamento. A parentalidade traz mudanças de relacionamento e de funcionamento e compreende um processo de construção e adaptação mútua.

Com o nascimento de um filho a família reorganiza-se e surgem novas funções. Para Alarcão (2000) a parentalidade contempla diferentes modelos que diferem consoante a sua família de origem, e desempenha as seguintes funções: executiva (exercício da autoridade), de promoção social, individual e afetiva. A mesma autora refere ainda que cada um dos elementos que compõem a parentalidade são detentores de identidade, desejos, comportamentos e necessidades próprias.

“Ser pai” é diferente de se “tornar pai”, assinalam Pereira e Alarcão (2014) explicando que a parentalidade é um processo complexo de desenvolvimento que ultrapassa a condição de um papel ou função. Porém, Relvas e Alarcão (2002) consideram que o aspeto biológico não é suficiente para comportar a complexidade da parentalidade. Após o nascimento da criança, as ligações entre os pais e os filhos constroem-se e fortalecem-se, não se limitando a uma parentalidade biológica, mas também psicológica. Singly (2011) atribui a este contexto o nome de “parentalidade produtiva” e “parentalidade reprodutiva” e explica os conceitos diferenciando-os dos aspetos genéticos dos aspetos afetivos. A “parentalidade produtiva” implica a atribuição de substâncias genéticas ao embrião enquanto a “parentalidade reprodutiva” consiste um recomeço e uma construção.

A avaliação das funções ou competências parentais e o entendimento de uma “boa”, “adequada” ou “suficiente” parentalidade resultam de uma construção social, ou seja, de impressões, crenças ou preocupações que são diferentes de cultura para cultura (Barroso & Machado, 2010). Contudo, Pereira e Alarcão (2014) ressaltam que os profissionais em áreas determinantes como a saúde geral, a pediatria, a educação e o apoio social sentiram necessidade de determinar critérios para mediar a parentalidade. Deste modo, a sua prática de avaliação parental assenta sobre dois critérios que consideram essenciais nesta dinâmica: o critério do risco/dano e o critério normativo. Por critério do risco/dano, as autoras atribuem ao comportamento parental a possibilidade de influência no comportamento da criança o que pode implicar um

impacto no desenvolvimento da mesma. O comportamento parental não pode ser isolado de um contexto relacional que envolve especificidades e de múltiplas variáveis de influência exterior. Por critério normativo entende-se a adequação social, ou seja, as práticas culturais e as normas legais de cada contexto.

No contexto contemporâneo de diversidade familiar e de complexidade da parentalidade tornou-se comum a utilização de variantes como a biparentalidade que designa a parentalidade partilhada pelos dois pais, a uniparentalidade ou monoparentalidade que consiste na parentalidade assumida apenas por um pai ou mãe (Baptista, Santos, Almeida e Martins, 2011), a co-parentalidade representa a forma como os pais se relacionam uns com os outros, a plurarentalidade ou multiparentalidade indica uma parentalidade partilhada por vários elementos com funções parentais e, por sua vez, a heteroparentalidade e a homoparentalidade que estabelece a parentalidade de acordo com o sexo dos pais (Rosa, Boris, Melo e Santos, 2016).

2.2. A Homoparentalidade

Marcada por um percurso sócio histórico, a construção do conceito de família tem vindo a reinventar-se, e face à diversidade das configurações familiares, as famílias compostas por pessoas do mesmo sexo fazem parte deste leque hodierno. Contudo, quando nos reportamos ao campo sensível da parentalidade, novas dúvidas e incertezas se levantam.

Rodriguez e Paiva entendem como família “um conjunto de indivíduos ligados entre si por uma aliança permeada por afetos, que podem ou não possuir um vínculo consanguíneo. Um aspeto que diferencia essa organização social de outras é a parentalidade.” (2009, p.17). Para os autores o modelo de parentalidade reconhecido pela sociedade ainda é muito restrito, ou seja, o modelo nuclear-monogâmico e heterossexual continua a ser uma forte influência na visão da mesma.

Neste sentido, Passos (2005), considera que a homoparentalidade vem manifestar-se revolucionária uma vez que destitui um princípio fundamental da constituição do modelo nuclear (pai, mãe e filho), ou seja, vem tornar indiferente o sexo ou a orientação sexual.

A homoparentalidade segundo Zambrano apresenta-se como “um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança.” (2006, p.10). O aparecimento deste conceito aparece como necessidade de evidenciar uma nova forma de família cada vez mais presente nos nossos dias e ao atribuir-lhe um nome ela torna-se existente, possível de identificar e estudar.

À palavra homoparentalidade Gato (2014) atribui o sentido defendido por Leroy-Forgeot que a família homoparental é dividida em dois grupos de pessoas sendo que um grupo é constituído por apenas uma pessoa ou um casal de pessoas do mesmo sexo onde a orientação homossexual é reconhecida e, no outro grupo existe um ou mais filhos descendentes de um dos elementos. O autor exclui desta definição as famílias formadas por pessoas transgéneros ou transexuais, atribuindo o termo “transparentalidade” ou “parentalidade LGBT” a esta composição familiar.

A homoparentalidade pode decorrer de diversificadas possibilidades. Esta relação parental pode originar de um contexto heterossexual anterior à afirmação da homossexualidade, de inseminação artificial, de barrigas de aluguer, de relações reprodutivas que envolvem acordos com amigos ou conhecidos que funcionam através da co-parentalidade ou por adoção (Xavier, Alberto e Mendes, 2015).

A abordagem do conceito de homoparentalidade tem suscitado discórdia e controvérsias entre os diferentes autores sendo que homoparentalidade é uma fusão das palavras homossexual e parentalidade e foca a sexualidade e não a capacidade parental dos indivíduos envolvidos. Em torno do debate do conceito da homoparentalidade, Singly refere que esta nova forma de parentalidade não representa uma anulação parental na intervenção educativa nem que o superior interesse da criança seja negligenciado. Para o autor, “a definição de «bons pais» já não assenta na orientação sexual, mas na competência parental, dissociada dessa orientação” (2011, p. 17).

A homoparentalidade remete-nos automaticamente para aspetos relacionados com o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança que contemplam vertentes sociais, educativas, morais e éticas, entre outras.

Tendo por referência os estudos que têm sido realizados com foco na homoparentalidade e o desenvolvimento da criança, o Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias

Homoparentais, afirma que “As crianças e adolescentes criadas em contexto familiar homoparental apresentam um desenvolvimento psicológico, cognitivo, emocional e social saudável - tão saudável quanto o das crianças de famílias heteroparentais.” (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013, p.17). De acordo com a Ordem dos Psicólogos o “superior interesse da criança” está salvaguardado e estas desenvolvem-se como os seus pares.

De igual modo, Gato (2014) manifesta que as diversas investigações realizadas no âmbito da homoparentalidade convergem nos seus resultados. As semelhanças que aproximam as famílias homossexuais das heterossexuais são maiores do que as diferenças que as separam. É importante ressaltar que são várias as formas de organização da família homoparental do mesmo modo que acontece na dinâmica das famílias heteroparentais.

Tendo em conta a pluralidade de modelos familiares que constituem a contemporaneidade, Alarcão e Gaspar (2007) mencionam duas funções essenciais na definição de família, esta deverá contribuir para o desenvolvimento saudável dos seus membros no que respeita ao papel interno e externo, isto é, à proteção e autonomia dos mesmos e para uma boa integração social e cultural.

No que respeita a famílias no plural, tem vindo a Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo a desenvolver trabalho neste campo, tentando contribuir para o bem-estar, integração e reconhecimento social das famílias intituladas pela associação como “famílias arco-íris”, através de ações de sensibilização, formação e atuação no terreno com a implementação do Projeto-Famílias: 14 meses a passar do singular para o plural. Segundo a ILGA, tratou-se de um projeto financiado pelo Estado através da Segurança Social. Foi o primeiro projeto “sólido” realizado em Portugal que abordou as famílias “arco-íris”. Esta ação tinha o intuito de marcar o presente e continuar no futuro através do estabelecimento de parcerias com diferentes entidades, ritmos e partilhas. O projeto reuniu condições em 2010 para iniciar e culminou a sua agenda em 2012 através da criação de espaços virtuais, realização de conferências, workshops, encontros, acompanhamento e integração de elementos pertencentes a famílias homossexuais (ILGA, s.d.).

O trabalho realizado pela ILGA, na proteção e integração das famílias homoparentais, foi com base na existência real e societal desta estrutura familiar,

contudo o seu reconhecimento legal foi uma conquista morosa e posterior, aspeto que será abordado no ponto seguinte.

3. A Família e a Lei

Considerando o reconhecimento do homem como detentor de direitos foi adotada e proclamada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, a 1ª Declaração Universal dos Direitos Humanos, “como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” (UNESCO, 1998). Ou seja, como Moreira e Gomes (2012) mencionam a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge da pretensão e da necessidade de proteção da dignidade humana. Esta declaração é baseada em valores universais e comuns com o intuito de proteger e fornecer a estrutura para um sistema de direitos humanos validado por normas e padrões. Este conceito tem a liberdade, a igualdade e a solidariedade como pilares e coloca a pessoa humana no centro das preocupações. Foi entendido como direito humano, a liberdade de pensamento, consciência, religião, opinião e expressão, a igualdade entre homens e mulheres bem como a proteção contra todas as formas de discriminação no usufruto dos direitos. No campo da solidariedade são contemplados os direitos económicos e sociais, os quais integram o direito a condições condignas no que respeita ao trabalho, saúde, educação.

Partindo dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e considerando a vulnerabilidade e necessidade de proteção das crianças, surge a Convenção dos Direitos da Criança, que foi adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 1989 e ratificada por Portugal em 1990. Segundo a UNICEF (s.d.) esta Convenção, refere no seu texto que os Estados membros consideraram que família é um “elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças” e reconheceram “que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão” (p.3).

Os direitos humanos enquanto base da dignidade da pessoa humana são indissociáveis do conceito de cidadania. Partindo desta conceção, Pereira interpreta o Direito à Família como “o mais humano de todos os ramos do Direito” (2006, p.196),

pois considera que a cidadania consiste na inclusão das diferentes representações sociais da família como imperativo da democracia.

De acordo com a UNESCO (1998), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e invocando o artigo 16, a família é o núcleo da sociedade e todo o homem e mulher maior de idade, sem restrição de raça, nacionalidade ou religião tem o direito de constitui-la. E sendo a liberdade um dos pilares dos direitos humanos que intenta a livre escolha, permite deste modo a formação de famílias diferentes da tradicional, reconhecendo assim a sua diversidade de representações sociais.

3.1. A família homossexual e a lei no contexto internacional

À medida que o casamento vai perdendo o atrativo entre os casais heterossexuais, o interesse por parte de pessoas do mesmo sexo que desejam unir-se legalmente, tornou-se mais evidente. Esta intenção assume uma forma de serem reconhecidos perante a lei, ou seja, uma forma de igualdade perante todas as outras formas de família, (Poeschl, Silva e Cardoso, 2015). Para os autores, o casamento para além dos sentimentos que o motivam, tem, sobretudo, um poder normativo e está associado a uma construção social com base em valores, crenças e práticas.

Ao longo da história, a aceitação da legitimidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo tem vindo a tornar-se um assunto amplamente abordado e discutido ao nível mundial. O estudo e o reconhecimento desta realidade tornaram-se discurso corrente na agenda mundial, principalmente nos países ocidentais (Chaves, 2013).

Esta consagração tem-se difundido pelo mundo de modo a que cada vez mais países apliquem o princípio da igualdade no acesso de todos os cidadãos ao casamento, independentemente da orientação sexual de cada um.

Segundo Mott (2006) a Dinamarca foi o primeiro país a dar o passo na legalização do casamento legal entre duas pessoas do mesmo sexo e na sua equiparação com os casais compostos por pessoas de sexos opostos. Outros países se seguiram, tais como a Holanda, Bélgica, Espanha e Canadá, entre outros. Segundo a opinião do autor, países como Cuba, Irão e Iraque serão mais relutantes na aceitação e reconhecimento da igualdade de direitos neste tema. Prevalece neste contexto aspetos culturais e religiosos que determinam a perceção de cada povo de entender a realidade. Como Gonçalves

(2012) descreve a articulação entre a cultura e a religião representam fortes elementos na vida dos povos.

Desde o começo do século XXI, o avanço do reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo no campo legislativo é visível. Atualmente esta realidade contempla um leque diversificado de países e vem transformar não só a união perante a lei como também a filiação. A legalização do casamento vem abrir oportunidade para a parentalidade entre casais do mesmo sexo (Borrillo, 2005), nomeadamente o acesso à adoção, já uma realidade em várias partes do mundo. De acordo com dados do site da ILGA (2017), Portugal é um dos 26 Estados que permite a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e um dos 27 que aceita o direito à co-adoção.

A nível internacional, segundo noticiado a 18 de novembro de 2015, pelo Diário de Notícias, o Canadá com apenas a adesão de poucas províncias, em 1995, foi o primeiro país a permitir a adoção de crianças por casais homossexuais. A Colômbia foi o penúltimo, contando que Portugal é o mais recente e prevê-se que a Áustria seja o seguinte. No contexto mundial, a Europa é o continente com mais leis a favor.

Num contexto geográfico próximo de nós, a Espanha em relação ao mundo é pioneira na integração de famílias homoparentais. Ruiz, através de um estudo realizado com famílias homoparentais sobre a sua realidade social, inquietações e dificuldades, auferiu dos resultados que “las familias homoparentales por lo general se sienten integradas, viven pocas experiencias de discriminación y satisfacen adecuadamente las necesidades de sus hijos e hijas” (2013, p.1).

Como aspetos relevantes no processo evolutivo da adoção por casais do mesmo sexo em Espanha Floréz (2012) destaca a priorização de atitudes e habilidades educativas em relação a variáveis socioeconómicas ou orientação sexual e a adoção enquanto proteção da criança em risco considerando o “superior interesse da criança” o mais importante. A legalização de adoção de crianças por famílias homoparentais é fomentada através da Lei 13/2005 com o direito de pessoas do mesmo sexo de contraírem matrimónio que vem alterar o código civil espanhol e implicar a regulação das famílias homoparentais. Porém, os processos de adoção estão condicionados pelas instituições que os regimentam e levam em média por volta de 4 a 6 anos.

3.2. A família homossexual e a lei no contexto nacional

Também, a Constituição da República Portuguesa, baseada na dignidade humana e na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, contempla no artigo 36 o direito de todos de formar família (Diário da República, 2005).

No que respeita ao entendimento da família no enquadramento legislativo, também as mudanças se fizeram sentir ao longo das últimas décadas. Wall (2004) e igualmente, Costa (2014), mencionam que após o 25 de abril de 1974, o Estado vem implementar novas medidas em oposição da família do Estado Novo. Surge uma renovação legislativa e a família é encarada através de alterações no campo constitucional e na introdução de novas políticas sociais. Tratou-se de um processo lento que teve como ponto de partida a Constituição de 1976 e tem evoluído, com continuidades e descontinuidades, até aos dias de hoje. O direito de igualdade entre mulheres e homens, a definição dos direitos da maternidade e da paternidade e a sua equiparação, a introdução da licença de paternidade voluntária e, posteriormente, a sua obrigatoriedade e o reconhecimento da parentalidade em substituição da maternidade e paternidade são mudanças que surtiram efeitos na organização interna da dinâmica familiar e na sociedade.

O princípio da privacidade e a autonomia da família veio fomentar uma nova intervenção do Estado de modo a proteger a família. Com o intuito de assegurar e regular a vida familiar o Estado dispõe da capacidade de intervir através da implementação de políticas de família que se manifestam implícita e explicitamente. A primeira forma diz respeito às políticas que afetam a família, mas não são concebidas especificamente para a mesma. A segunda manifestação corresponde às políticas específicas para esse fim, tais como a proteção da paternidade, o aumento da redistribuição vertical e a promoção da natalidade, o apoio financeiro, a criação de equipamentos de apoio social, entre outros (Wall, 2004).

No domínio das políticas sociais, estas tornaram-se mais explícitas nos últimos anos. Foram especificados objetivos com vista o reconhecimento da família na sua privacidade, segurança e proteção, igualdade e diversidade.

Em Portugal, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado em 2010. A luta, por parte de homossexuais sobre a intenção de formalizar legalmente e juridicamente a sua união durou até à promulgação da lei a 17 de maio de 2010. E em

2015 existiam 350 casamentos de pessoas do mesmo sexo (Pordata). A defesa desta causa surge como forma de acederem a um direito humano básico e usufruírem dos benefícios e regalias conferidos pela constituição portuguesa independentemente da sua orientação sexual (Poeschl, Silva e Cardoso, 2015).

Todavia, Chaves (2013), considera que a Lei nº9/2010 que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não atingiu a igualdade plena porque o direito matrimonial não veio conferir igualdade perante os outros casais, pois veda o acesso à adoção por casais homossexuais. Apesar de esta situação só ter sido alterada com a Lei nº2/2016. Xavier, Alberto e Mendes (2013) afirmam que a história mostra a possibilidade de sempre terem existido famílias com pais ou mães homossexuais embora de forma encoberta. Alguns pais e mães, de diferentes orientações sexuais, já têm filhos, biológicos ou adotados, provenientes de relações anteriores ou de relações atuais, recorrendo à inseminação artificial, barriga de aluguer ou adoção apenas por um elemento. Muitas dessas famílias são mantidas em segredo, sem serem assumidas perante a sociedade e, até há pouco tempo, sem qualquer proteção legal. A necessidade da uma legislação que respondesse a esta realidade familiar e garantisse proteção familiar tornou-se uma necessidade e uma luta política.

A evolução legislativa tem decorrido com resistências por parte dos governantes e legisladores. Figueira (2013) descreve o caso português com avanços e retrocessos que começaram com a Lei 7/2001. Esta lei vem “reconhecer alguns direitos familiares pessoais aos homossexuais, equiparando os efeitos das suas uniões aos efeitos das uniões heterossexuais.” (Figueira, 2013, p.55). O casamento entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido através da Lei 9/2010 e com isso permitiria o acesso destes casais à adoção, contudo o artigo 3 vem negar a possibilidade de recorrer à adoção. Em fevereiro de 2012 é apresentado o Projeto de Lei nº126/XII e o Projeto de Lei nº278/XII à Assembleia da República com o fundamento de eliminar a proibição de casais homossexuais adotarem crianças. Ambos os projetos foram chumbados e em 2013 o partido socialista apresenta um projeto, desta vez aprovado na sua generalidade que figurava a co-adoção, ou seja, permitia a partilha da adoção da criança, com o seu cônjuge, o qual um deles já tivesse responsabilidades parentais.

A Lei nº2/2016, publicada em Diário da República, a 29 de fevereiro, vem eliminar as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações

jurídicas familiares determinando, deste modo, o fim da proibição legal ao acesso da adoção.

Desta forma, Portugal passou a ser um dos 25 países que permitem a adoção, independentemente da orientação sexual do casal. Contudo, passado um ano após a publicação da lei, esta realidade ainda apresenta algumas fragilidades. A este propósito Batista e Cerqueira (2017) com base na informação de Nuno Pinto, Presidente da associação ILGA Portugal, apontam a formação e o preconceito por parte dos profissionais envolvidos no processo de adoção como as principais dificuldades para o desenvolvimento do mesmo.

Apoiando-se em factos da ILGA, Batista e Cerqueira (2017) mencionam que até março de 2017 não foi conhecido nenhum casal que finalizasse o processo de adoção. A duração dos processos de adoção é longa e o tempo decorrido desde a publicação da lei portuguesa até esta data ainda não é o suficiente para um casal adotar uma criança. É importante realçar que o processo de adoção em Portugal é moroso e implica várias etapas. Desde a vontade manifesta de adotar até à efetivação da adoção compreende um longo período. O casal passa por avaliação social e psicológica, formação, contacto com a criança e avaliação da integração da mesma. Da candidatura de adoção ao acolhimento efetivo da criança na família o processo passa pela via institucional da segurança social ao tribunal.

Para Chaves (2013), a adoção é mais do que um aspeto jurídico, é uma escolha, uma opção que implica vidas. A decisão de adotar integra dois estados: a motivação de quem decide adotar e uma criança que necessita de ser integrada numa família, aspetos que em nada se incompatibilizam com a orientação sexual dos envolvidos.

4. Visão dos Profissionais da área social sobre famílias homoparentais

A temática da homoparentalidade tem vindo, nos últimos anos, a ser origem de múltiplos estudos e investigações. Num contexto político e social que reconhece a família homossexual e a sua possibilidade de filiação e que legisla o fim da discriminação a esta tipologia familiar, como vimos nos pontos anteriores, abordar, analisar e discutir o tema torna-se de significativa importância para uma progressiva consolidação nas diferentes esferas da sociedade.

Um dos primeiros focos de atenção por parte dos investigadores, quer nos Estados Unidos como na Europa, foi o bem-estar de uma criança que cresce no seio de uma família homoparental. A capacidade de educar e assumir as funções parentais bem como a influência desta estrutura familiar na orientação sexual da criança ganhou interesse no campo científico. Tendo como base um leque diversificado de estudos, a análise dos resultados dessas pesquisas reportou uma semelhança entre famílias homoparentais e heteroparentais, ou seja, não existem diferenças significativas de níveis de desenvolvimento entre crianças desenvolvidas nas duas tipologias familiares (Costa, Pereira e Leal, 2012).

O Relatório de Investigação sobre Famílias Homoparentais pedido pelo The Williams Institute e divulgado em 2014 vem apresentar o panorama da investigação mundial relativamente às famílias homoparentais. Os autores do relatório, Golberg, Gartrell e Gates (2014), revelam que os dados resultantes dessa pesquisa apresentam consistência no que respeita ao bem-estar das crianças filhas/os de famílias homoparentais, no entanto ainda são alvo de heterossexismo em vários contextos, tais como: no sistema legal, na área da saúde e no ambiente escolar.

Em Espanha foi realizado um estudo por Rodríguez-Mena (2015) sobre as famílias homoparentais e a escola pública. Este estudo aborda a opinião dos professores sobre as dificuldades / limitações sentidas na ação educativa com a diversidade de famílias. No leque da multiplicidade familiar, a família homoparental foi a que reuniu mais limitações. O autor indica como possíveis barreiras a ideologia, e as crenças dos professores relativamente a esta tipologia familiar. Segundo Rodríguez-Mena, a maioria revela uma atitude aberta e respeito pela família homoparental, é possível constatar que não existe uma atitude claramente contrária à homoparentalidade, no entanto é evidente opiniões intermédias e pouco claras. Nalgumas opiniões foi reconhecida uma atitude homofóbica em relação às uniões entre pessoas do mesmo sexo e para alguns docentes a família homoparental é um desvio social.

No contexto nacional, a investigação sobre a temática da parentalidade exercida em famílias homossexuais também tem vindo a assumir um papel crescente no espaço da ciência. Investigadores como Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira e Leal (2013) através de um estudo com 993 participantes tentaram avaliar as atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. A maioria dos participantes revelou uma atitude favorável à homoparentalidade, mas mais favorável em relação ao casal

heterossexual uma vez que a criança teria mais problemas emocionais e sociais com um casal homossexual. Os problemas serão maiores se a criança crescer no seio de um casal composto por dois homens.

A família homoparental é considerada por Xavier, Alberto, Mendes (2015) como um tema que suscita diversas opiniões bem como tomadas de posição. Este cenário movimenta-se nas diferentes esferas da sociedade e influencia o leque diversificado dos profissionais que têm na sua prática diária responsabilidades parentais e contacto com famílias homoparentais.

A discussão da homoparentalidade decorre, na maioria das vezes, no âmbito da adoção. Contudo, após este processo, a família homoparental continua em contacto com outros contextos. A relação desta tipologia familiar com os profissionais que têm um papel ativo na assistência educacional, psicológica e social da criança pode ser constringida pela existência de preconceito (Gato, Fontaine e Carneiro, 2010).

Neste sentido torna-se relevante conhecer e compreender a visão dos diversos profissionais que poderão estabelecer contacto com as famílias homoparentais.

Segundo Gato, Fontaine e Carneiro (2010) os estudos realizados com intervenientes da área psicossocial, tais como: psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, professores, entre outros, ainda são reduzidos. A maioria dos estudos efetuados até à data debruçam-se sobre a família e a criança e apenas uma pequena percentagem se destina a pessoas exteriores às famílias. Os mesmos autores indicam, também, algumas pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, entre 1995 e 2006, por diferentes investigadores que utilizaram metodologias experimentais semelhantes e envolveram pedopsiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. No estudo realizado em 1995, os estudantes de Psicologia canadianos evidenciaram homofobia e preconceito relativamente a um progenitor homossexual. Por sua vez, no ano posterior, estudantes norte-americanos manifestaram que comparando com um casal heterossexual, um casal homossexual masculino apresenta menos competências parentais e mais instabilidade emocional para educar uma criança. Outra investigação, em 1997, com estudantes universitários norte-americanos apresenta os mesmos resultados que os anteriores adicionando dúvidas relativamente à influência do papel e identidade de género e a orientação sexual na criança. A avaliação realizada em 1999 sobre as atitudes de 388 psicólogos norte-americanos relativamente à homoparentalidade vem mostrar que a maioria manifestou atitudes positivas face à

família homoparental. Em 2006, na Austrália, estudantes de Serviço Social não apresentavam atitudes diferentes entre casais homoparentais e casais heterossexuais e tinham um conhecimento moderado sobre o tema.

No contexto nacional e debruçando sobre futuros profissionais de áreas que lidarão com crianças, adultos e jovens, tais como o psicossocial, o jurídico, a saúde e a educação, foram inquiridos 1288 estudantes de modo a averiguar atitudes face à diversidade sexual. Gato e Fontaine (2012) verificaram uma diferença de atitudes consoante a área de formação. Os alunos de Educação, Medicina e Direito apresentaram atitudes mais negativas face a pessoas homossexuais do que os alunos da área psicossocial.

Relativamente a futuros intervenientes da rede social e a sua perceção sobre a homoparentalidade, estes evidenciaram atitudes positivas no que respeita à parentalidade homossexual, mas mais positivas à parentalidade heterossexual. No contexto da homoparentalidade, os participantes consideraram que os homossexuais, quer no feminino ou no masculino receberiam mais apoio da sociedade enquanto solteiros do que em casal (Gato, Freitas, Fontaine, 2012).

Ambos os estudos remetem para a importância da consciencialização dos futuros profissionais para a temática e da sua inclusão nos conteúdos programáticos (Gato e Fontaine, 2012; Gato, Freitas e Fontaine, 2012).

5. O Educador Social: Promoção da inclusão social

O entender da família como elemento de influência social, influenciador da sociedade e, por sua vez, objeto de representação social torna indissociável refletir sobre educação.

O processo evolutivo humano implica um forte enlace entre sociedade, família e educação. Esta ligação fundamenta-se na família enquanto produto da sociedade, agente de socialização, e constrói-se através da educação. Pode-se encontrar a sua explicação através do “habitus” defendido por Pierre Bourdieu (1983) que apresenta a educação como mediador de sociabilidade. A interdependência entre estas instâncias é fruto de um conjunto de estruturas e práticas que definem opções e escolhas sociais. Os

elementos que constituem a família estão sujeitos a práticas da sociedade intermediadas pela educação.

A educação é um todo na vida e no dia-a-dia do indivíduo social. Está presente desde o nascimento até ao fim dos seus dias, nas relações, na partilha, nas aprendizagens e nas influências. Deste modo “toda a educação em geral é ou deve ser ‘social’, ou seja, educação social no sentido específico como constructo concetual ou como praxis, fenómeno ou estrutura insere-se na educação ao longo da vida” (Martins, 2013).

A leitura de Díaz (2006) e Gonçalves (2009) sobre educação social compreende diversas conceções consoante o momento e o espaço em que decorre. A sua conceção conflui o educativo com o social, e surge pela necessidade de resposta aos problemas resultantes da evolução da sociedade. As necessidades práticas da sociedade levaram à reflexão teórica de modo a resultar numa intervenção na práxis.

O foco central da educação social é a socialização do indivíduo, implica o conhecimento e a ação sobre o mesmo, e está presente em todos os “contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano” (Díaz, p.92, 2006).

Timóteo e Beltrão (2012) indicam como núcleo central da educação social reduzir o desequilíbrio e a desigualdade social; fomentar a cooperação, a solidariedade, a participação cívica, social e política, a justiça social; o desenvolvimento pessoal perspetivando o sujeito como ator e autor do seu percurso, potenciar os recursos pessoais e comunitários; desenvolver um sentido crítico. Segundo as autoras, a educação social assume uma ação progressiva e duradoura no desenvolvimento integral do ser humano. Tem como intuito a mudança e a melhoria da qualidade de vida do sujeito, otimiza os seus recursos internos e externos, permitindo que se entenda a si mesmo, aos outros e ao meio que o rodeia.

Ao entender-se a educação social como uma prática importa abordar o profissional que intervém no contexto social. Maia (2011, p.145) descreve “O Educador Social, um agente de intervenção sócio-educativa que actua com sujeitos e comunidades no sentido de potenciar o seu desenvolvimento e transformação, trabalha em múltiplos contextos de intervenção”. Do mesmo modo, Canastra e Malheiro (2009) apresenta-o como um profissional emergente com um papel sociopedagógico. O educador adota estratégias que têm como objetivo a promoção dos grupos sociais e, ao mesmo tempo

compreende-os como sujeito e agente do seu próprio desenvolvimento, comprometendo a sociedade no seu todo na atividade socioeducativa.

Mateus (2012) narra o educador social como um profissional que desenvolve a sua práxis através de ação-reflexão-ação. Desempenha o papel de interlocutor privilegiado, criando pontes de ligação e comunicação entre o sujeito, a família, as instituições e a sociedade. O profissional socioeducativo ajuda na construção de caminhos que permitam a resolução de problemas existentes nos contextos que precisam da sua intervenção.

Maia (2011) menciona que o educador social intervém em diferentes espaços que estão relacionados o sujeito ou grupo, tais como o bairro, a família ou instituições. O profissional integra uma equipa multidisciplinar com saberes de diferentes áreas disciplinares consoante as necessidades existentes em determinado contexto.

O educador social deve ser capaz de “intencionalizar e adequar a ação, personalizando-a e tornando-a significativa para os sujeitos” (Timóteo e Bertão, p.22, 2012). A educação social desenvolve-se no quotidiano do sujeito tendo em conta os diferentes momentos de vida do mesmo e o ambiente que o envolve. As autoras consideram que o educador social, enquanto ser capaz de mediar, analisar, criar oportunidades de cooperação, e coparticipação com e entre sujeitos, apoiar socioafetivamente e ser elemento presente e participante no quotidiano do sujeito, assume um papel de destaque na construção de relações com vista a educação para o desenvolvimento.

A família tem vindo a sofrer mutações que resultaram numa diversidade de configurações familiares. Essas transformações originaram mudanças que vêm romper com normativos. Pereira e Bourget (2010) explicam que alguns discursos bem como abordagens científicas e políticas sobre o tema família têm contribuído para a naturalização e legitimação de um modelo normativo. Ou seja, a postura de efetivar e reconhecer apenas um modelo de família tende à sustentação de crenças e preconceitos relativamente a novas configurações familiares.

As representações sociais determinam as ações sobre a família de acordo com o entendimento que o sujeito tem da mesma. Deste modo, as representações sociais sobre as novas tipologias familiares podem repercutir tensões, atitudes de desigualdade e exclusão social. Partindo das competências apresentadas, o educador social desempenha um papel determinante na inter-relação entre sociedade e família. Cabe aos profissionais

de educação social intervirem de modo a adequarem a sua ação para que o indivíduo se adapte e desenvolva as suas competências e capacidades numa sociedade em constante mudança (Martins, 2013). O educador social deve ter um papel mediador entre as duas instâncias, reconhecer modelos diferentes dos seus próprios referenciais no sentido de prevenir situações de desigualdade e discriminação.

Relativamente à família homossexual e às questões da sexualidade e género Carrera (2013) reflete sobre o tema apoiando-se na educação para a liberdade de Paulo Freire. A autora considera que a educação social deve ser uma prática educativa libertadora que possibilite outras formas de ser e estar na sociedade, que promova e valorize a riqueza de variedade que compõe a realidade social.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

1. Problema de Investigação

A homoparentalidade tem assumido uma maior visibilidade nos últimos tempos e tem sido foco de discussão devido à sua relevância do ponto de vista social e de ser um tema recorrente no cenário político, social e cultural.

A 29 de fevereiro de 2016 foi publicada a Lei 2/2016 que vem determinar o fim da discriminação no acesso à adoção por sujeitos casados ou em união de facto com pessoa do mesmo sexo. É uma lei muito recente, que foi alvo de muitas resistências, e traduziu-se num processo moroso para o país dar luz verde à adoção por casais do mesmo sexo. Esta nova realidade vem permitir o fim da discriminação para novas famílias homoparentais que pretendem adotar uma criança, bem como, oficializar e proteger, situações familiares existentes, que na sua maioria se mantinham encobertas até à atualidade.

A criança vai pertencer a uma família que se afasta da norma do modelo nuclear, estabelecido há muito tempo. No entanto, a estrutura familiar está inserida e regulada pelo meio social o que contempla um processo coletivo que envolve não só a família, mas todo o meio envolvente. O núcleo familiar vai estar em contacto com atores que estabelecem contacto profissional com as famílias homoparentais que podem evidenciar atitudes influenciadoras nas funções parentais. No leque diversificado de profissionais que estão envolvidos na rede social das famílias destacam-se os educadores, professores, educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, entre outros. Estes profissionais desempenham um importante papel uma vez que constituem um elo de ligação da família com a sociedade e têm influência na sua inclusão social uma vez que a “privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena (Mito, 2004, p. 2)”. Neste sentido, torna-se pertinente conhecer a visão que os atores da área social têm face à homoparentalidade.

1.1. Questão de pesquisa

Almeida e Pinto (1990) consideram o quadro teórico o ponto de partida e o elemento orientador da investigação empírica. A formulação das questões de investigação requer preparação, ou seja, implica uma revisão da literatura existente sobre o tema a pesquisar.

Para Yin (2003) a pesquisa bibliográfica não determina as respostas sobre o que se pretende estudar, mas é uma base para formular novas questões sobre o assunto. Segundo o autor, as questões de investigação representam a etapa mais importante a ser considerada no desenho de uma pesquisa.

Ao cotejar a literatura sobre a temática da homoparentalidade foram-me surgindo interesses dos quais resultaram uma questão pertinente. Deste modo, o interesse central desta investigação parte da seguinte pergunta de partida: **Quais são as representações sociais dos profissionais da área social face à homoparentalidade?**

1.2. Objetivos

A questão de investigação é a linha orientadora para o desenvolvimento metodológico de um estudo e permite a formulação dos objetivos a atingir, como afirma Maxwell, “In your research design, the research questions serve two main functions: to help you focus the study (the questions’ relationship to your goals and conceptual framework) and to give you guidance for how to conduct it (their relationship to methods and validity).” (2008, p.229).

Partindo dos interesses suscitados pelo quadro teórico apresentado e pela questão levantada, corporizaram-se os objetivos deste estudo. Neste contexto, é intuito desta investigação recolher dados que permitam:

Objetivo geral

-Conhecer as representações sociais dos profissionais da área social relativamente à homoparentalidade.

Objetivos específicos

- Conhecer o conceito de família dos diferentes profissionais;
- Conhecer a opinião dos diferentes profissionais sobre a adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo;
- Conhecer a opinião dos diferentes profissionais sobre as funções parentais de pais homossexuais;
- Conhecer a opinião dos diferentes profissionais sobre o tema da homoparentalidade na sua formação académica;
- Conhecer a experiência profissional dos diferentes profissionais com famílias homoparentais.

2. Metodologia da investigação

O processo de investigação é composto por um conjunto de decisões que é determinado pelo objetivo da investigação e o objeto de estudo. Para Coutinho (2005), a investigação é uma forma de procurar significados através de um conjunto de fatores a que se chama paradigma e cada um corresponde a um modo de entendimento da realidade.

Sendo intuito desta pesquisa recolher dados que permitam conhecer as representações sociais dos profissionais que poderão vir a ter contacto com as famílias homoparentais, os paradigmas interpretativo e descritivo apresentam na sua essência as características privilegiadas para o desenvolvimento da mesma. Segundo Erikson (1989) o paradigma interpretativo emerge a partir do interesse pela vida e perspectivas das pessoas na sociedade e Rodríguez (2011) apresenta-o como um paradigma que contempla a existência de várias realidades contruídas pelos seus atores na relação com a sua realidade social. Este valoriza a compreensão dos significados das ações e das situações humanas e não pretende generalizar resultados. E, por sua vez, Fonseca (2008) considera que o paradigma descritivo permite através de uma linguagem quantitativa extrair conhecimento que complementa a interpretação dos fenómenos sociais.

Deste modo este estudo assenta numa metodologia mista, numa abordagem qualitativa e quantitativa. Ambas abordagens procuram revelar pressupostos da realidade estudada. A metodologia quantitativa pressupõe um raciocínio lógico dedutivo da realidade enquanto a qualitativa segue um processo indutivo. Isto significa que a perspectiva quantitativa analisa a realidade de uma forma objetiva e singular e a qualitativa é mais subjetiva e múltipla (Melo, 2013).

O desenho desta investigação recorre à triangulação da abordagem quantitativa e qualitativa. Ruiz-Olabuénaga (2012) considera que a triangulação destas duas metodologias enriquece e atribui uma melhor qualidade ao produto final. Para o autor as abordagens são distintas, mas podem complementar-se. Como reforço deste argumento Duarte (2009) menciona que a corroboração dos diferentes métodos nem sempre é possível mas a sua triangulação contribui para uma validação cumulativa e em simultâneo uma integração de diferentes perspectivas do fenómeno social, retratando um quadro mais completo da realidade.

2.1. Técnicas de recolha de dados

Partindo dos objetivos definidos e de modo a permitir uma melhor recolha de dados procedeu-se à construção de dois instrumentos. Após uma revisão teórica dos diferentes instrumentos utilizados na investigação em ciências sociais, o inquérito por questionário e a entrevista semi-estruturada apresentaram características que permitem uma recolha de informação ajustada à resposta dos objetivos definidos.

2.1.1 O inquérito por questionário

O inquérito por questionário é uma técnica de recolha de dados que proporciona determinado conhecimento ao investigador. Este instrumento é composto por questões de carácter aberto, fechado ou misto. É aplicado a um conjunto de pessoas, representativo de uma população, e utiliza-se para recolher dados sobre aspetos sociodemográficos, atitudes, opiniões, expectativas, preferências, conhecimentos e comportamentos (Quivy e Campenhoudt, 2005). Esta técnica pode revestir-se de grande

objetividade e a ser aplicada a um amplo universo de participantes, permitindo quantificar e comparar a informação obtida (Almeida,1994).

Neste estudo optei por construir um Inquérito por Questionário (Apêndice A), organizado por cinco secções. A primeira secção é referente a dados sociodemográficos e as restantes às opiniões, atitudes experiências dos inquiridos sobre o conceito de família, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, o desempenho da parentalidade por esses casais e, por último, sobre a formação académica e experiência profissional relativamente ao tema. Este instrumento de recolha de dados é composto maioritariamente por perguntas fechadas tendo por referência os resultados do estudo realizado por Rodríguez-Mena (2017, 2015) e Rodríguez-Mena, Borges e Lopes (2017). O mesmo é composto por questões de resposta única (dados sociodemográficos) e afirmações positivas e negativas relativamente ao tema de modo a evitar tendência. As afirmações têm como medida uma escala gradativa de cinco níveis que varia do discordo muito ao concordo muito.

A técnica foi aplicada *online* com o formato dos questionários disponibilizados pelo Google docs. O procedimento de contato e solicitação da participação das pessoas ocorreu por *email* onde era explicado o objetivo do estudo e mencionado a sua confidencialidade. Foram contactadas as instituições existentes no Algarve a nível público, privado e instituições particulares de solidariedade social (IPSSs) (Apêndice B), às quais foi enviada uma mensagem por correio eletrónico com o instrumento a solicitar a colaboração dos profissionais da área social. Posteriormente, o inquérito por questionário foi partilhado através da aplicação *Messenger* de modo a obter uma maior participação uma vez que o número de respostas por parte das instituições era reduzido.

2.1.2 – A entrevista semiestruturada

Relativamente à entrevista semiestruturada Savoie-Zajc (2003) refere que esta técnica é um modo de pesquisa que tenta perceber os fatos tal como eles são na visão dos participantes, procurando aceder ao significado e utilizando a dinâmica existente entre entrevistado e entrevistador. Neste sentido, Quivy e Campenhoudt (2005) destacam a importância da informação, mas também do processo do ato da entrevista, pois através dele é possível aceder a expressões, recuos, atitudes e representações reais.

Segundo Ketele e Roegiers (1993) na entrevista semiestruturada o investigador conduz a conversa com base num guião pré-definido que serve apenas como referência. “Na entrevista semi-directiva existe um esquema de entrevista (grelhas de temas, por exemplo). Porém, a ordem pela qual os temas podem ser abordados é livre;” (Ghiglione e Matalon, 1992, p.92). A vantagem deste instrumento de recolha de dados é a sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação.

Por sua vez, a construção do guião que orientou a entrevista semiestruturada foi organizado por temas tendo em consideração os objetivos do estudo (Apêndice C). O guião foi dividido por seis temas: A caracterização do entrevistado, o conceito de família, a adoção por casais do mesmo sexo, a homoparentalidade, a formação do entrevistado e a sua prática profissional. O instrumento foi composto por perguntas abertas e flexíveis com a possibilidade de alterar a sua ordem e aplicar as necessárias alterações de acordo com o desenrolar da entrevista. A sua aplicação decorreu no ambiente escolhido pelos entrevistados e de acordo com a sua disponibilidade.

2.2. Análise dos dados

Após a recolha da informação procedeu-se ao tratamento da mesma. Para analisar os dados recolhidos pelo inquérito por questionário recorri ao *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). “O SPSS é uma poderosa ferramenta informática que permite realizar cálculos estatísticos complexos, e visualizar os seus resultados, em poucos segundos.” (Pereira e Patrício, 2013, p.15). Esta ferramenta permite fazer uma análise estatística dos dados recolhidos e simplificá-los de modo a tornar a sua utilização acessível a qualquer utilizador. Apesar de se tratar de um programa alcançável a diversas pessoas segundo Pinto (2012) não dispensa um conhecimento aprofundado para uma melhor exploração e utilização da ferramenta.

Através do programa SPSS procedeu-se a uma análise descritiva dos dados recolhidos de modo a obter a moda de todas as variáveis, a média das idades e a análise bivariada das variáveis consideradas pertinentes de um maior aprofundamento. É de relevada pertinência conhecer o posicionamento dos profissionais de acordo com o sexo e a sua área de formação, porém devido ao tamanho da amostra essa análise não se torna viável. No caso do sexo, não existe uma devida proporção entre a percentagem de

homens e mulher e respeitante à área de formação o reduzido número de participantes dispersas pelas diversificadas opções de escolha.

A informação resultante da análise é apresentada através de gráficos e tabelas e a sua leitura é possibilitada pela frequência ou pela medida percentual.

Para o tratamento dos dados recolhidos através da entrevista semiestruturada, recorreu-se à análise de conteúdo. De acordo com Vala (1990) a análise de conteúdo é uma técnica que tem como finalidade efetuar inferências das mensagens recolhidas e sistematizadas. Bardin (1977), assim como Minayo (2007), estruturam a análise de conteúdo em três etapas: a pré-análise, a exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. A primeira etapa consiste em contactar com o material recolhido através de uma leitura exaustiva e elaborar os indicadores que permitirão a interpretação final. Na fase da exploração dos dados, pretende-se encontrar categorias, isto é, procurar passar do texto a palavras ou expressões significativas. Na última etapa, classifica-se a agregação dos dados de acordo com as categorias, propõe-se inferências e realiza-se interpretações tendo como base o quadro teórico.

Por sua vez, Guerra (2012) entende por análise de conteúdo uma técnica de confronto entre o conhecimento do investigador e os dados recolhidos no terreno. Ou seja, baseia-se na relação da descrição dos dados narrados e a interpretação do investigador com base no objeto de estudo e em conceitos estabelecidos.

Assim sendo, a escolha desta técnica prende-se ao facto de ser uma técnica de análise de comunicação que permite um confronto com os dados recolhidos e o conhecimento inicial do investigador de modo a produzir novo conhecimento e partir para outras questões sobre o tema. Foi intuito na análise da informação recolhida seguir as três fases defendidas por Bardin (1977) e Minayo (2007).

O procedimento da análise de conteúdo foi estruturado de acordo com uma sequência. Tendo como referência o guião da entrevista e os objetivos definidos, os dados foram transcritos da gravação de áudio (Apêndice D, E, F e G), analisados e agrupados por categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo, (Apêndice H).

Para Ruiz-Olabuénaga (2012) a categorização tem o intuito de reduzir os dados obtidos das entrevistas, destacando a informação mais significativa. Num sentido de sintetizar e classificar os dados e de modo a facilitar a análise das entrevistas a informação foi categorizada da seguinte forma (Tabela 1):

TABELA 1 – Categorização da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas

Categoria	Subcategoria
Caracterização dos participantes	-Idade; -Área de formação; -Área de atuação; -Função / atividade que desempenha; -Anos de atividade profissional.
Família	-Conceito de família; -Tipos / modelos de família; -Desafios para as novas formas de família.
Adoção	-Lei 2/2016 de 29 de fevereiro de 2016; -Casais do mesmo sexo e adoção de crianças; -Desafios para os casais do mesmo sexo na adoção de crianças.
Homoparentalidade	-Famílias homoparentais; -Homoparentalidade e desenvolvimento da criança; -Desafios para a família homoparental.
Formação	-A presença da diversidade de famílias na formação; -A importância da abordagem da diversidade de famílias na formação.
Experiência Profissional	-Tipo de famílias que contacta mais profissionalmente; -Experiência profissional com famílias homoparentais; -Dificuldades sentidas entre profissionais e famílias homoparentais; -Promoção e respeito pela diversidade de famílias.

2.3. Participantes

O intuito das investigações na área das ciências sociais é o conjunto social, ou seja, o comportamento de conjunto, as estruturas e os sistemas que permitem o funcionamento e a mudança da sociedade e não apenas o comportamento individual. Contudo, para obter essa informação a investigação tem de partir de elementos que constituem o todo e a totalidade dessas unidades representam a população de estudo, ou seja, a amostra representativa da população (Quivy e Campenhoudt, 2005).

Partindo da pergunta de interesse e do objetivo definido desta investigação, tendo o mesmo o intuito de conhecer as representações sociais dos profissionais da área social face à homoparentalidade, foi feita uma recolha dos contactos eletrónicos das instituições existentes no Algarve de carácter público, privado ou instituição particular de solidariedade social (IPSS) que tenham intervenção nesse âmbito para aplicar o inquérito por questionário. Foram identificadas 209 entidades (Apêndice B) com profissionais com intervenção social em contexto de:

-Crianças e jovens (Creches/JI/ATL; Casa de Acolhimento; Lar de infância/juventude;

CPCJ; Apoio Educativo);

-Família (Atendimento/acompanhamento psicossocial; Casa de abrigo; Apoio domiciliário);

-Integração social e comunitária (Acompanhamento social; Centro comunitário; Refeitório/cantina social; Comunidade de inserção; Centro de alojamento temporário e comunidade de reinserção; Ajuda alimentar; Apoio a pessoas sem abrigo; Intervenção direta).

Num universo de 209 *emails* enviados a diferentes entidades da região do Algarve com intervenção social e, posteriormente, partilhado pela aplicação *Messenger*, como referido anteriormente, aderiram ao inquérito por questionário 156 profissionais. Não tendo sido possível obter informação sobre o universo, ou seja, sobre o total de pessoas que exercem funções na área social nas instituições referidas não se pode considerar que as respostas obtidas são representativas da população em estudo. Como tal, a amostra é não-probabilística e não é representativa da realidade uma vez que não estão representados todos os profissionais da área social de forma proporcional ao seu peso na população. Toda a informação prestada pelo inquérito por questionário não está associada a uma identificação uma vez que foi anónimo e confidencial.

Para a recolha de dados através da entrevista semiestruturada foi solicitado, de acordo com contactos pessoais e fatores de proximidade, a quatro profissionais de formação diferente para participarem no estudo. Ou seja, o método adotado para a escolha dos participantes a entrevistar teve como base uma escolha intencional e de conveniência dos seus elementos, isto é, a seleção teve em conta o objetivo da investigação (profissionais da área social), a sua acessibilidade e a disponibilidade para colaborar na mesma (Burguess, 1997; Gauthier, 2003). Deste modo, tal como os participantes do inquérito por questionário, tratou-se de uma amostra de conveniência não-probabilística. A identidade das entrevistadas foi preservada e as mesmas são identificadas ao longo da análise pela letra “P” que representa “Participante” e pela sequência numérica que foram entrevistadas (P1, P2, P3 e P4).

CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

1. Análise e discussão dos dados

A análise e discussão dos dados recolhidos pelo inquérito por questionário e pela entrevista semiestruturada estão organizados de acordo com os objetivos definidos e obedecem à seguinte sequência temática:

- a) Caracterização dos participantes;
- b) Família;
- c) A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo;
- d) Homoparentalidade;
- e) Formação académica e experiência profissional com famílias homoparentais.

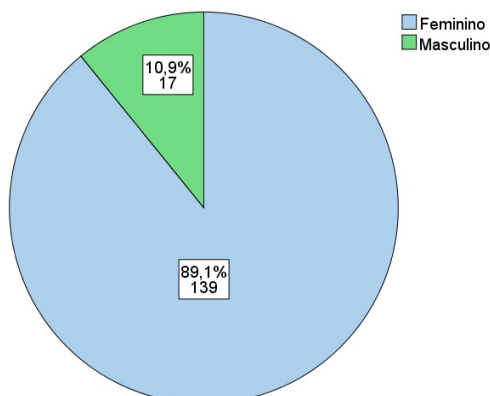
A sequência temática apresentada intenta organizar a informação recolhida de modo a facilitar a sua análise e discussão e respeita a mesma estrutura para o inquérito por questionário como para a entrevista semiestruturada de modo a que cada tema seja abordado em simultâneo e, por sua vez, triangulado.

1.1. Caracterização dos Participantes

A primeira secção do inquérito por questionário permitiu obter a caracterização dos participantes através das seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, religião, área de formação, entidade de atuação, área de atuação e função que desempenham.

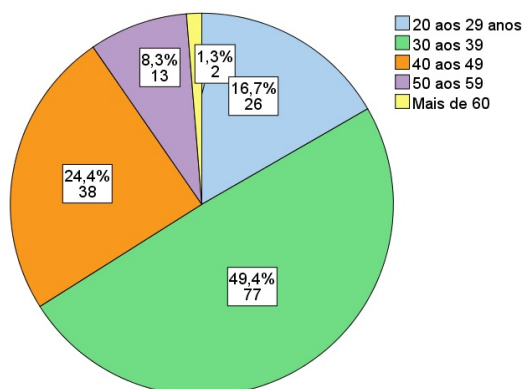
O Gráfico 1 mostra a distribuição dos participantes por sexo. Dos 156 participantes que responderam ao inquérito por questionário a maioria são do sexo feminino. Os resultados distribuem-se com 10,9% do sexo masculino e 89,1% do sexo feminino. Revela-se, deste modo, que os participantes têm uma maior representação de mulheres em relação aos homens. Neste contexto, não se torna possível fazer uma análise bivariada com esta variável devido à representação do sexo feminino e do sexo masculino não ser proporcional.

GRÁFICO 1 – Sexo dos Participantes



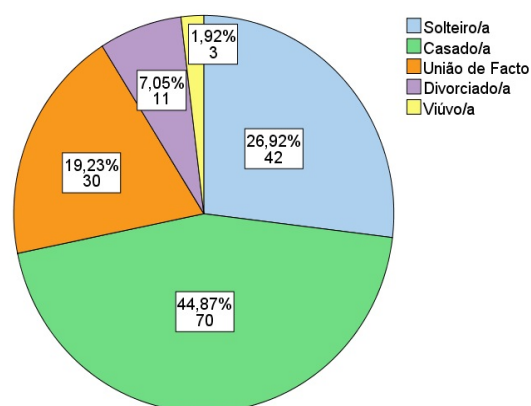
Relativamente à idade, o Gráfico 2 indica que a faixa etária entre os 30 e os 39 anos representam 49,4% da amostra, em segundo encontra-se a faixa etária dos 40 aos 49 anos com 24,4%, de seguida os 20 aos 29 anos com 16,7%, os 50 aos 59 anos com 8,3% e por fim os participantes com mais de 60 anos retratam 1,3% da totalidade. Trata-se, por isso de uma amostra com predominância na faixa etária entre os 30 e os 39 anos. Incidindo a média de idade dos participantes na mesma faixa etária.

GRÁFICO 2 – Idade dos participantes



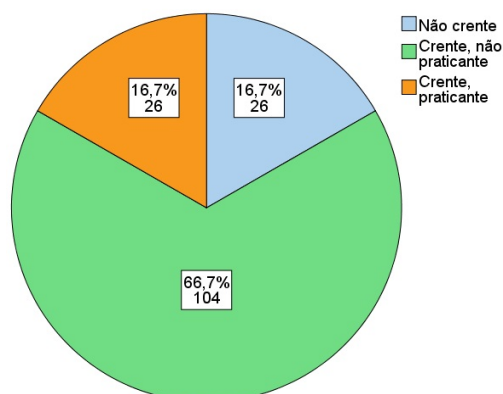
Como elucidado no Gráfico 3, de entre os 156 participantes constatou-se que 44,87% são casados, 26,92% são solteiros, 19,2% estão em união de facto, 7,1% são divorciados e 1,92% são viúvos.

GRÁFICO 3 – Estado Civil dos participantes



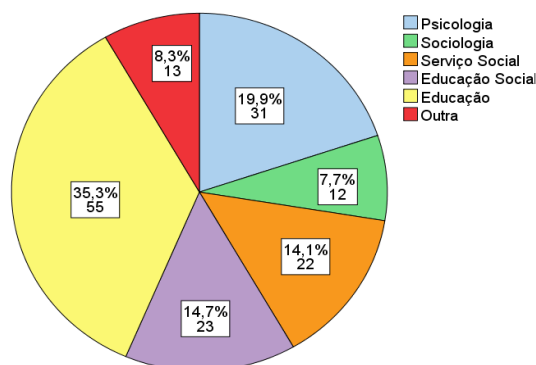
Quanto à religião, a maioria são crentes não praticantes com uma representação de 66,7% enquanto os restantes dividem-se de igual modo, com 16,7% para os crentes praticantes e 16,7% para os não crentes na religião (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 – Religião dos participantes



Sendo o objetivo desta investigação centrar-se nos profissionais que têm intervenção social e possibilidade de contactar com famílias homoparentais, relativamente à sua área de formação a amostra dividiu-se da seguinte forma (Gráfico 5):

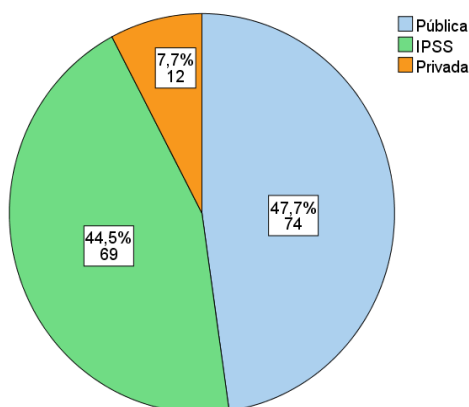
GRÁFICO 5 – Área de formação dos participantes



A maior percentagem presente no Gráfico 5 é dos profissionais com formação na área da Educação que representam 35,3% da amostra. Em segundo lugar situam-se os profissionais formados em Psicologia com 19,9%, em seguida a área da Educação Social com 14,7%, 14,1% da amostra corporiza os profissionais com formação na área do Serviço Social, 8,3 % outras áreas de formação e 7,7% a área da sociologia.

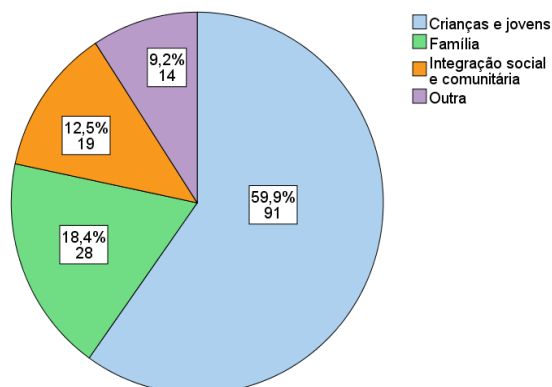
A maioria desses profissionais desempenha as suas funções em entidades públicas, refletindo 47,7% dos participantes, 44,5% em Instituições Particulares de Solidariedade Social e 7,7% em entidades privadas (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 – Entidade de atuação



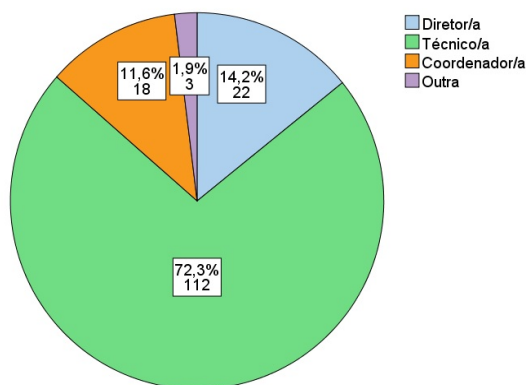
Das áreas de intervenção dos profissionais, estas dividiram-se entre 59,9% na área das crianças e jovens, 18,4% na área da família, 12,5% na área de integração social e comunitária e 9,2% noutras áreas (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 – Área de atuação



Dentro das áreas de atuação apresentadas, segundo o Gráfico 8 a maioria dos participantes desempenha a função de técnico (72,3%), seguidamente a função de diretor (14,2%), os coordenadores representam 11,6% e 1,9% equivale a outras funções.

GRÁFICO 8 – Função desempenhada pelos participantes



Resumindo, as variáveis sociodemográficas apresentadas nos gráficos anteriores revelam que a amostra teve o predomínio de participantes do sexo feminino, com uma faixa etária entre os 30 e os 39 anos, casados, crentes na religião, mas não praticantes, com formação na área da Educação, atuação em entidades públicas, na área das crianças e jovens e desempenham a função de técnicos.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas realizadas, foi possível obter o seguinte perfil das participantes (Tabela 2):

TABELA 2 – Caracterização dos participantes das entrevistas semiestruturadas

	Idade	Formação	Entidade e área de atuação	Função/ atividade	Anos que desempenha a função
P1	51	Educação de Infância	IPSS: Jardim de Infância	-Diretora Pedagógica e Educadora de Infância: coordenação do Projeto Educativo e Projeto Curricular de Sala	-Educadora de Infância: 19 anos -Diretora Pedagógica: 7 anos
P2	24	Educação Social	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	-Educadora Social: técnica cooptada pela Comissão nacional; Acompanhamento de processos de famílias	-11 meses
P3	49	Psicologia Clínica, e Tradução	Clinica Privada de Psicologia	Psicóloga clínica, formadora e tradutora: técnica na psicoterapia; formação em idiomas e comportamento humano	-Tradução: 25 anos -Psicologia: 7 anos
P4	43	Serviço Social	IPSS: Instituição de crianças e jovens com deficiência	Assistente Social: gestão das atividades de crianças e jovens; contacto com as famílias e organização do processo das mesmas	-11 anos

Conforme elucidada a Tabela 2, as participantes das entrevistas apresentam idades compreendidas entre os 24 e os 51 anos, havendo mais representação a partir dos 40 anos. A sua formação reflete diferentes áreas, tais como Educação de Infância, Educação Social, Psicologia e Serviço Social. A sua intervenção decorre em contextos de IPSS(s), CPCJ e entidade privada. A Participante 1 desempenha a função de Educadora de Infância há 19 anos e de Diretora Pedagógica há 7 anos, a Participante 2 de Educadora Social há 11 meses, a Participante 3 é Psicóloga e tem 7 anos de intervenção na área da psicologia e, por sua vez, a Participante 4 desempenha a função de Assistente Social há 11 anos. A maioria das entrevistadas apresentam uma experiência profissional com alguma duração de 7 a 19 anos e apenas uma ainda não atingiu o primeiro ano de profissão.

1.2. Família

Para conhecermos qual o significado de Família, apresentou-se o tema no inquérito por questionário através de 12 afirmações, tendo as opiniões em relação a cada uma delas sido expressa através de uma escala de cinco níveis, com as seguintes variações: discordo muito, discordo, indiferente, concordo e concordo muito. E de forma a obter uma informação mais rica e completa do conceito de Família, a entrevista semiestruturada incidiu sobre três subcategorias: o que representava a palavra família, os tipos ou modelos de família que conheciam e os desafios para essas formas de família (Tabela 1).

Analisando os dados recolhidos do inquérito por questionário quanto ao conceito de Família, a Tabela 3 disponibiliza as respostas dos inquiridos através de frequência e percentagem.

TABELA 3 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema- Família

Itens	Discordo muito		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Uma família é um vínculo emocional e um laço afetivo.					1	0,6	29	18,6	126	80,8
2. Uma família pode ser composta por duas pessoas de sexos diferentes, com ou sem filhos.	14	9	4	2,6	20	12,8	38	24,4	80	51,3
3. A família é um laço sanguíneo.	26	16,7	34	21,8	41	26,3	28	24,4	17	10,9
4. Uma família pode ser composta por duas pessoas de sexos diferentes, com uma nova união conjugal, com ou sem filhos das relações anteriores.	12	7,7	4	2,6	16	10,3	51	32,7	73	46,8
5. A família deve satisfazer as necessidades mais básicas de cuidado, proteção, saúde e sobrevivência.			1	0,6	3	1,9	30	19,4	121	78,1
6. A família deve disciplinar de forma assertiva.			2	1,3	8	5,1	54	34,6	92	59
7. Uma família pode ser composta por duas pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos.	8	5,2	7	4,5	26	16,8	39	25,2	75	48,4
8. Uma família pode ser composta por progenitor e filho(s).	8	5,2	3	1,9	13	8,4	46	29,7	85	54,8
9. A família deve facilitar a interação social da criança.					1	0,6	25	16,1	129	83,2

10.	Uma família pode ser composta por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem coabitação.	19	12,3	35	22,7	42	27,3	28	18,2	30	19,5
11.	A família natural é composta por um pai e uma mãe.	21	13,7	27	17,6	41	26,8	34	22,2	30	19,6
12.	A família é aquela que protege, cuida e ama, mesmo que não seja a família biológica.			1	0,6	2	1,3	22	14,2	130	83,9

Legenda: Moda

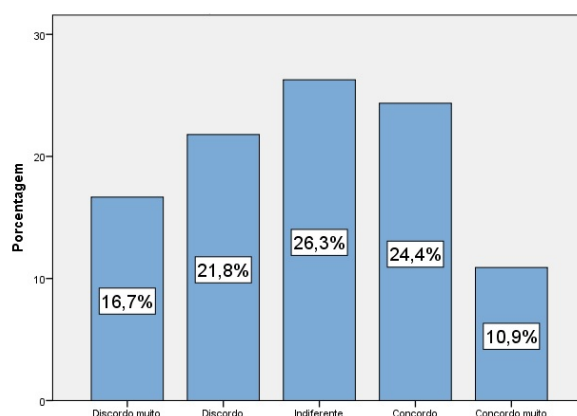
Sobre o conceito de família, e segundo a Tabela 3, as afirmações referentes ao mesmo que mais tiveram concordância foram: a família protege, cuida e ama mesmo que não seja a família biológica; facilita a interação social; é um vínculo emocional e um laço afetivo. Para a maioria dos inquiridos uma família não tem que ter ligação biológica, deve prestar proteção, amor, cuidados, disciplina e tem o papel de integração na sociedade.

Por sua vez, ao abordar o conceito de família, todas as entrevistadas atribuem um sentido estrutural à família, apenas uma menciona a afetividade, e outra a função educativa e de prestação de cuidados.

Conforme a grelha de categorização dos dados recolhidos das entrevistas (Apêndice H), as respostas das entrevistadas conduzem-nos a uma concordância da família enquanto estrutura. Essa estrutura pode representar um *núcleo* (P1), um *grupo* (P2), as *bases* do indivíduo (P3 e P4), ter o *funcionamento de uma empresa* (P3) e ser composta por *membros ascendentes e descendentes* (P1). De acordo com a P3, a estrutura familiar é um órgão de grande importância na sociedade que deve ter constância, tolerância e flexibilidade. Para a P1 a família é uma relação baseada na afetividade. Quanto à sua função, a P2 considera que a família tem a responsabilidade de educar e prestar os cuidados necessários aos seus elementos, sendo que a P4 destaca o papel de inserção na sociedade.

No que concerne, ainda, à posição dos participantes do inquérito por questionário sobre o conceito de família, a leitura do gráfico 9 evidencia uma opinião intermédia ou pouco clara, quanto ao laço de sanguinidade, o que contradiz o item 12: A família é aquela que protege, cuida e ama, mesmo que não seja a família biológica.

GRÁFICO 9 – A família é um laço sanguíneo.



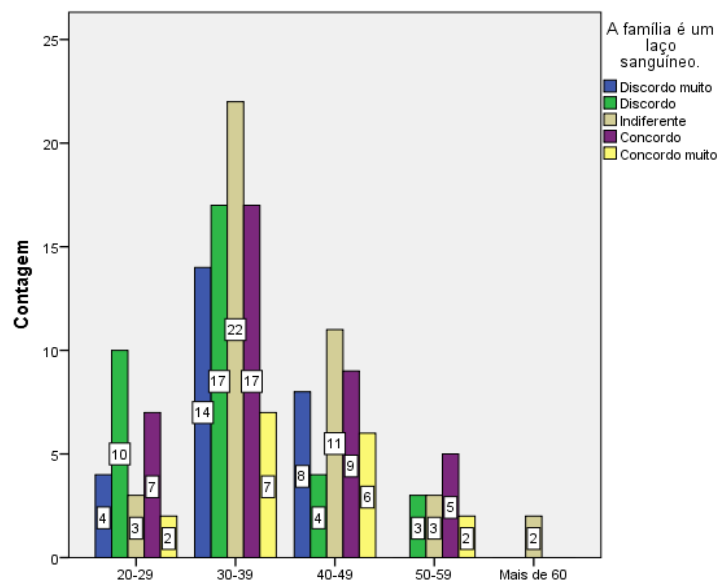
De acordo com o Gráfico 9, a resposta indiferente foi a mais escolhida, porém num sentido gradativo as respostas seguintes apresentam valores próximos. A resposta “indiferente” representa 26,3% da escolha dos participantes, de seguida posiciona-se a resposta “concordo” com 24,4%, e depois a resposta “discordo” com 21,8%. Somando por um lado as opiniões positivas, e por outro as negativas obtém-se valores similares. 35,3% respondeu afirmativamente quanto ao vínculo sanguíneo como fator constituinte de família, enquanto que 38,5% considerou que esse vínculo não define o conceito de família. As opiniões extremas em relação à afirmação apresentam números próximos, sendo que a importância do fator consanguíneo no conceito familiar não é consensual entre os inquiridos.

Numa análise bivariada, cruzou-se o item “A família é um laço sanguíneo” com diferentes variáveis tais como, a idade e a religião.

Relativamente ao cruzamento da afirmação com a idade, o Gráfico 9.1 revela que o grupo etário entre os 20 e os 29 anos posicionou-se maioritariamente na resposta “discordo” quanto à mesma. A maioria do grupo entre os 30 e os 39 anos manifestou-se indiferente, bem como o grupo entre os 40 e os 49 anos. O grupo etário dos 50 aos 59 expressou-se com mais incidência na resposta “concordo”. E, por sua vez, o grupo com mais de 60 anos obteve a representação de dois participantes que ambos escolheram a resposta “indiferente”. Apesar da amostra ser pequena e de se analisar uma representação reduzida da realidade é verificável uma tendência de opinião consoante a idade. Ou seja, é visível uma variação de opinião de um extremo para o outro dos grupos etários. Somando as posições discordantes (“discordo muito” e “discordo”) e concordantes (“concordo muito” e “concordo”) sobre a afirmação, constata-se que até

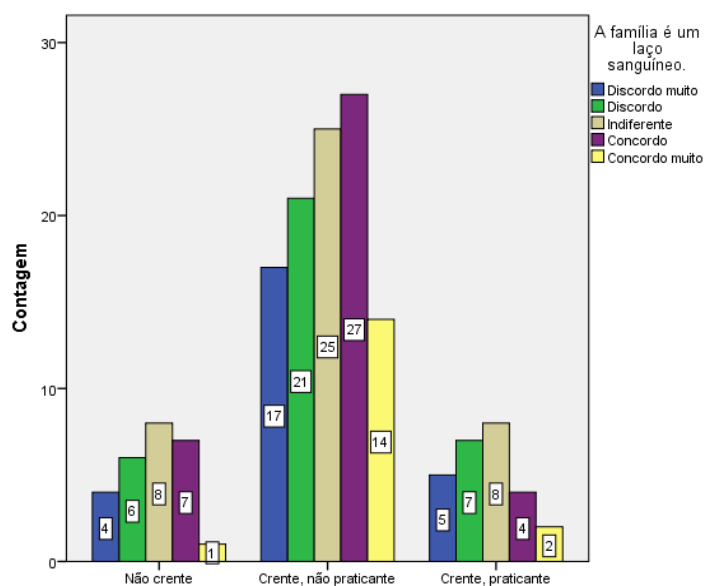
aos 39 anos são mais discordantes da afirmação, a faixa etária entre os 40 e os 59 anos são mais concordantes e a partir dos 60 anos situam-se numa posição intermédia.

GRÁFICO 9.1 – Idade



Por sua vez, ao agrupar os dados da religião com a afirmação (Gráfico 9.2.), a resposta mais escolhida dos participantes não crentes foi o “indiferente”, dos crentes não praticantes foi o “concordo” e dos crentes praticantes foi o “indiferente”. Reunindo as posições discordantes “discordo muito” e “discordo” e, por outro lado, as posições concordantes “concordo muito” e “concordo”, verifica-se que maioritariamente os não crentes discordam da afirmação. Os crentes não praticantes bem como os praticantes apresentam uma distribuição de respostas muito semelhante quer para uma posição como para outra. Tendo em conta as respostas dos inquiridos, e apesar de haver maior tendência para algumas das posições, a variação entre as mesmas é muito próxima, revelando um posicionamento pouco claro quanto à questão. Neste caso, pode-se até deduzir que a religião não é uma variável determinante de opinião sobre a definição de família enquanto laço sanguíneo.

GRÁFICO 9.2 – Religião



Quanto à diversidade familiar, é possível conferir através da Tabela 3 que as respostas revelam uma concordância de opinião no seu reconhecimento. Esta posição é verificável inclusive no item 7, na afirmação que uma família pode ser composta por duas pessoas do mesmo sexo, 73,6% revelou uma atitude positiva quanto a esta configuração familiar. Posição semelhante foi possível identificar nos discursos de algumas entrevistas. A diversidade familiar é reconhecida e identificada.

Relativamente ao tipo ou modelos de família que as participantes conhecem, as respostas foram similares. Foram focadas por todas as entrevistadas as famílias monoparentais e as reconstituídas. Apenas duas mencionaram as famílias tradicionais (P1 e P4) e as famílias homoparentais (P3 e P4).

As profissionais que referiram a família tradicional descrevem-na como composta por pai, mãe, filhos e, possivelmente, por outros elementos com laços sanguíneos. E consideram que este modelo familiar já tem pouca expressão nos dias de hoje. Para as participantes na atualidade são predominantes as famílias monoparentais e as reconstituídas. No que respeita às famílias homoparentais, apenas duas mencionaram essas famílias e uma delas referiu que essa realidade ainda não lhe é próxima. Vejamos as unidades de registo elucidativas desse contexto:

P1- “Existe ainda a família tradicional, pai, mãe, filhos, possivelmente, avós... eventualmente um tio ou uma tia. Este modelo é difícil de encontrar, mas ainda

existe, muito pouco. Agora o que existe é mães solteiras, famílias monoparentais, o pai ou a mãe, que vivem separados e cada um com o seu núcleo familiar.”

P2- “...atualmente há muito famílias monoparentais.”

“Há poucas famílias tradicionais, aquelas famílias que se casam, mãe e pai, têm filhos e continuam juntos nos tempos que decorrem hoje. Hoje em dia isso é muito reduzido, há uma percentagem pequena de família tradicional.”

P3- “...muitas mães separadas...”

“...muitas famílias em que há madrastas, padrastos, em que as crianças têm que conviver com esta mistura própria que se vive atualmente.”

“...ainda não tenho encontrado muito a realidade de uma mãe homossexual com filhos ou um pai homossexual com filhos.”

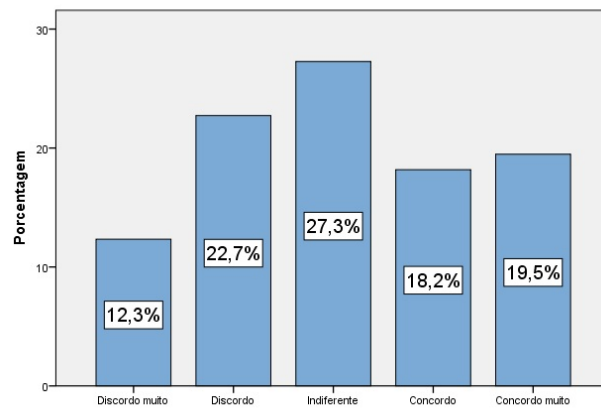
P4- “As famílias tradicionais com mãe, pai e filhos, as monoparentais, só com mãe e filho ou pai e filho, e a de pais separados e os casais do mesmo sexo.”

Os extratos apresentados ilustram que as entrevistadas identificam modelos de família que rompem com os padrões anteriormente existentes. A família tradicional continua a existir, embora com menos representação, e dá lugar a um contexto de pluralidade familiar que se figura em famílias monoparentais, reconstituídas e homoparentais.

Embora a diversidade de famílias seja reconhecida há alguns itens no inquérito por questionário que transpareceram opiniões intermédias, ou seja, os gráficos 10, 11 revelam opiniões pouco claras quanto aos itens 10 e 11 e até contraditórias do que foi mencionado anteriormente.

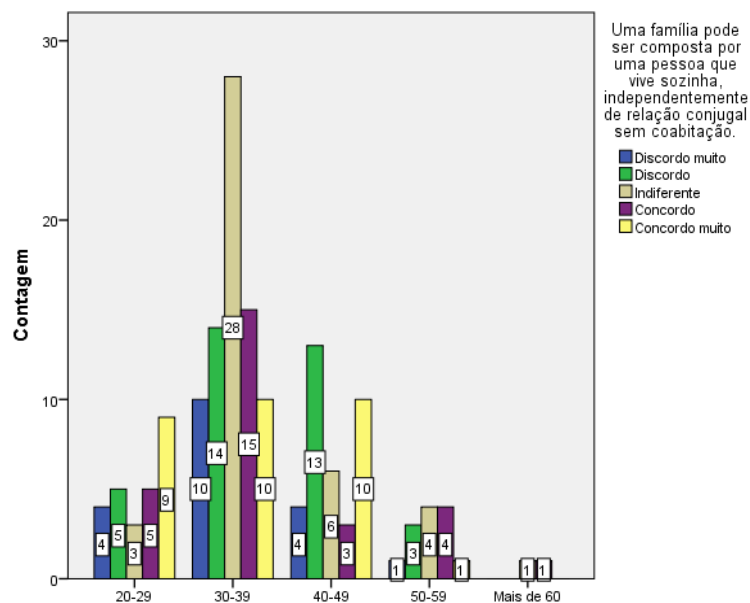
Atendendo ao Gráfico 10, 27,3% dos participantes consideram indiferente que uma família seja composta por uma pessoa que vive sozinha, mas 22,7% discordam da afirmação e 19,5% concordam muito. De forma semelhante ao gráfico 9, quando se somam as opiniões positivas e as negativas verifica-se que 35% discordam da afirmação e que 37,7% concordam que uma pessoa sozinha representa uma família. De acordo com as respostas dadas, verifica-se uma divisão de opinião quanto a esta questão.

GRÁFICO 10 – Uma família pode ser composta por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem coabitação.



No sentido de conhecer a influência da idade com a opinião dos inquiridos relativamente à família ser composta apenas por uma pessoa, cruzou-se as duas variáveis e obteve-se os seguintes resultados (Gráfico 10.1.):

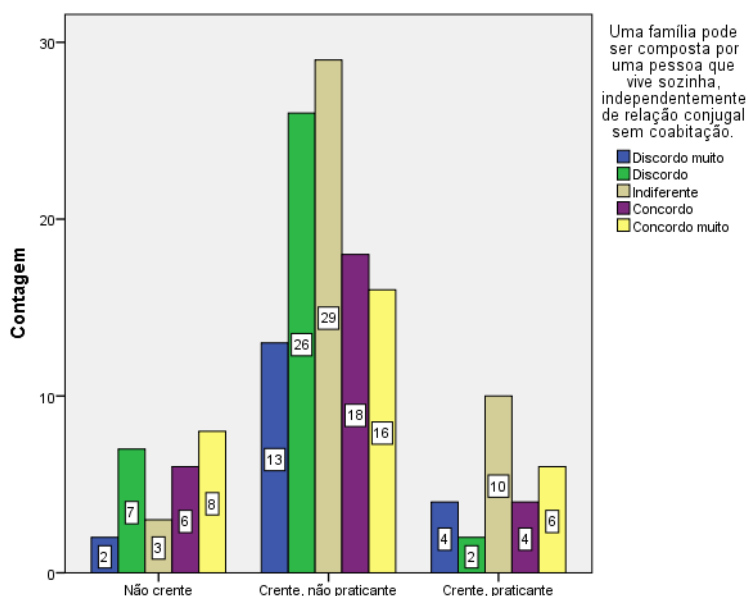
GRÁFICO 10.1 – Idade



A leitura do Gráfico 10.1 permite verificar que o grupo etário entre os 20 e os 29 anos concorda com esta composição familiar. Para o grupo dos 30 aos 39 anos a resposta mais seleccionada foi o “indiferente”, contudo os restantes profissionais pertencentes a este conjunto etário dividem-se entre posições opostas (concordância ou discordância). No que respeita à faixa etária dos 40 aos 49 anos, os valores são

próximos em ambas as posições, mas a maioria incide na discordância. Entre os 50 e os 59 anos distribuem-se entre a discordância, a indiferença e a concordância. Apenas dois participantes se situam no grupo etários de mais de 60 anos, e as respostas escolhidas foram o “indiferente” e o “concordo”. Analisando a idade, verifica-se que existe uma posição mais definida no grupo etário mais novo enquanto que nos restantes permanece uma divisão de opinião.

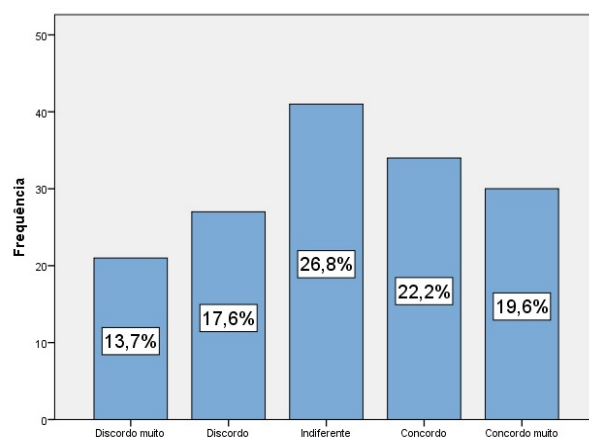
GRÁFICO 10.2 – Religião



Quanto à religião (Gráfico 10.2), a opinião dos não crentes é maioritariamente concordante com a afirmação. A maioria dos profissionais sem crença na religião concorda que uma família pode ser composta apenas por uma pessoa.

A resposta mais escolhida para os crentes não praticantes e para os praticantes foi o “indiferente”, contudo a maior frequência no grupo dos não praticantes é visível na posição discordante, e no grupo dos praticantes na posição concordante com esta composição familiar. É importante evidenciar que os valores em qualquer posição são muito próximos não havendo diferenças reveladoras de uma posição firme quanto à variável da religião sobre este item.

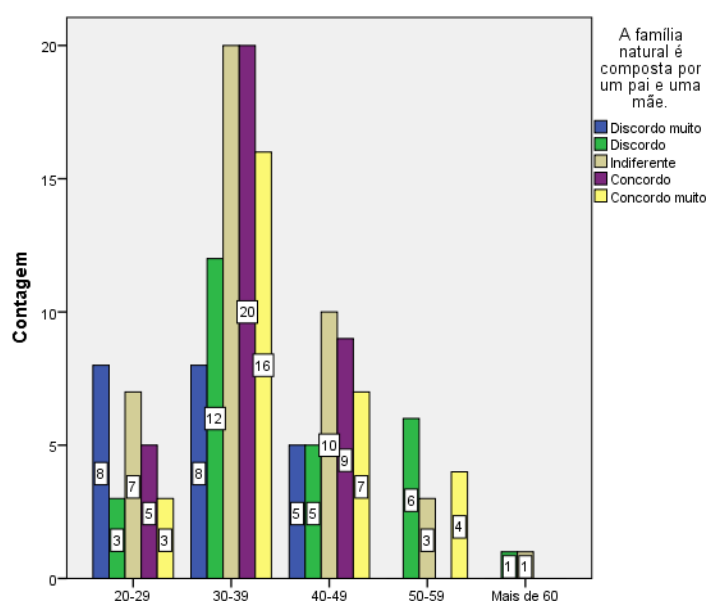
GRÁFICO 11 – A família natural é composta por um pai e uma mãe.



Conforme o Gráfico 11, dos inquiridos, 26,8% manifestou ser-lhes indiferente que a família natural seja composta por um pai e uma mãe, mas somando os sentidos opostos desta resposta, ou seja, juntando o “discordo muito” com o “discordo”, estes representam 31,3%, enquanto que o “concordo muito” com o “concordo” representam 41,8%. Isto significa que apesar da resposta indiferente ter 26,8%, a maioria respondeu de forma positiva relativamente à afirmação da composição familiar natural ser constituída por duas pessoas de sexo diferente (pai e mãe).

Respetivamente à análise bivariada da idade com o item abordado, os dados presentes no gráfico 11.1 evidenciam que a maioria do grupo etário dos 20 aos 29 anos escolheu a resposta “discordo muito” como expressão à família natural ser composta por um pai e uma mãe.

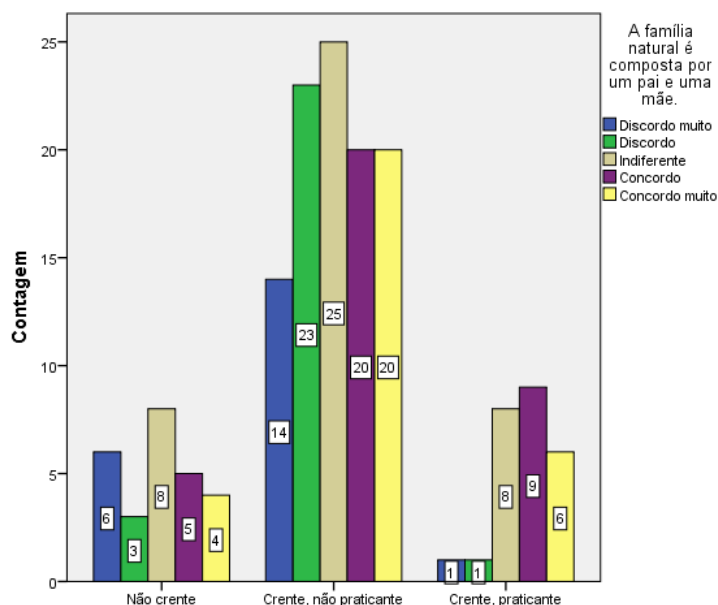
GRÁFICO 11.1 – Idade



Por sua vez, o grupo etário dos 30 aos 39 anos concorda maioritariamente com a afirmação. A resposta com a maior frequência entre o grupo dos 40 aos 49 anos foi o “indiferente”, embora a tendência de opinião incida na concordância. A faixa etária dos 50 aos 59 anos manifesta-se maioritariamente discordante e os inquiridos com mais de 60 anos que totalizam duas respostas, dividem-se pelo “discordo” e pelo “indiferente”.

Dissecando o factor religioso, verifica-se que a maioria dos profissionais não crentes respondeu “indiferente”, mas os restantes dividem-se de igual modo quanto à discordância ou concordância com a afirmação.

GRÁFICO 11.2. – Religião



Os inquiridos crentes não praticantes e os praticantes manifestaram com mais evidência a concordância com a família natural ser composta por um pai e uma mãe. Deste modo, pode-se inferir que a presença da religião pode ser entendida como influenciadora de opinião uma vez que quanto maior é o grau de religiosidade maior é o entendimento da referência do modelo de família tradicionalmente aceite em que figura uma pessoa de sexo masculino e outra do sexo feminino.

À indiferença, indecisão ou pouca clareza dos inquiridos na consideração de uma pessoa que vive sozinha como uma forma de familiar, como também no entendimento que a família natural é composta por um pai e uma mãe, adiciona-se os desafios mencionados nas entrevistas para as diferentes tipologias familiares.

No que respeita aos desafios apontados pelas entrevistadas para as novas formas de família, estes apresentaram diferença de opinião (Apêndice H). A P1 destacou que os maiores desafios são destinados às famílias homossexuais, e os mesmos passam pela luta pelo preconceito existente na sociedade. A P2 mencionou que as famílias reconstituídas têm o desafio da aceitação dos seus filhos pelos novos companheiros/as, e as famílias monoparentais deparam-se com a dificuldade de educar e assegurar as necessidades sozinhos/as. Por sua vez, a P3 considera que o maior desafio é a parentalidade, independentemente da configuração familiar, e o que está relacionado com a mesma, ou seja, a pressão de corresponder aos filhos, a subjugação à vontade dos mesmos e a confusão de papéis relativamente à função de pais e filhos. Por fim, a P4 afirmou que se houver responsabilidade de todos os desafios serão superados.

Refletindo sobre os dados recolhidos, quer do inquérito por questionário, quer da entrevista semiestruturada, e cotejando com o enquadramento teórico anteriormente abordado, pode-se depreender que a Família é uma noção presente na vida de todos mas suscetível de diferentes leituras, conforme a experiência pessoal do indivíduo e as suas representações sociais sobre a mesma.

As contradições apresentadas em afirmações semelhantes evidenciam uma dificuldade em conceituar a família, e que uma visão polissémica sobre uma realidade complexa nem sempre é consensual com o modelo cultural de família socialmente legitimado, assente numa constituição biológica de pai, mãe e filhos (Nunes, 2014). Exemplo disso é o posicionamento no que respeita à constituição natural de uma família e sua ligação com o fator de sanguinidade. Os resultados apresentam contradições com o que foi respondido às outras afirmações, revelando pouco desprendimento quanto à representação social em que a família é um vínculo biológico, ao contrário do que Singly (2011) defende, em que a mesma é uma estrutura relacional focada nas pessoas e ligada por laços de afinidade. Continuando a conceituar a Família, proteção, cuidado, amor, educação e estrutura foram significados atribuídos à mesma, que conforme Costa (2009) alude, a sua definição compreende uma imprecisão e um uso variado de termos.

A maioria dos profissionais reconhece a existência de uma diversidade familiar que contempla diferentes tipologias, tais como as famílias reconstruídas, famílias monoparentais, famílias heteroparentais e homoparentais. 73,6% revelou uma atitude positiva quanto à família constituída por duas pessoas do mesmo sexo, contudo a posição manifestada sobre as afirmações “A família é um laço sanguíneo” e “A família

natural é composta por um pai e uma mãe” deixa dúvidas quanto à aceitação desta configuração familiar. É pertinente mencionar que só duas entrevistadas referiram a família homoparental por sua iniciativa. Essa ideia é reforçada por uma das entrevistadas que mencionou que as famílias homoparentais não são uma realidade próxima. Outra tipologia que não reúne consenso é a da família composta apenas por uma pessoa, pois persiste uma divisão de opinião quanto à afirmação.

Quanto às respostas dadas no inquérito por Questionário sobre o tema Família e as variáveis como a idade e a religião, destacam-se posições mais firmes no grupo dos 20 aos 29 anos e no grupo dos participantes não crentes. Nos restantes grupos é evidente uma maior divisão de opinião.

1.3. A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo

No tema “A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo”, pedia-se aos inquiridos pelo inquérito por questionário que respondessem a 10 afirmações, conforme o Apêndice A. Quanto a este tema, a análise às entrevistas semiestruturadas permitiu enquadrar as respostas das entrevistadas nas seguintes subcategorias: a Lei 2/2016 de 29 de fevereiro; os “Casais do mesmo sexo e adoção de crianças”; e os “Desafios para os casais do mesmo sexo na adoção de crianças”, como se pode verificar na categorização anexada (Apêndice H).

As afirmações presentes no inquérito por questionário reuniram opiniões positivas e negativas quanto ao assunto e os dados recolhidos são apresentados através de frequência e percentagem (Tabela 4).

TABELA 4 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema- A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo

Itens	Discordo muito		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	1. Os casais homossexuais têm o mesmo direito de adotar quanto outro tipo de família.	4	2,6	5	3,2	21	13,5	42	26,9	84
2. A orientação sexual é um fator determinante no processo de adoção de crianças.	56	36,1	38	24,5	37	23,9	15	9,7	9	5,8
3. Os casais homossexuais apresentam a mesma capacidade e responsabilidade para adotar que outro tipo de família.	2	1,3	5	3,2	19	12,2	42	26,9	88	56,4
4. A família homoparental é uma possibilidade de a criança viver num lar estável em vez de uma instituição.	1	0,6	7	4,5	9	5,8	50	32,1	89	57,1
5. Os casais homossexuais não são idóneos para adotar uma criança.	86	55,5	30	19,4	23	14,8	9	5,8	7	4,5
6. É preferível que as crianças permaneçam numa instituição a aguardar uma família heterossexual do que numa família homoparental.	115	73,7	23	14,7	9	5,8	3	1,9	6	3,8
7. Os casais homossexuais têm condições emocionais para oferecerem amor e atenção.	3	1,9	3	1,9	24	15,5	36	23,2	89	57,4
8. Os casais homossexuais estão preparados para adotar e educar os seus filhos.	3	1,9	6	3,8	30	19,2	48	30,8	69	44,2
9. As crianças vindas de uma instituição encontram-se vulneráveis. A adoção por casais homossexuais torna-as mais vulneráveis.	62	40	55	35,5	19	12,3	12	7,7	7	4,5
10. Um casal homossexual não devia adotar uma criança devido à sua instabilidade emocional.	93	60	33	21,3	20	12,9	5	3,2	4	2,6

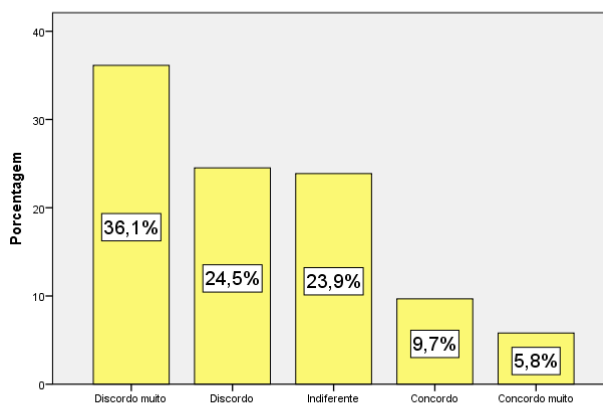
Legenda: Moda

Analisando as respostas dadas ao inquérito por questionário quanto à adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo, os valores mais elevados indicam que os inquiridos demonstram uma opinião positiva em relação familiar a este assunto. Isto verifica-se porque as respostas dividem-se com uma grande expressão em

“concordo muito” para as afirmações positivas e “discordo muito” para as afirmações negativas. Sobre esta questão encontramos posição idêntica nas entrevistas realizadas. Quando questionadas sobre a Lei 2/2016 de 29 de fevereiro, as entrevistadas revelaram concordância relativamente ao fim da discriminação no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, e à extinção da proibição legal no acesso à adoção. Mas com algumas considerações, ou seja, para a P1, há necessidade de uma mudança de mentalidades uma vez que ainda existe preconceito pela diferença, a P2 considera que a lei reflete a evolução da sociedade e a mudança de comportamentos. A P3 declarou que a lei representa uma abertura para acompanhar a evolução dos outros países nesta temática. Por sua vez, a P4 respondeu que aceita e respeita.

Igualmente, no inquérito por questionário, as respostas dadas permitiram inferir uma manifestação positiva sobre o tema apresentado, todavia constou-se na afirmação sobre a importância da orientação sexual para adotar uma criança uma manifestação diferente de opinião, o que requereu uma análise debruçada sobre os resultados.

GRÁFICO 12 – A orientação sexual é um fator determinante no processo de adoção de crianças.



De acordo com o Gráfico 12, 60,6% dos profissionais expressaram discordância sobre a orientação sexual dos adotantes enquanto fator determinante no processo de adoção de crianças, enquanto que para 23,9% é indiferente, e para 15,5% há concordância com a sua implicação/influência neste tipo de procedimento. Apesar da maioria concordar que não é determinante, resta uma percentagem expressiva que revela uma posição intermédia e outra de concordância com a afirmação. Pode-se deduzir que este fator ainda pode representar incertezas na opinião dos profissionais e que a orientação sexual dos elementos do casal pode influenciar o processo de adoção de uma

criança. Ou seja, para os profissionais inquiridos os casais homossexuais são pessoas idóneas, estáveis emocionalmente, com capacidade e responsabilidade para educar e têm o mesmo direito que outras tipologias familiares para adotar. No entanto, surgem algumas incertezas sobre a influência da sua orientação sexual no processo adotivo, esta manifestação pode implicar a consciência de existência de preconceito por parte dos outros. Como Alarcão (2000) e Amaro (2014) referem, as famílias homossexuais são objeto de estereótipos o que poderá dificultar a sua aceitação e ser posta em causa a sua capacidade parental. Nesta análise não foram consideradas as variáveis da idade e da religião uma vez que os resultados refletem uma maioria discordante mas considerou-se pertinente abordar a minoria que se manifestou “indiferente” ou concordante.

A posição quanto à adoção de crianças por casais do mesmo sexo, é semelhante nas entrevistas. A maioria das entrevistadas considera que os casais do mesmo sexo reúnem as mesmas condições que outra tipologia familiar, contudo foi manifestada a possibilidade de preconceito em relação à homossexualidade. A P1 foca a importância dos papéis de género nos dias de hoje, ou seja, que os papéis de mãe e pai têm tendência a misturar-se e por isso não haverá diferença entre o casal ser composto por pessoas do mesmo sexo ou sexo diferente.

P1- “Eu acho que sim. Cada vez mais acho que o papel do pai e da mãe se diluem. Antigamente é que havia essa coisa do pai fazia aquilo e a mãe fazia aquilo. Agora não, o pai faz tudo o que a mãe faz e a mãe o que o pai faz. Não vejo tanto essa diferença de género. Eu não acho que seja imprescindível um pai ou uma mãe. Duas pessoas do mesmo sexo não fazem diferença nenhuma.”

A P2 considera que os casais compostos por pessoas do mesmo sexo são seres humanos responsáveis, capazes de amar, educar, respeitar e criar uma criança e devem estar em igualdade perante as outras famílias sem condicionamentos discriminatórios.

P2- “Sim, considero. Acima de tudo são humanos e se tomam essa decisão é porque acham que têm forma de o fazer e na minha opinião não tem que haver discriminação. Porque acho que assim como os outros casais ditos entre aspas casais normais, composto por um homem e uma mulher, acho que famílias compostas por dois homens ou por duas mulheres têm exatamente as mesmas condições para adotar. Conseguem amar, conseguem educar, conseguem respeitar,

conseguem dar tudo o que é condições para uma criança conseguir crescer em seio familiar.”

Como mostra o extrato seguinte, a P3 referiu que a criança deve desenvolver-se na estrutura familiar, independentemente da sua configuração, em vez de estar institucionalizada.

P3- “A verdade é que não há nada que substitua a estrutura familiar. A família é sem dúvida a melhor forma de desenvolvimento e a melhor forma de tentar produzir indivíduos capazes e com um papel ativo e positivo na sociedade. Quando comparando se uma criança está melhor institucionalizada ou numa estrutura familiar homossexual, a minha opinião é que a criança deve estar na estrutura familiar com todas as limitações que essa estrutura tem.”

Por sua vez, a P4 mencionou o preconceito existente na sociedade referente à orientação sexual predominante nesta tipologia familiar.

P4- “Os casais homossexuais têm mais dificuldade em adotar devido ao preconceito que ainda existe sobre a homossexualidade.”

No que diz respeito aos desafios para os casais do mesmo sexo no acesso à adoção de crianças, existe consenso entre todas as entrevistadas. Ou seja, segundo a P1, os desafios estão relacionados com a aceitação por parte da sociedade, pela resistência dos outros à aceitação (P2), pela ação dos técnicos envolvidos no processo de adoção e a necessidade destes se abstraírem das suas convicções para serem justos (P3) e, por fim, pelo preconceito e/ou tabus existentes na sociedade (P4).

Os dados obtidos sobre o tema “A adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo”, no inquérito por questionário, bem como nas entrevistas, possibilitam inferir que os profissionais da área social manifestam uma atitude favorável quanto ao mesmo.

À priori são reconhecidas características nos casais do mesmo sexo que não põem em causa as competências parentais, porém é evidenciada por alguns profissionais a possibilidade de discriminação quanto à homossexualidade no processo de adoção. As entrevistas, pela sua natureza, permitem retirar outros sentidos de forma mais personalizada. As entrevistadas detetam a existência de desafios para esta tipologia

familiar. Os desafios provêm dos outros, da sociedade e estão relacionados com o preconceito e a discriminação.

De acordo com o enquadramento teórico, o reconhecimento legal da adoção de crianças por casais do mesmo sexo é recente e foi um processo com avanços e retrocessos que deu os seus primeiros passos legislativos em 2001 (Figueira, 2013). Conquistado esse direito jurídico trata-se de uma realidade que ainda apresenta algumas fragilidades e até março de 2017 não foi conhecido nenhum casal que finalizasse o processo de adoção. Este quadro reflete uma sociedade pouco madura no contacto com este contexto e a deteção de preconceito e discriminação pode representar obstáculos na concretização de alguns casos de adoção.

1.4. Homoparentalidade

Para aferir a visão dos profissionais quanto à homoparentalidade, o tema foi abordado no inquérito por questionário através de 16 itens, compostos por afirmações positivas e negativas relativamente ao assunto. Por sua vez, na entrevista semiestruturada este ponto foi repartido em três subcategorias: as famílias homoparentais, a homoparentalidade e desenvolvimento da criança, e os Desafios para a família homoparental, como se pode verificar no Apêndice H.

Os participantes do inquérito por questionário expressaram-se da seguinte forma (Tabela 5):

TABELA 5 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema- Homoparentalidade

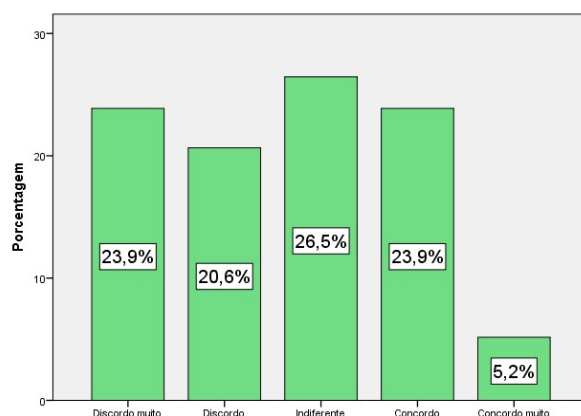
Itens	Discordo muito		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Uma criança adotada por homossexuais pode não apresentar comportamentos homossexuais.	4	2,6	3	1,9	15	9,7	49	31,8	83	53,9
2. As crianças criadas em famílias homoparentais têm mais probabilidade de ter problemas	87	56,1	43	27,7	19	12,3	6	3,9		

	de desenvolvimento.										
3.	É prejudicial para a criança contactar exclusivamente com um tipo de papel sexual: paterno ou materno.	54	34,6	53	34	29	18,6	14	9	6	3,8
4.	É mais importante para a criança o amor e a atenção do que a orientação sexual dos/as pais/mães.			1	0,6	9	5,8	39	25	107	68,6
5.	As crianças criadas numa família homoparental desenvolverão maior capacidade de respeitar a diversidade de famílias.	1	0,6	25	16	49	31,4	53	34	28	17,9
6.	A família homoparental causa estranheza.	37	23,9	32	20,6	41	26,5	37	23,9	8	5,2
7.	Uma criança proveniente de família homoparental é tão aceite socialmente quanto uma criança de outro tipo de família.	8	5,2	51	33,1	58	37,7	26	16,9	11	7,1
8.	As crianças adotadas por casais homossexuais estão mais sujeitas a problemas psicológicos.	47	30,5	55	35,7	38	24,7	10	6,5	4	2,6
9.	As crianças adotadas por homossexuais tornar-se-ão homossexuais.	113	73,4	26	16,9	13	8,4	1	0,6	1	0,6
10.	Um casal homossexual pode suprir a ausência do outro sexo de forma que a criança se desenvolva naturalmente.	7	4,5	13	8,4	42	27,3	55	35,7	37	24
11.	É mais importante para a criança sentir-se feliz do que a tipologia da sua família.	1	0,6			10	6,5	29	18,7	115	74,2
12.	As crianças adotadas por casais homossexuais serão vítimas de discriminação e preconceito social.	5	3,3	41	26,8	65	42,5	36	23,5	6	3,9
13.	As crianças de famílias homoparentais terão futuramente incertezas na sua identidade sexual.	63	41,2	55	35,9	25	16,3	8	5,2	2	1,3
14.	As mães homossexuais são mais capazes de cuidar dos filhos do que os pais homossexuais.	74	47,7	52	33,5	18	11,6	7	4,5	4	2,6
15.	Os estímulos oferecidos para uma criança se desenvolver num lar homoparental são iguais ao de outro tipo de família.	2	1,3	10	6,5	43	27,7	51	32,9	49	31,6
16.	Uma relação homossexual é compatível com a educação de uma criança.	2	1,3	5	3,2	28	18,1	46	29,7	74	47,7

Legenda: Moda

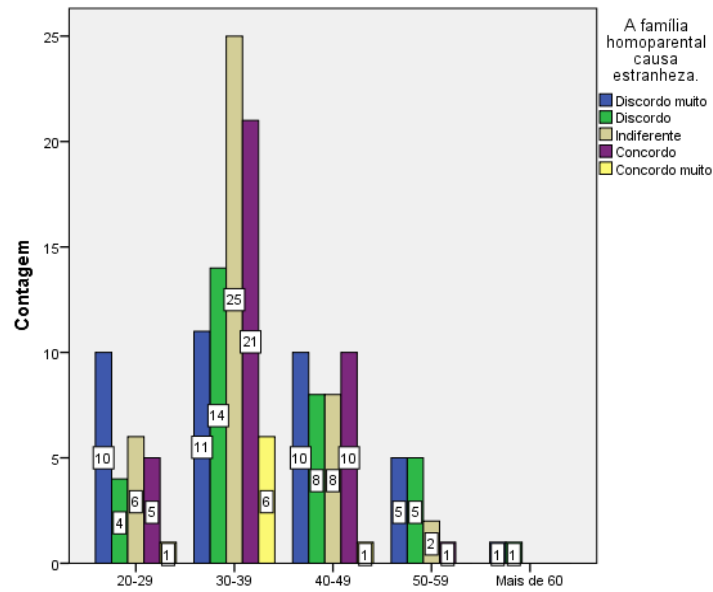
Analisando a Tabela 5 e as respostas dadas, verifica-se que a maioria evidencia concordância quanto às afirmações positivas, e discordância quanto às afirmações negativas no que diz respeito à homoparentalidade. No entanto, alguns dos itens demonstram opiniões menos claras relativamente à parentalidade desempenhada por casais compostos pelo mesmo sexo. Os Gráficos 13, 14 e 15, exemplificam as maiores evidências verificadas neste tema.

GRÁFICO 13 – A família homoparental causa estranheza.



Respectivamente ao item “A família homoparental causa estranheza” (Gráfico 13), este apresenta uma distribuição diferente da maioria dos itens apresentados na Tabela 4. Apesar da percentagem mais alta incidir na opinião “indiferente” com 26,5%, os restantes valores encontram-se divididos pelas outras respostas com resultados próximos. A percentagem distribui-se de seguida com 23,9% para a resposta “discordo muito” e de igual modo 23,9% para a resposta “concordo” que a família homoparental causa estranheza. Todavia, se somarmos os lados opostos à afirmação, ou seja a resposta “discordo muito” com a “discordo”, e “concordo muito” com a “concordo”, obtém-se 44,5% para a discordância em relação à afirmação e 29,1% para a concordância. Em suma, a maioria discorda que a família homoparental causa estranheza.

GRÁFICO 13.1 – Idade

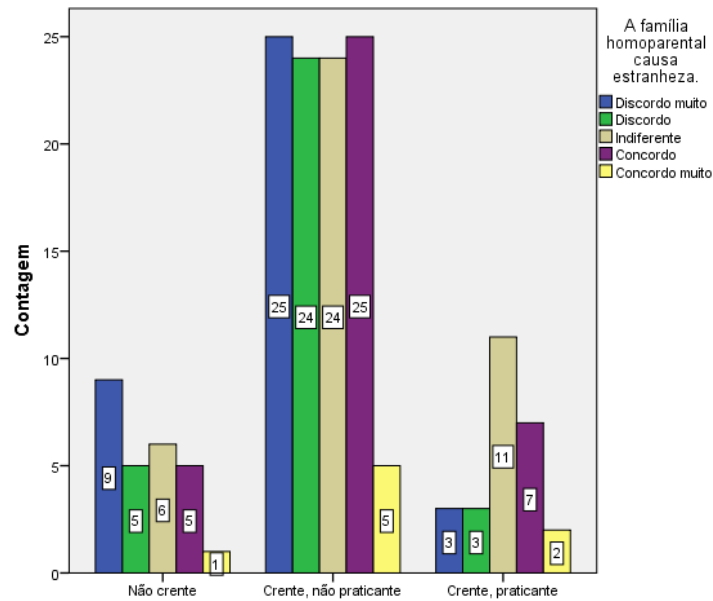


Ao analisar o cruzamento da afirmação “A família homoparental causa estranheza” com a idade é possível constatar através do gráfico 13.1 que o grupo etário dos 20 aos 29 anos manifestou, maioritariamente, discordância da mesma. A resposta mais escolhida dos profissionais dos 30 aos 39 anos foi “indiferente”, mas as restantes escolhas apresentam valores semelhantes, ou seja, existe uma divisão de opinião entre os outros elementos da mesma faixa etária. Também, o grupo etário dos 40 aos 49 anos apresenta uma divisão entre a discordância e a concordância. Por outro lado, a maioria dos participantes dos 50 aos 59 anos e com mais de 60 anos discordam da afirmação.

Quanto à religião, o gráfico 13.2 mostra que a maioria dos profissionais não crentes e dos crentes não praticantes discorda que a família homoparental causa estranheza. No entanto, a resposta mais escolhida pelo grupo dos profissionais crentes praticantes foi a opção “indiferente”. De acordo com o mencionado anteriormente, o “indiferente” permite inferir diferentes leituras tais como uma posição intermédia, incerteza quanto à resposta ou até mesmo indiferença quanto à mesma.

Como se verifica no presente gráfico, existe um posicionamento consoante o grau de religiosidade, ou seja, quanto menor é a crença na religião, menor é o sentimento de estranheza relativamente à família homoparental.

GRÁFICO 13.2 – Religião



Relativamente às famílias homoparentais, também nas entrevistas é possível verificar que a maioria das profissionais manifesta uma atitude favorável, com exceção da posição da P4. É relevante referir que todas as entrevistadas foram avisadas previamente do tema que iria ser abordado na entrevista, mas que após a mesma estar concluída e o gravador ser desligado a P4 mencionou que não se sentia preparada para falar sobre estes temas atuais.

Como resposta a esta subcategoria a P1 considera-se uma pessoa tolerante e aberta às mudanças e que aceita as famílias homoparentais com naturalidade considerando-as parte integrante de uma realidade nova e plural:

P1- “Eu sou muito tolerante e sou muito aberta às mudanças e acho que as coisas são aquilo que são...”

A P2 entende a família homoparental como uma família constituída por pessoas capazes de educar e proteger uma criança independentemente do sexo que predomina nessa tipologia familiar:

P2- “Acho que são pessoas bastante capazes de o fazer, de adotar e conseguir não diferenciar essa criança em contextos escolares, no que seja o que for.”

Sobre as Famílias homoparentais, a P3 apresenta desafios semelhantes das famílias heteroparentais. A entrevistada considera que as duas tipologias familiares se deparam com os mesmos desafios, a superação das dificuldades diárias da parentalidade, contudo acrescenta que as famílias homoparentais enfrentam o desafio de se confrontarem com a sociedade:

P3- “...homoparentalidade é um desafio como a própria parentalidade...”

“Da mesma forma que nós temos um casal de 21 anos e que estão a iniciar a vida a dois e que tem o primeiro filho e estão a acabar a universidade e estão a iniciar um trabalho e que um está desempregado... e que agora o bebé fez isto e o que nós fazemos... a parentalidade em si é um desafio tão grande que não me parece que haja grandes diferenças para além do confronto com a própria sociedade.”

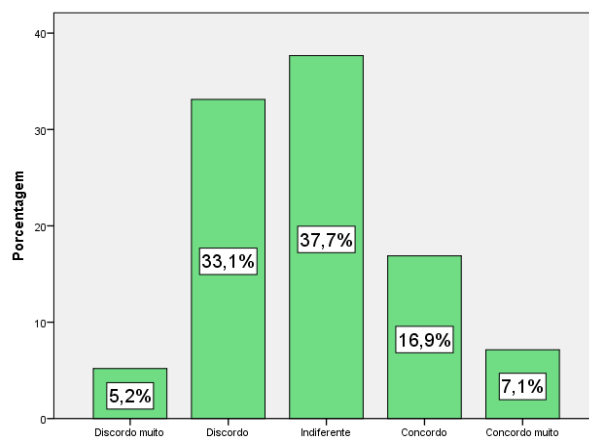
A P4 manifestou que não tem opinião sobre o tema, mas que manifesta respeito sobre o mesmo:

P4- “Não tenho opinião, simplesmente respeito.”

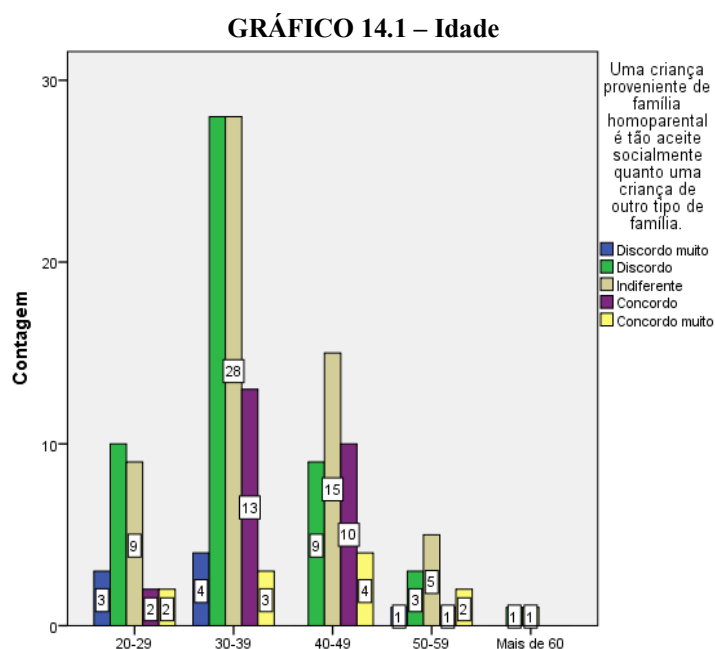
Torna-se pertinente referir que a P4 respondia às questões de forma rápida e curta, manifestando pouco à vontade quanto às suas respostas.

Como mencionado anteriormente, as respostas a alguns itens do inquérito por questionário tornam-se pouco claras. A aceitação social da criança proveniente de uma família homoparental é uma das afirmações que isso se torna evidente (Gráfico 14).

GRÁFICO 14 – Uma criança proveniente de família homoparental é tão aceite socialmente quanto uma criança de outro tipo de família.



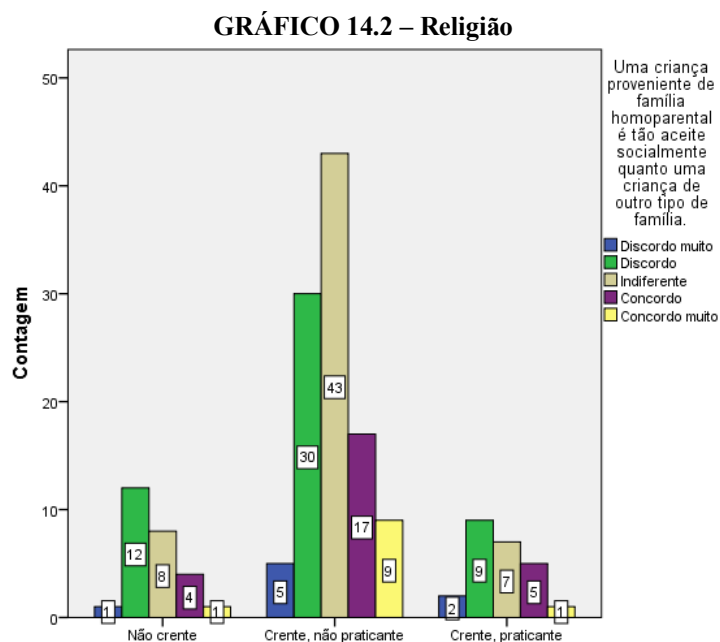
A leitura do Gráfico 14 vem evidenciar uma divisão no posicionamento dos profissionais, mas neste caso é referente à aceitação social da criança pertencente à família homoparental. Isto significa que, para 24% dos participantes, uma criança criada numa família homoparental é igualmente aceite socialmente tanto quanto uma criança proveniente de outra tipologia familiar, 37,7% considera indiferente este factor, mas no entanto a maioria representada por 38,3% das respostas discorda da afirmação. Ou seja, para a maioria dos profissionais a criança desta configuração familiar não é igualmente aceite quanto outra criança, porém os dados são próximos da posição intermédia. Apenas uma percentagem de 24% exclui a desigualdade. Segundo os profissionais existe uma alta possibilidade da criança vir a ser excluída socialmente.



Refletindo sobre a idade dos participantes e as suas respostas sobre a afirmação, pode-se constatar através do Gráfico 14.1 que a maioria dos 20 aos 39 anos discordam da mesma. O grupo dos 40 aos 49 anos escolheu maioritariamente a resposta “indiferente”, contudo o número que representa a concordância é expressivo e próximo da indiferença. Os profissionais com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos dividem-se na escolha das opções de resposta. Os dois participantes com mais de 60 anos escolheram a resposta “discordo” e “indiferente”.

Resumidamente, quanto maior é a idade, maior é a divisão de opinião sobre o tema. Por sua vez, a maioria dos profissionais entre os 20 e os 39 considera que a

criança pertencente a uma família homoparental não é tão aceite quanto uma criança de outro tipo de família. Pode-se depreender que estes dados estão subjacentes a uma maior consciência por parte destes dois grupos da existência de preconceito e discriminação por parte da sociedade perante esta realidade.



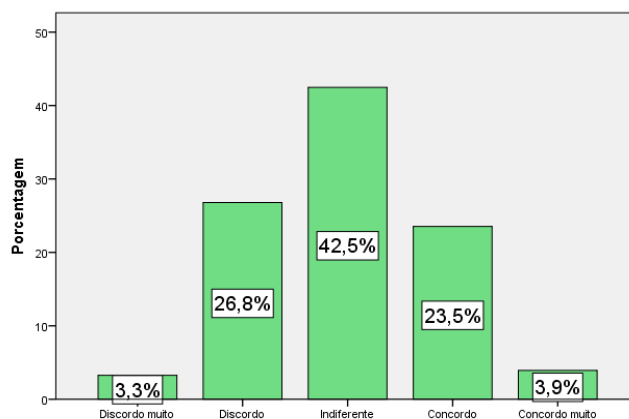
O Gráfico 14.2 demonstra que a maioria dos profissionais não crentes e os crentes praticantes discordam da afirmação, no entanto os crentes não praticantes escolheram maioritariamente a resposta “indiferente”. Dois grupos com níveis de religiosidade opostos concordam maioritariamente que a criança proveniente de uma família homoparental não é igualmente aceite do que se pertencesse a outra tipologia familiar. Esta leitura permite inferir que ambos são conscientes da existência de preconceito e discriminação social perante a família homoparental.

Analogicamente à leitura do Gráfico 14, também o item 12 da Tabela 4 que aborda a possibilidade de preconceito e discriminação social em relação a uma criança adotada por um casal homossexual, vem evidenciar a possibilidade de diferenciação e exclusão deste tipo de família.

É possível verificar no Gráfico 15 que a resposta indiferente teve uma percentagem de 42,5%, a discordância teve uma representação de 30,1% e a concordância 27,4%. Os dados apresentados revelam-se pertinentes quanto à discriminação e ao preconceito social uma vez que a posição intermédia pode inferir diferentes leituras tais como a incerteza, a indecisão quanto ao concordar ou discordar

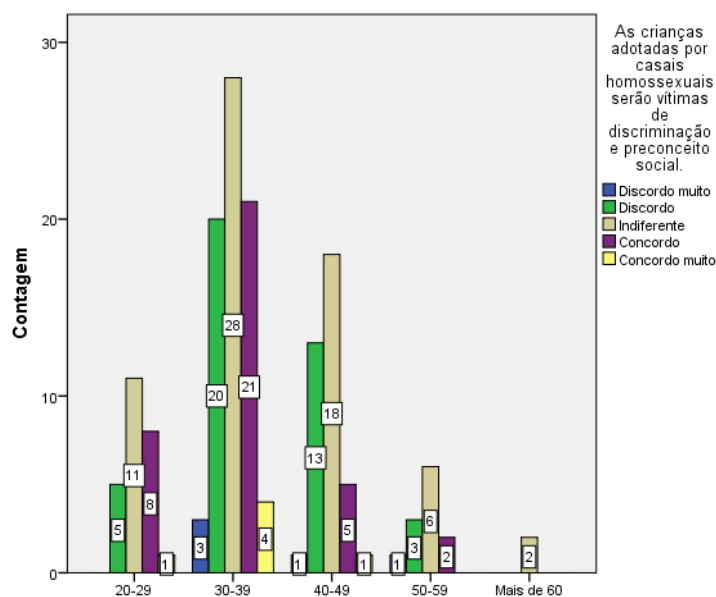
com a afirmação, ou até mesmo a ausência de opinião. Apenas 30,1% discordam que a criança que pertence a uma família homoparental será vítima de discriminação e preconceito social.

GRÁFICO 15 – As crianças adotadas por casais homossexuais serão vítimas de discriminação e preconceito social.



Para conhecer a opinião dos profissionais sobre a afirmação tendo em conta a idade, procedeu-se à respetiva análise bivariada das variáveis. Os resultados ficaram agrupados consoante demonstra o Gráfico 15.1.

GRÁFICO 15.1 – Idade

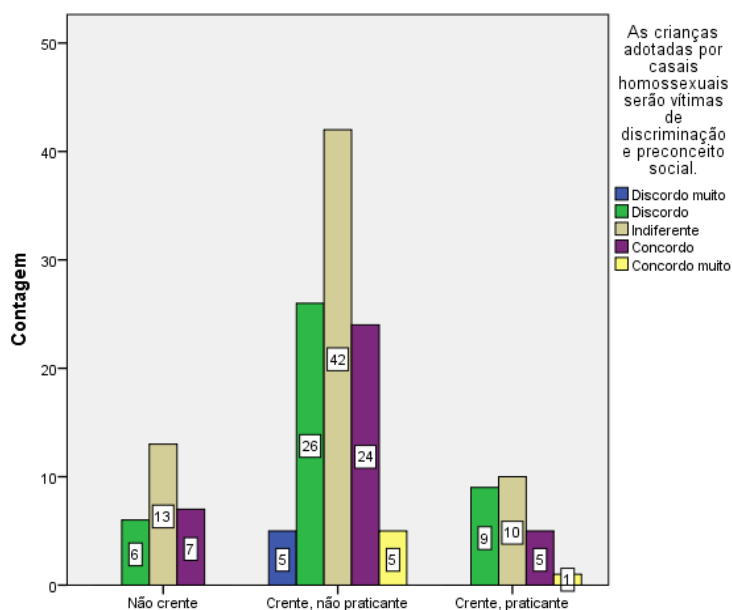


É notório que todos os grupos etários escolheram maioritariamente a resposta “indiferente” quanto à possibilidade de discriminação e preconceito social com crianças

adotadas por casais homossexuais. Porém, é relevante realçar que os valores seguintes à resposta mais seleccionada revelam uma posição de concordância na faixa etária dos 20 aos 29 anos, uma divisão de opinião entre os 30 e os 39 anos e de discordância entre os 40 e os 59 anos. Isto evidencia uma tendência de variação de opinião consoante a idade. Apenas houve uma resposta no grupo de mais de 60 anos e uma vez que este grupo é representado por dois profissionais, leva-nos a refletir se o outro participante não sabia responder, não quis responder ou não reparou no item.

No que respeita à variável da religião, o Gráfico 15.2 revela que a resposta mais escolhida pelos três grupos foi o “indiferente”. No entanto, os valores mais altos seguintes a esta resposta apresentam uma proximidade, distribuindo-se entre a discordância e concordância com exceção dos crentes praticantes que apresentam uma maior incidência na opção “discordo”. Isto significa que referentemente à religião não existe uma posição definida quanto à discriminação e preconceito social de crianças adotadas por casais homossexuais.

GRÁFICO 15.2 – Religião



Por sua vez, a possibilidade de preconceito é mais evidente nas entrevistas. É uma expressão frequentemente mencionada pelas entrevistadas ao longo das suas exposições sobre a temática, e de acordo com a sua visão, este provém dos outros e não das participantes. É repetido por várias vezes o confronto da família homoparental com a sociedade e a possibilidade de preconceito.

No tocante à Homoparentalidade e ao desenvolvimento da criança, a afirmação suscitou as seguintes posições por parte das entrevistadas: a P1 não diferenciou as tipologias familiares no que respeita ao desenvolvimento da criança. P2 também respondeu que a homoparentalidade e o desenvolvimento de uma criança neste seio familiar são compatíveis. Contudo, a entrevistada foca a necessidade destas famílias gerirem conflitos relacionados com a possibilidade de discriminação, e da criança ser prejudicada por pertencer a uma família homoparental:

P1- “...uma criança tanto se desenvolve numa família com homossexuais como se desenvolve numa família heterossexual.”

P2- “...são duas coisas que se conseguem conjugar bem se as pessoas que o têm que fazer souberem fazer das melhores maneiras. Principalmente fazer de uma maneira que a criança não se sinta discriminada, em contextos principalmente escolares. Porque as crianças hoje em dia são muito cruéis umas com as outras. Fazer com que a criança não se sinta discriminada nem diferente porque em vez de um pai e de uma mãe, tem dois pais ou duas mães. Eu acho que isso parte muito também da pessoa que educa. Pronto que acabou de adotar a criança. Saber gerir esse tipo de conflito para que a criança não saia prejudicada nesta situação.”

De acordo com o Apêndice H e os indicadores referentes à resposta da P3, a relação da homoparentalidade e o desenvolvimento da criança passam pelo processo de identificação, pelo papel dos pais no desenvolvimento da criança, e pela sua influência no que respeita aos papéis de género e funções paternas ou maternas. A P3 respondeu que ainda não é possível constatar esta relação e os efeitos da mesma, no entanto, associou a homoparentalidade e o desenvolvimento da criança ao processo de identificação. Ou seja, como elucida o extrato seguinte, o pai e a mãe têm um papel fundamental no desenvolvimento da criança, e a sua influência enquanto homem ou mulher vão surtir efeito no/a filho/a. Para a entrevistada, atualmente, as diferentes características dependem das pessoas e não do seu género, bem como das tarefas que desempenham na estrutura familiar e acabam por partilhar com a criança uma diversidade de características e experiências que permitem o equilíbrio:

P3- “O grande papel em termos de educação, identificação e formação da personalidade, é no relacionamento com os pais. A mãe ou o pai têm um papel fulcral nesse desenvolvimento, depois vêm os pares e depois a sociedade. Em termos de pais, nós sabemos que há um papel em termos de desenvolvimento, o pai acaba por ter um determinado valor no desenvolvimento da menina e tem outro valor no desenvolvimento do menino. Isto é, o menino tem uma maior identificação com o pai a partir de uma determinada altura e a menina terá com a mãe. Nesses termos da identificação, aquilo que eu tenho adquirido através da investigação é que os dois pais quando são homossexuais há sempre um que poderá ter uma maior identificação com umas características mais adaptadas à mãe e haverá o outro que pode ter mais características do pai. Porque isto tem a ver com questões, muitas das vezes, com a ideia limitada que temos hoje em dia. Hoje temos mães que optam por ter tarefas mais viris e homens que optam por ter tarefas mais ligadas, ancestralmente, a tarefas femininas. Naturalmente, há uma substituição e os diferentes papéis são assumidos, independentemente de serem dois homens ou duas mulheres.”

Por sua vez, a P4 apresenta uma dualidade na resposta à afirmação colocada ao afirmar que basta haver responsabilidade e um ambiente saudável para que a criança se desenvolva, mas completa a resposta referindo a existência de preconceito, e até mesmo a possibilidade de acompanhamento psicológico à família homoparental:

P4- “Acho que desde que haja consciencialização do desenvolvimento da criança e responsabilização das partes. Que seja proporcionado um ambiente saudável e com responsabilidade com o desenvolvimento da criança, acho que não tenho nada a dizer sobre essa afirmação. Vai haver preconceito. Cada caso é um caso e em algumas situações vai haver a necessidade de haver acompanhamento psicológico. Dependendo da maturidade, de como o assunto é desenvolvido e trabalhado.”

Os desafios apresentados à família homoparental são semelhantes às respostas dadas nos desafios das categorias anteriores. Segundo as entrevistadas, as famílias homoparentais deparam-se com a luta contra o preconceito (P1, P3), com a necessidade de proteção legislativa (P1) e com o desafio da parentalidade com o acréscimo, em relação às outras famílias, do confronto com a sociedade.

Igualmente às categorias anteriormente mencionadas e analisadas, é possível constatar que as profissionais se posicionam favoravelmente em relação à homoparentalidade, com exceção da P4, que ao longo das suas respostas se expressa de forma pouco clara, e manifesta alguma insegurança e preocupação relativamente ao tema, como se pode verificar na seguinte unidade de registo:

P4- “Há desafios e vai haver sempre. Vai haver a questão de trabalhar o preconceito na sociedade. Sempre a necessidade de justificar, e sempre a preocupação. Vai haver sempre.”

Em resumo, os resultados revelam que a maioria dos participantes do inquérito por questionário expressou uma opinião positiva aos itens sobre a homoparentalidade. No entanto, numa análise mais aprofundada da Tabela 4, e considerando as percentagens no que respeita à concordância, discordância ou indiferença, os profissionais posicionam-se de maneira diferente consoante o assunto abordado, o que requereu reflexão.

Em termos de competências parentais e desenvolvimento da criança, segundo os profissionais inquiridos, a família homoparental apresenta as mesmas condições do que qualquer outra tipologia familiar.

Existe uma presença muito expressiva da resposta “indiferente”, a escolha desta opção intermédia pode depreender incerteza, dúvida, ausência de opinião, ou seja, um posicionamento pouco claro quanto às afirmações sendo que não concorda nem discorda com as mesmas.

Em termos de inclusão social, os resultados apresentam uma maior divisão de opinião. Ou seja, pode-se inferir através dos dados anteriormente apresentados e analisados que existe a presença de dúvidas e incertezas no que respeita à possibilidade de preconceito social e discriminação com a família homoparental. Analisando o posicionamento dos profissionais sobre este assunto tendo em conta a idade e a religião constatou-se que nem sempre se verifica uma tendência de variação consoante estas variáveis. Os grupos têm diferentes manifestações de opinião conforme o tema abordado o que não implica uma influência da idade e da religião.

Enquanto o inquérito por questionário foi constituído por perguntas fechadas e se destinou a um maior número de participantes, as entrevistas permitiram uma análise mais profunda uma vez que recolheram opiniões individualizadas, servindo como

complemento à informação do instrumento anterior (Almeida, 1994). Neste sentido, a informação das entrevistas vem reforçar o verificado na análise anterior. A maioria das entrevistadas manifesta uma atitude favorável em relação à homoparentalidade mas as opiniões revelam dissonâncias e não são consensuais entre todas as profissionais.

Reunindo as respostas referentes à opinião sobre as famílias homoparentais verifica-se que são mencionadas atitudes de tolerância, aceitação, concordância, igualdade perante as outras configurações familiares, mas também insegurança e dúvida perante o confronto desta família com a sociedade. É relevante refletir sobre o significado de cada posição, uma vez que tolerância, aceitação e igualdade não representam a mesma visão sobre o tema. Uma das entrevistadas manifesta ausência de opinião mas, ao mesmo tempo respeito, expressando uma posição pouco clara quanto à sua conceção sobre esta tipologia familiar.

Na ligação entre a homoparentalidade e o desenvolvimento da criança é novamente mencionada a igualdade perante as outras formas de família. Isto é, para a maioria das entrevistadas o contexto homoparental não interfere no desenvolvimento da criança e este pode-se desenrolar com as especificidades de qualquer forma de parentalidade. São, deste modo, reconhecidas as mesmas qualidades parentais que as outras tipologias famílias detêm. Para Singly (2011), a parentalidade não assenta na orientação sexual mas sim na competência parental. E segundo Cruz (2005) e Barroso e Machado (2010), a parentalidade contempla qualquer figura desde esta promova o desenvolvimento integral da criança, quer seja uma relação parental biológica ou social (Lobo, 2009).

Foi focada a identidade de género, ou seja, a ausência de um dos géneros na família como aspeto relevante no desenvolvimento da criança, mas possível de ser suprido. Esta preocupação está relacionada com a representação social do modelo de família que, por sua vez, influencia o entendimento da mesma (Jodelet, 2001). Como mencionado no enquadramento teórico, o modelo tradicional de família está associado à presença da figura paterna e materna (pai e mãe) e esta tipologia vem destituir esse conceito. A falta da referência de um género no casal e a sua influência no desenvolvimento da criança tem sido motivo de interesse por vários autores entre eles Gato (2014), Alarcão e Gaspar (2007), bem como, por entidades tais como a Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013) e a ILGA.

A posição mais diferenciada sobre o tema é a da profissional que considera que em alguns casos pode haver necessidade de acompanhamento psicológico à criança que pertence a uma família homoparental.

É consensual entre os profissionais da área social o confronto com a sociedade enquanto desafio bem como a existência de preconceito quanto a esta forma familiar. É importante refletir sobre preconceito e discriminação. De acordo com Pereira e Vala (2010), vivemos numa sociedade com normas sociais, constitucionais e jurídicas que condenam a expressão do preconceito. Contudo, estas ações persistem numa sociedade igualitária. O preconceito provém de crenças, valores e estereótipos, e é a principal fonte de discriminação. A discriminação é a expressão de comportamentos discriminatórios, ou seja, pode ser a manifestação de preconceito. Segundo Martins (2013), a existência de preconceito perante as novas tipologias familiares, sobretudo face à família homoparental, pode contribuir para o desenvolvimento de tensões, atitudes de desigualdade e exclusão social.

1.5. Formação académica e experiência profissional

Como forma de analisar a formação académica das profissionais da área social, bem como a sua experiência profissional com a diversidade de famílias e, especificamente com as famílias homoparentais, o inquérito por questionário incidu sobre nove afirmações (Tabela 6). E a entrevista semiestruturada sobre as seguintes subcategorias: a presença da diversidade de famílias na formação e a importância da sua abordagem, o tipo de famílias com que mais contactam profissionalmente; a experiência profissional com famílias homoparentais; dificuldades sentidas entre profissionais e famílias homoparentais e promoção e respeito pela diversidade de famílias (Apêndice H).

As respetivas respostas ao inquérito por questionário resultaram na seguinte distribuição (Tabela 6):

TABELA 6 – Distribuição do número e percentagem dos itens do tema- Formação académica e experiência profissional

Itens	Discordo muito		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	1. A diversidade de famílias foi um assunto presente nos conteúdos programáticos da minha formação inicial.	30	19,4	43	27,7	28	18,1	23	14,8	31
2. A Homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado.	16	10,2	19	12,3	39	25,2	54	34,8	27	17,4
3. Procurei formação contínua sobre o tema.	25	16,1	34	21,9	63	40,6	23	14,8	10	6,5
4. É necessário abordar a diversidade de famílias na escola/formação.			1	0,6	17	11	54	34,8	83	53,5
5. É uma função da escola sensibilizar as crianças e os pais para assuntos sensíveis.	1	0,6	1	0,6	10	6,5	63	40,9	79	51,3
6. É importante as entidades desenvolverem ações de formação sobre a diversidade de famílias.	1	0,6	2	1,3	18	11,6	63	40,6	71	45,8
7. Não é necessário abordar a diversidade de famílias porque é um assunto aceite naturalmente na sociedade.	69	44,5	68	43,9	13	8,4	4	2,6	1	0,6
8. Sinto-me preparado/a para dar apoio profissional a famílias homoparentais.	11	7,2	19	12,4	36	23,5	56	36,6	31	20,3
9. Enquanto profissionais devemos tratar a diversidade de famílias de igual modo, independentemente, da sua configuração.	1	0,6	2	1,3	8	5,2	42	27,3	101	65,6

Legenda: Moda

Analisando os resultados, a maioria dos profissionais não teve formação sobre diversidade familiar, mas respondeu afirmativamente quanto à importância da abordagem dessa diversidade como formação contínua. Esta formação inicia nas crianças e nos seus pais e continua no desenvolvimento de ações formativas pelas entidades empregadoras. No que respeita à presença da diversidade de famílias na sua

formação das entrevistadas, verifica-se que a temática esteve presente no percurso académico da P2 e P4. Importa mencionar que a formação da P2 é Educação Social e da P4 é Serviço Social. Respetivamente à P1, com formação em Educação de Infância, apenas foi abordada a família tradicional. E a P3, enquanto Psicóloga, não teve presente este tema na sua formação. Neste contexto, os anos de formação das participantes não estão relacionados com a presença da temática nos conteúdos programáticos. De acordo com a tabela de caracterização das participantes (Tabela 2), não se identifica uma ligação entre os anos que acabaram a sua formação e a evolução da temática na sociedade uma vez que as duas participantes com mais anos de desempenho profissional, a Educadora de Infância e a Assistente Social, têm experiências diferentes no que se refere à presença da diversidade de famílias na sua formação. Esta constatação poderia estar relacionada com a evolução de uma consciência da sociedade no que respeita à diversidade de famílias e a necessidade de integração nos programas e isso seria constatável na formação académica das profissionais com menos tempo de serviço, no entanto, não é possível relacionar através dos dados disponibilizados. Este fator poderá estar associado com a área de formação, que privilegia mais uns assuntos do que outros nos seus conteúdos programáticos.

No que concerne à importância da presença desta temática na formação de futuros/as profissionais, as respostas foram unânimes. Todas as entrevistadas consideraram importante a integração da diversidade de famílias nos conteúdos programáticos de formação para intervenientes na área social. E como mostra os seguintes extractos, as suas respostas são reforçadas com a justificação que se torna necessário perceber o contexto em que trabalham (P2), que a formação permitiria uma ligação entre a teoria e a realidade e sensibilizava os profissionais para a ação (P3) e a necessidade de promoção de discussão sobre o assunto (P4):

P1- “Eu acho que sim, muito importante.”

P2- “Considero bastante importante porque se nós estamos na área social a trabalhar com famílias temos que tentar perceber o que é cada uma delas, quais os desafios que elas podem estar sujeitas, consequências.”

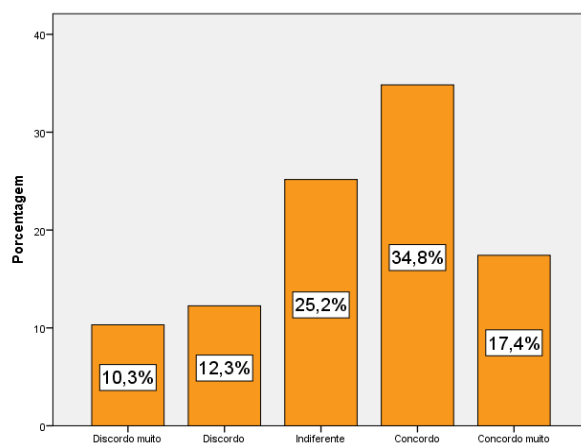
P3- “Sem dúvida, até porque para fazer a ligação daquilo que nós falamos. Todas as leis são feitas por pessoas, mas ainda mais importante do que isso, são aplicadas por pessoas. E as pessoas que aqui se fala têm que ter sensibilização para aquilo que estão a fazer. “

P4- “É importante ter essa informação, ter conhecimento sobre o tema, mas não procuro formação sobre este tema específico. É sempre bom a discussão destes temas na sociedade.”

Focando-nos na homoparentalidade e no campo profissional, 92,9% das respostas do inquérito por questionário revelam que a diversidade de famílias deve ser tratada de igual modo, independentemente da sua configuração. No entanto, quando se afirma se o profissional se sente preparado para dar apoio a famílias homoparentais (item 8), torna-se importante referir que 56,9% respondeu afirmativamente, 23,5% sente-se numa posição intermédia quanto ao apoio a esta tipologia familiar e 19,6% não se sente preparado/a. Esta diferença de posições entre os dois itens vem problematizar a igualdade defendida ao longo deste estudo da família homoparental perante as outras configurações familiares, bem como questionar se a consciência de alguns profissionais da falta de preparação para apoiar estas famílias resulta do seu próprio preconceito ou do preconceito dos outros, como tem sido mencionado.

Debruçando sobre o Gráfico 16 é, de igual forma, relevante mencionar que 52,2% concorda que a homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado, 25,2% respondeu “indiferente” e 22,6% discorda da sensibilidade do tema. Este posicionamento vem evidenciar que a homoparentalidade é uma temática que pode suscitar opiniões e comportamentos diferentes e que se pode depreender que este tipo de família não é aceite com a mesma naturalidade que as outras tipologias familiares.

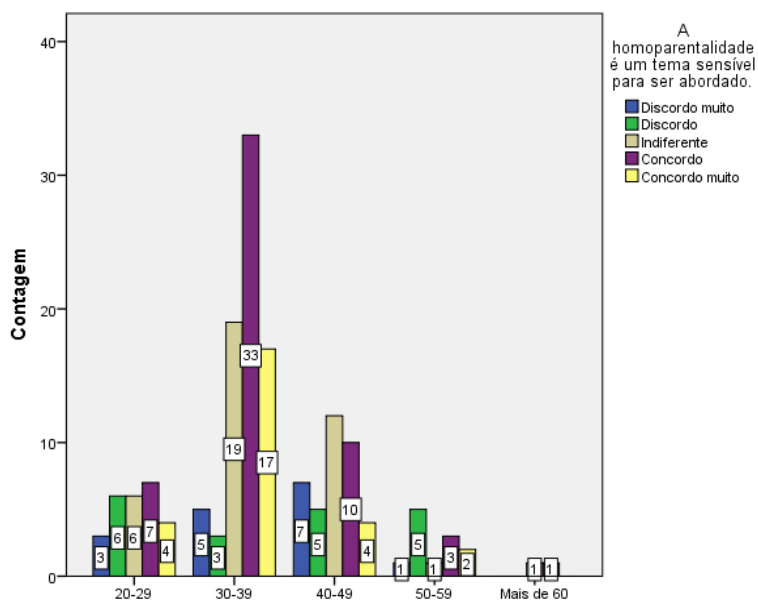
GRÁFICO 16 – A homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado.



Para conhecer a visão dos profissionais de acordo com variáveis que podem representar relevância na diferenciação de opinião, cruzou-se a afirmação analisada com a idade como também com a religião dos participantes.

Conforme elucida o Gráfico 16.1 a sensibilidade da abordagem da homoparentalidade é entendida pelos diferentes grupos etários dos profissionais da seguinte forma: dos 20 aos 29 anos bem como dos 50 aos 59 anos confirma-se uma aproximação de valores entre as várias respostas possíveis, o que permite inferir que existe uma divisão de opinião quanto à questão. O grupo dos 30 aos 39 anos e dos 40 aos 49 manifestaram maioritariamente que concordam que a homoparentalidade é um tema sensível. Os dois profissionais com mais de 60 anos dividem-se entre o “indiferente” e o “concordo”.

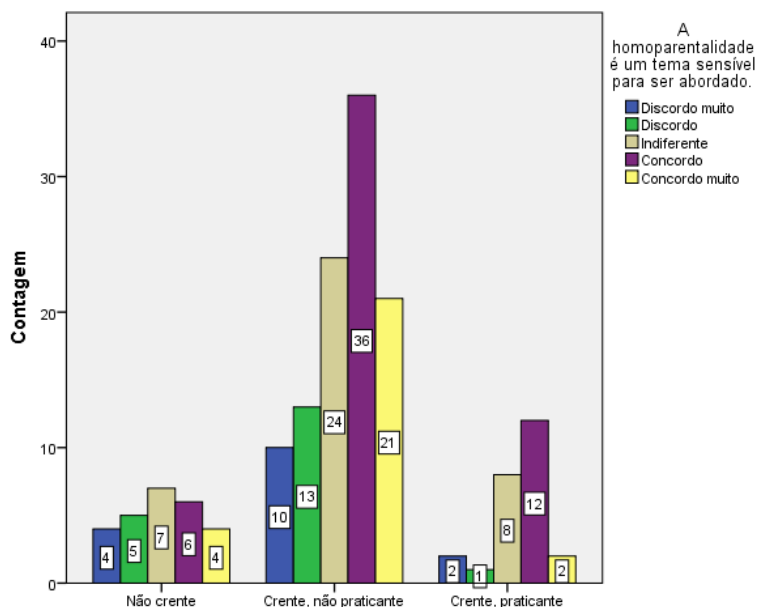
GRÁFICO 16.1 – Idade



No que respeita à religião, os resultados apresentados pelo Gráfico 16.2 revelam que os inquiridos não crentes se dividem quanto à sua opinião sobre a sensibilidade do tema e, por sua vez, os crentes não praticantes e os praticantes se posicionam maioritariamente em concordância com a afirmação. O agrupamento dos dados mostra que existe uma variação dos mais novos aos mais velhos, ou seja, que existe uma divisão no entendimento da homoparentalidade como um tema comum no grupo etário

mais novo, enquanto que nos seguintes existe uma maior concordância que o tema é sensível de ser abordado.

GRÁFICO 16.2 – Religião



Relativamente à experiência profissional das entrevistadas é pertinente mencionar que a P1 desempenha funções de Educadora de Infância há 19 anos, a P2 é Educadora Social há 11 meses, a P3 é Psicóloga há 7 anos e a P4 é Assistente Social há 11 anos. No percurso profissional das entrevistadas é constatável uma experiência diferenciada neste contexto. As tipologias familiares com que as profissionais mais contactam são as famílias de pais separados para a P1 e P3, as famílias monoparentais e as famílias reconstituídas para a P2 e, por sua vez, a P4 tem mais contacto com as famílias tradicionais. Isto significa que, como Alarcão (2000) explica, a conceção da família tradicional ainda permanece nos dias de hoje, mas esta tem vindo, ao longo dos tempos, a sofrer transformações resultantes da mutação da sociedade. A menção da predominância de novas configurações familiares na realidade profissional das participantes vem espelhar um contexto plural constituído por um conjunto diversificado de novas formas de ser e estar em família.

No que tange à sua experiência profissional com famílias homoparentais, verifica-se que esta configuração familiar ainda é uma realidade pouco significativa no seu contexto profissional. A lei que determina o fim da discriminação da adoção de

crianças a casais do mesmo sexo é recente, o que não permite a conclusão de um processo de adoção desde a data da publicação da alteração legislativa à atualidade. Relativamente à existência de famílias homoparentais provenientes de relações anteriores, estas ainda não representam uma presença forte no contexto profissional das participantes, sendo que é mencionada apenas uma família por parte da P2. A P3, revela que apenas tem conhecimento desta tipologia familiar a nível pessoal, contudo não são famílias assumidas, conforme elucida o extrato seguinte:

P4- “A nível profissional nunca tive contacto. A nível pessoal, sim. Mas ainda não existe filhos, ainda não há adoções. Podem é ter filhos de outras relações, que já existiam. Em alguns casos é tudo muito escondido. Não é apresentado à sociedade nem aos próprios filhos. Tenho casos de casais que andam às escondidas e não conseguem ter uma conversa com os seus próprios filhos para poder dizer que já mudaram de opção, que têm uma outra forma de vida.”

As dificuldades apresentadas entre profissionais e famílias homoparentais assemelham-se aos desafios mencionados nas categorias anteriores. Como demonstra os indicadores no Apêndice H, o preconceito, a discriminação e a pouca aceitação são novamente focados pela P1 e pela P2:

P1- “As instituições não estão preparadas para receber famílias homoparentais. As pessoas ainda têm as cabecinhas muito formatadas para lidarem com outro tipo de famílias. As instituições são representadas pelas pessoas e eu acho que as pessoas ainda são tão preconceituosas e aceitam tão mal a diferença. Fala-se da inclusão há anos e continua a não existir. Mas acho que falar de crianças vindas de famílias homoparentais, as pessoas não estão preparadas. A maior parte delas, acho que não.”

P2- “Eu não sei se se poderá chamar dificuldade. Há é muito preconceito. Acho que as pessoas mesmo às vezes os profissionais são capazes de olhar com um outro tipo de olhos para esse tipo de famílias, por acharem que duas pessoas do mesmo sexo não podem constituir uma família com crianças. Eu acho que às vezes há muita discriminação por parte dos profissionais que não deveria haver.”

Porém, a P3 respondeu que as dificuldades entre os profissionais e estas famílias são as inerentes ao ser humano, e a P4 evidenciou que a falta de transparência por parte das famílias homoparentais dificultava a ação dos profissionais:

P3- “Dificuldades inerentes ao ser humano.”

P4- “A dificuldade é a transparência. A maior dificuldade é assumir perante a família e a partir desse momento fica mais fácil para os profissionais.”

Com relação à forma de promoção e respeito pela diversidade de famílias foram sugeridas as seguintes estratégias: criação de políticas (P1); formação parental e comunicação entre profissionais e famílias (P2); campanhas de sensibilização (P3); seminários, encontros e divulgação do tema (P4).

Os dados resultantes do inquérito por questionário e das entrevistas revelam que a ação educativa sobre a diversidade familiar ainda é insuficiente e ainda tem vertentes sensíveis, principalmente no que se refere às famílias homoparentais. Vêm, também, reforçar a necessidade de sensibilizar para a temática todos os profissionais que têm a possibilidade de contactar com estas famílias. Deste modo, torna-se pertinente abordar a temática em diferentes contextos, tais como nas escolas, no contexto profissional e nos grupos sociais.

As entrevistadas apresentaram algumas medidas que poderão contribuir para a abordagem da diversidade familiar, mas que ainda não são implementadas. Foram mencionadas estratégias legislativas, de formação, sensibilização e divulgação sobre o tema.

De acordo com as competências de um educador social, de um profissional que intervém no contexto social e ajuda na construção de caminhos (Mateus, 2012), este poderá representar um papel determinante na relação entre a família homoparental e a sociedade. Deverá o educador social adequar a sua ação (Martins, 2013), para o reconhecimento dos diferentes modelos familiares como variáveis enriquecedoras da realidade social (Carrera, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais permitem identificar uma realidade, influenciam os processos cognitivos e interações sociais e orientam a relação com o mundo (Jodelet, 2001). A visão ou entendimento que cada um tem de família tem base numa construção individual e coletiva e abre possibilidade a diferentes representações.

Um contexto hodierno caracterizado pela pluralidade de configurações familiares abre espaço a novas formas de parentalidade. A diversidade familiar provém de um conjunto de transformações que contribuem, igualmente, para uma nova realidade parental. Variantes como a biparentalidade, uniparentalidade ou monoparentalidade, co-parentalidade, pluriparentalidade ou multiparentalidade, heteroparentalidade e homoparentalidade começam a fazer parte do dia-a-dia das famílias portuguesas (Baptista, Santos, Almeida e Martins, 2011; Rosa, Boris, Melo e Santos, 2016).

A homoparentalidade tem sido foco de discussão nas diferentes dimensões da sociedade devido às dúvidas e incertezas que levanta. Em Portugal, o seu reconhecimento legal foi uma conquista demorada, com avanços e recuos, e que culminou em fevereiro de 2016 com a publicação da Lei 2/2016. Apesar da evolução legislativa a noção que cada um tem da homoparentalidade depende da sua experiência, da sua representação social sobre a temática. Neste sentido, este estudo objetivou conhecer a visão dos profissionais da área social relativamente à homoparentalidade. A família homoparental vai estar em contacto com um leque diversificado de profissionais que compõem o meio social e que têm influência na relação desta tipologia familiar com a sociedade. Ao desempenhar um papel fundamental nesta relação torna-se pertinente conhecer as representações sociais destes profissionais sobre a homoparentalidade.

Através de uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, aplicou-se o inquérito por questionário e a entrevista semi-estruturada como técnicas de recolha de informação. Estas técnicas permitiram que os participantes deste estudo se expressassem relativamente ao conceito de família, à adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo, à homoparentalidade, à formação académica e à sua experiência profissional com famílias homoparentais.

No que concerne ao conceito de família, a escolha dos participantes do inquérito por questionário incidiu maioritariamente sobre as afirmações que retratam a família

como protetora, que cuida e ama; com o papel de facilitar a interação social da criança; enquanto vínculo emocional e laço afetivo. Para as entrevistadas, reuniu um maior consenso a definição de família enquanto estrutura, tendo depois dividindo-se entre relação de afetividade, responsabilidade de educar e cuidar e, por fim, a função de integração na sociedade. Quanto às diferentes tipologias familiares existentes na atualidade, os profissionais expressam conhecer essa diversidade através das duas técnicas de recolha de informação. É ainda reconhecido pelas entrevistadas que a família tradicional continua a existir embora com menor representação.

Quanto à adoção de crianças por casais compostos por pessoas do mesmo sexo e à homoparentalidade, a maioria dos profissionais da área social manifesta uma atitude favorável. Os participantes deste estudo reconheceram características de parentalidade que não diferem das outras tipologias familiares. Porém é evidenciado a possibilidade de preconceito e discriminação por parte da sociedade em relação aos casais homossexuais o que se poderá refletir no acesso à adoção.

A maioria dos participantes do estudo expressa que não teve formação sobre diversidade familiar, mas considera importante a sua abordagem quer com as crianças, quer na formação académica como também no contexto profissional.

A experiência profissional com famílias homoparentais ainda não é uma prática comum a todos os profissionais da área social uma vez que se trata de uma realidade que teve legitimação legal há pouco tempo e algumas famílias existentes ainda não se apresentam à sociedade com essa configuração.

Os resultados deste estudo revelam uma visão positiva e favorável por parte dos profissionais da área social no que respeita à diversidade de famílias e à homoparentalidade, contudo também manifestam opiniões sobre o tema que suscitam reflexão e intervenção.

Analisando e refletindo sobre os dados obtidos, destacam-se algumas posições suscetíveis de preocupações, tais como:

- Uma presença expressiva da resposta “Indiferente”;
- Manifestação da existência de resistência, preconceito e discriminação por parte da sociedade relativamente às famílias homoparentais;
- Afirmção que a homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado;
- Uma percentagem de profissionais, embora pequena mas importante, não se sente preparada para dar apoio a esta configuração familiar.

Debruçando-nos sobre estas manifestações e diante de uma maioria que manifesta uma atitude positiva perante a diversidade familiar, a adoção de crianças por casais homossexuais e a homoparentalidade mas que apresenta incertezas e contradições sobre o mesmo tema faz-nos sentir perante um antagonismo que Marques utiliza para pronunciar-se sobre o preconceito e o racismo português, “o paradoxo da garrafa metade cheia ou metade vazia” (2004, p.78). As manifestações destacadas não servem como referência para caracterizar a amostra mas servem para problematizar sobre as representações sociais dos profissionais da área social face à homoparentalidade. Os profissionais podem considerar-se tolerantes e que o preconceito vem dos outros. Ao não se considerarem preconceituosos quanto à homoparentalidade, podem projetar a ideia nos outros, contudo esta atitude pode revelar uma forma de pensar próxima do preconceito e por sua vez agir discriminatoriamente.

Partindo da análise que Lima e Vara (2004) fazem sobre as expressões de preconceito e de racismo, esta torna-se pertinente para este estudo e poderá servir como referência para reflexão de todas as formas de ação do preconceito sobre a diferença ou minoria social. Ou seja, adequando ao tema em discussão, as expressões de preconceito sobre a homoparentalidade podem ser disfarçadas e indiretas, com a intenção de não ferir a norma da igualdade, procuram viver socialmente em harmonia e sem ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária sobre os outros elementos/atores da sociedade. Como Marques afirma, nas sociedades contemporâneas as expressões de preconceito representam uma “traição aos valores proclamados, um afastamento à norma da igualdade” (2004, p.79).

Por outras palavras, questionamo-nos se não existe uma resposta socialmente aceite que está presente de forma inconsciente e muitas vezes aquilo que são as nossas representações sociais e o politicamente/socialmente correto ou esperado entram em conflito, originando incertezas e contradições.

É de igual forma relevante mencionar que não só o reconhecimento público da existência das famílias homoparentais é uma realidade recente em Portugal, como o facto de não serem em número muito elevado leva a que muitos profissionais ainda não tenham contactado com esta configuração familiar. Perante um contexto novo, a tendência é desconfiar-se do que não se conhece. Ou seja, aquilo que não é conhecido não é avaliável nem comparável e, por isso, suscetível de incertezas ou até desconfianças (Haroche, 2011).

Partindo da constatação que as famílias homoparentais ainda são uma realidade com pouca expressão no contexto dos profissionais e do reconhecimento que não houve formação sobre diversidade de famílias, mas que os participantes do estudo consideraram importante a sua implementação, torna-se emergente definir medidas e estratégias. Como forma de promoção e respeito pela diversidade de famílias, as profissionais sugeriram a criação de políticas como proteção social, formação parental, comunicação entre profissionais e famílias, campanhas de sensibilização, seminários, encontros e divulgação do tema.

Igualmente, Rodríguez-Mena (2015) apresenta um conjunto de propostas de intervenção para responder às necessidades da diversidade familiar, que se tornam pertinentes para este estudo. O autor refere que a diversidade de famílias deve ser incluída nos currículos de todas as etapas educativas. É de igual modo importante a abordagem do tema transversalmente, em todas as áreas do conhecimento. A realidade escolar deve ser adotada como forma de incluir todas as configurações familiares através de uma linguagem inclusiva, atividades sobre diversidade, adaptação dos livros e outros materiais escolares e reuniões com as famílias. Deverão ser desenvolvidas ações de formação inicial e permanente para os profissionais. E, acima de tudo, há a necessidade de criar um debate social sobre a temática.

Respeitante à intervenção, Gato (2014) foca-se sobretudo no contexto universitário e no agir sobre a desinformação e o preconceito que subsiste entre os futuros intervenientes da rede social relativamente às famílias homoparentais. O seu estudo sugere que a transmissão da informação cientificamente validada e a consciencialização das atitudes pessoais sobre estas questões representam um primeiro passo para a delineação de programas de intervenção eficazes. Os futuros profissionais deverão aprofundar os conhecimentos sobre o tema e refletir sobre os seus enviesamentos, pois o conhecimento das especificidades e dos desafios com que esta tipologia familiar se depara é um elemento crucial para intervir com mais eficácia, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Neste contexto de intervenção, o educador social, como promotor da inclusão social, pode desempenhar um papel fundamental. Este ator tem uma relação privilegiada com a família e a sociedade e enquanto profissional possui as competências necessárias para a sensibilização, esclarecimento e reconhecimento da diversidade.

É urgente entender as famílias homoparentais como pertencentes ao leque da diversidade de famílias, entendê-las como iguais e diferentes, com as suas semelhanças e especificidades, como todas as outras configurações familiares.

O discurso sobre a homoparentalidade deve ser alterado, deve deixar de conter palavras como a resistência, preconceito e discriminação. E não é a tolerância o caminho, mas sim a igualdade e o direito à liberdade de ser diferente. Como refere Sousa Santos (1997, p. 30) “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”

Comparativamente a investigações anteriormente realizadas no território nacional, relacionadas com o tema da homoparentalidade, este estudo apresenta dados semelhantes às mesmas. No que concerne ao estudo das atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira e Leal, 2013), bem como de futuros intervenientes da rede social (Gato e Fontaine, 2012), os resultados evidenciaram uma atitude positiva no que respeita à parentalidade homossexual, mas ainda mais positiva à parentalidade heterossexual. Segundo os participantes desses estudos, o casal homossexual está mais exposto ao preconceito da sociedade. Também os dados resultantes deste estudo permitem inferir que a maioria dos profissionais da área social apresentam um posicionamento positivo quanto à homoparentalidade. No entanto, a amostra deste estudo não revelou um posicionamento mais favorável quanto aos casais heterossexuais como as investigações mencionadas, mas igualou os diferentes tipos de famílias em termos de competência parental mas apresentando, de igual forma, preocupações relacionadas com o preconceito e discriminação por parte da sociedade.

Consistentemente com os outros estudos realizados os resultados sugerem a necessidade de consciencialização e formação dos profissionais que têm a possibilidade de atuar junto destas famílias, como também, a inclusão da diversidade familiar nos conteúdos programáticos (Gato e Fontaine, 2012; Gato, Freitas e Fontaine, 2012) de futuros profissionais.

No decorrer do presente estudo, fizeram-se sentir algumas limitações. No que respeita à questão de investigação e aos objetivos definidos, a informação recolhida alcançou satisfatoriamente o proposto, uma vez que permitiu recolher respostas do grupo dos profissionais da área social em estudo, mas devido ao número reduzido de

participantes no inquérito por questionário, não foi possível analisar os diferentes profissionais segundo o seu campo de atuação (psicologia, sociologia, serviço social, educação social e educação).

A amostra é não-probabilística e, por isso, não é representativa do universo e não permite generalizar os resultados obtidos. No que respeita aos participantes do inquérito por questionário, não foi possível obter a informação sobre a população e, portanto, não se conseguiu apurar a proporção que os participantes representam no universo. A adesão dos profissionais no inquérito por questionário revelou-se uma das maiores dificuldades neste estudo, sendo que foi necessário recorrer à aplicação Messenger de modo a ter uma maior participação. Relativamente à entrevista semiestruturada, acrescenta-se o fator de conveniência. Isto significa que, a escolha das participantes recaiu sobre critérios tais como a acessibilidade e disponibilidade, o que não permite fazer afirmações generalizadas.

Quer o inquérito por questionário, quer a entrevista semiestruturada refletiram fragilidades na análise dos dados. Ou seja, o inquérito por questionário requer perguntas precisas e padronizadas o que pode limitar a opinião dos inquiridos não refletindo o que cada um realmente pensa sobre o tema. Ao analisar a informação recolhida, foi sentido que a construção do instrumento implica muito rigor e que algumas afirmações apresentadas eram longas e continham informação distinta e, por vezes, limitativa. Um aspeto relevante na análise cruzada entre duas variáveis foi o número da amostra que se revelou pequeno para uma análise estatística mais profunda. Apesar desta dificuldade foi possível depreender uma tendência de variação de opinião dos mais novos para os mais velhos, bem como dos não crentes para os crentes praticantes, com exceções nalguns casos. Isto indicia uma posição mais definida sobre a homoparentalidade no grupo etário dos mais novos e dos não crentes enquanto persistiu uma maior divisão nos restantes grupos. Por sua vez, a entrevista semiestruturada, ao permitir uma recolha de informação mais rica e complexa suscita a insegurança de suprimir informação significativa para a investigação, bem como dificulta a relação das respostas entre entrevistadas.

Outro aspeto a referir é o tempo destinado para realizar este tipo de estudo. No decorrer da investigação podem surgir influências exteriores que não se controlam e o tempo representa uma condicionante para o rigor e qualidade da investigação.

Apesar das limitações indicadas, este estudo contribui com informação relevante para a discussão da homoparentalidade. E ter consciência destes condicionamentos permite uma intervenção futura mais consciente. A partir do conhecimento obtido é possível construir novas questões sobre o tema e produzir novo conhecimento.

Como possibilidades futuras, a temática da homoparentalidade representa um mundo ainda por explorar devido ao seu reconhecimento recente. E tendo como base este estudo seria pertinente que futuramente se incidisse sobre o mesmo com um maior aprofundamento, aumentando o universo da amostra que permita estabelecer relações entre variáveis mediante análise estatística mais pormenorizada.

O tema apresenta potencialidade para outros estudos, para conhecer e compreender outras vertentes e outros contextos, nomeadamente:

- A visão das famílias homoparentais em relação aos profissionais da área social;
- A visão dos profissionais que estão envolvidos no processo de adoção relativamente à homoparentalidade;
- A experiência de um casal homossexual em processo de adoção de uma criança;
- A influência do papel e identidade de género e a homoparentalidade;
- A homoparentalidade feminina e a homoparentalidade masculina;
- A criança pertencente a uma família homoparental e a discriminação entre pares.

A abordagem desta temática, bem como todo o processo que este estudo me fez percorrer, foram uma oportunidade única de crescimento pessoal e profissional. Estes períodos de pesquisa, investigação, análise e reflexão permitiram-me um novo olhar, quer sobre mim mesma, quer sobre a minha ação enquanto profissional. Foi um percurso de desenvolvimento de competências de investigação e análise da realidade social e, particularmente, de um acréscimo significativo de sensibilidade e de compreensão da diversidade familiar e das suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, M. (2000). (Des) *Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alarcão, M. & Gaspar, M. (2007). *Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar*. In Paidéia, 89-102. Retirado de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36431/1/Imprevisibilidade%20familiar%20e%20suas%20implica%20c3%a7%20c3%b5es%20no%20desenvolvimento%20individual%20e%20familiar.pdf>, a 02/04/2017.

Almeida, A., Guerreiro, M., Lobo, C., Torres, A. & Wall, K. (1998). Relações familiares: mudança e diversidade. In José Viegas e António Costa (org.). *Portugal, que modernidade?* (pp. 45-78). Oeiras: CELTA EDITORA.

Almeida, J. (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, J. & Pinto, J. (1990). Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais. In Augusto Silva e José Pinto (Orgs). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 129-148). Porto: Edições Afrontamento.

Amâncio, L. & Wall, K. (2004). Família e papéis de género: alguns dados recentes do Family and Gender Survey (ISSP). In *Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (pp. 286-296). Retirado de: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/LigiaAmancio.pdf>, a 02/04/2017.

Amaro, F. (2014). *Sociologia da família*. Lisboa: Factor.

Amorim, L., Rosa, P. (2013). *Primeiro cresci no coração*. ILGA

Araújo, M. (2008). *Família, democracia e subjetividade*. In ORG & DEMO, 111-124.

Azevedo, A. (2015). Homogamia, distância global e educativa entre cônjuges. In *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.79, 109-131.

Bandeira, M. (1996). Teorias da população e modernidade: o caso português. In *Análise Social*, 7-43.

Bandeira, M., (dir.). (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Baptista, S., Santos, R., Almeida, A. & Martins, C. (2011). Influência da biparentalidade, monoparentalidade e condição económica no ambiente familiar de crianças dos 3 aos 6 anos de idade. In *Revista de Psicologia*, n.1-Vol.1, 281-292.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Ltda.

Barroso, R. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In *PSYCHOLOGIA*, n.52, vol. 1, 211-229.

Berger, P. & Kellner, H. (1993). Marriage and the construction of reality. In Bryan Byers. *Readings in Social Psychology: Perspective and Method* (pp. 220-229). Boston: Allyn and Bacon.

Berquó, E. (1989). A família no século XXI: um enfoque demográfico. In *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 6, n.2, 1-16.

Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria da prática. In Renato Ortiz (org.). *Sociologia*, (pp. 46-81). São Paulo: Editora Ática, S.A.

Borrillo, D. (2005). Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo e homoparentalidade: uma nova etapa da modernidade política e jurídica. In *Fórum do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo*. Associação ILGA Portugal. Retirado de: <http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/DanielBorrillo.pdf>, a 02/04/2017.

Burguess, R. (1997), *A pesquisa de terreno*. Oeiras: Celta.

Canastra, F. & Malheiro, M. (2009). O papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 2024-2033). Braga: Universidade do Minho.

Carrera, M. (2013). Educando Queer: el educador/a social como agente de subversión de género en la escuela. In *Revista Ibero-americana de Educação*, 6-12. Retirado de: <file:///C:/Users/Telma%20Leonardo/Downloads/5553Carrera.pdf>, a 10 de abril de 2017.

Cavalcante, R., Calixto, P. & Pinheiro, M. (2014). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. In *Inf. & Soc*, 13-18.

Chaves, M. (2013). Direitos em doses homeopáticas: a situação jurídica das famílias homoafetivas em Portugal. In *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES* (pp. 1-16). Retirado de: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/4.1.1_Marianna_Chaves.pdf, a 23 de março de 2017.

Costa, L. (2009). Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In António Nascimento & Tânia Hetkowsky (orgs.). *Educação e contemporaneidade- pesquisas científicas e tecnológicas* (pp. 356-371). Salvador: EDUFBA.

Costa, R. (2013). Parentalidade & Cidadania – Imagens, discursos e contradições. In Maria da Saudade Baltazar, Elsa Vaz e Fátima Jorge (coords.). *Atas do III Congresso Internacional de Verão – Europa Cidadã: pessoas, empresas e instituições*, (pp. 360-381). Évora: Universidade de Évora – ECS.

Costa, P., Pereira, H. & Leal, I. (2012). Homoparentalidade: O estado da investigação e a procura da normalização. In *PSICOLOGIA*, Vol. XXVI, 55-69.

Costa, P., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H. & Leal, I. (2013). Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. In *Psicologia: Reflexão e Crítica*, n.26, 790-798. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v26n4/20.pdf>, a 19 de maio de 2017.

Coutinho, C. (2005). Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000). In *Monografias em Educação*. Braga: CIED - Universidade do Minho.

Covas, M. (2006). *Percursos da sociologia da família: das origens à consolidação científica*. Faro: UALG.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Dias, M. (2000). A família numa sociedade em mudança, problemas e influências recíprocas. In *Gestão e desenvolvimento*, 81-102.

Díaz, A. (2006). Uma aproximação à Pedagogia / Educação social. In *Revista Lusófona de Educação*, n.7, 91-104. Retirado de: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n7/n7a06.pdf>, a 09 de abril de 2017.

Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). In *CIES e-Working Papers*, 1-24. Retirado de: http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf, a 05 de junho de 2017.

Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Erickson, F. (1989). Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In Merlin Wittrok (Ed.). *La investigación de la enseñanza II. Métodos cualitativos de observación*, (pp. 195-301). Barcelona: Paidós MEC.

Fernandes, A. (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos. In *Análise Social*, vol. XXIX, 1149-1191.

Ferreira, P. (2004). Tendências de mudança no casamento em Portugal – uma sociografia dos últimos vinte anos. In *Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: CES.

Figueira, D. (2013). A adoção no âmbito da parentalidade homoafetiva. In *e-cadernos ces* [Online], 52-74. Retirado de: <http://eces.revues.org/1658>, a 17 de junho de 2016.

Flórez, A. (2012). *Estudio y análisis de la percepción social de las familias homoparentales y su presencia en la prensa escrita española*. Universidade de Valencia.

Fonseca, J. (2008). Os métodos quantitativos na sociologia: dificuldades de uma metodologia de investigação. In *VI Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-18). Universidade Nova de Lisboa. Retirado de: <https://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/346.pdf>, a 05 de junho de 2017.

Freitas, S. (2014). Uma visão sociológica sobre a família. In António Pires (dir.). In *Revista LEIA SFF*, n.39, 4-11. Retirado de: <http://escolas.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=mLZEi9-uuJE%3D&tabid=15006&mid=44317>, a 09 de março de 2017.

Gato, J., Fontaine, A., & Carneiro, N. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 1010-1023). Universidade do Minho.

Gato, J., Fontaine, A. (2012). Atitudes face à diversidade sexual no contexto psicossocial, jurídico, da saúde e educativo. In *Exedra*, n.6, 81-103. Retirado de: https://sigarra.up.pt/fcnaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=87147, a 26 de maio de 2017.

Gato, J., Freitas, D. & Fontaine, A. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. In *PSICOLOGIA*, Vol XXVI, 71-95.

Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: perspetivas psicológicas*. Coimbra: Edições Almedina.

Gauthier, B. (or.) (2003), *Investigação Social. Da problemática à colheita de dados*. Loures: Ed. Lusociência.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (1993). *The transformation of intimacy: Sexuality, love and eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press.

Giddens, A. (1999). *O mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: EDITORA RECORD, LDA.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, J. (2012). Cultura e religião. In *THEOLOGIA*, 2ª série, n.47, 309-318. Retirado de: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13474/1/gon%C3%A7alves.pdf>, a 15 de maio de 2017.

Goldberg, A., Gartrell, N. & Gates, G. (2014). Research report on LGB-Parent Families. The Williams Institute, 1-36. Retirado de: <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/lgb-parent-families-july-2014.pdf>, a 18 de maio de 2107.

Guerra, I. (2012). *Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Parede: Principia Editora, Lda.

Haroche, C. (2011). O inavaliável em uma sociedade de desconfiança. In *Educação e Pesquisa*, vol.37, n.3, 657-676. Retirado de:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000300014, a 20 de setembro de 2017.

ILGA.(s.d.). *Relatório Projeto: 14 meses a passar do singular para o plural*. Retirado de: http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Relatorio_Familias_no_plural.pdf, a 15 de maio de 2017.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In Denise Jodelet (org.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: Editora UERJ.

Ketele, J. & Roegires, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.

Leandro, M.E. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Leandro, M. (2006). Transformações da família na história do Ocidente. In *THEOLOGIA*, 51-74.

Lévi-Strauss, C. (1986). *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.

Lima, M. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. In *Estudos de Psicologia*, 9, 401-411.

Lobo, C. (2009). Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. In *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.59, 45-74.

Maia, C. (2011). O papel do educador social na intervenção com menores – Alguns modelos de intervenção sócio-educativa. In Ana Almeida & Natália Fernandes. *Intervenção com crianças, jovens e famílias* (pp. 145-155). Lisboa: Almedina.

Marques, J. (2004). Os dois racismos dos portugueses. In *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, (pp. 78-87). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Martins, E. (2013). A pedagogia social / Educação social nos meandros da comunidade e da escola. In *Educaeducere*, n.1, II Série, 5-24. Retirado de https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere_Ernesto_Martins.pdf a 09 de abril de 2017.

Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. In *EDUSER- Revista de educação*, 60-71.

Maxwell, J. (2008). Designing a qualitative study. In Leonard Bickman e Debra Rog. *The Sage handbook of applied social research methods* (pp. 214-253). London: Sage Publications.

Melo, M. (2013). Propostas metodológicas e aplicabilidade do paradigma qualitativo de análise. In *CICS – Working Paper 7*, 1-14. Retirado de: <http://cics.uminho.pt/wp-content/uploads/2011/07/Melo-Marina-Propostas-metodol%C3%B3gicas-e-aplicabilidade-do-paradigma-qualitativo-de-an%C3%A1lise.pdf>, a 5 de junho de 2017.

Mesquita, M. (2013a). *Parentalidade – um contexto de mudanças*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mesquita, M. (2013b). *Parentalidade: contributo para uma definição do conceito*. Retirado de: <http://www.barometro.com.pt/2013/02/14/parentalidade-contributo-para-uma-definicao-do-conceito/>, a 22 de março de 2017.

Michel, A. (1983). *Sociologia da família e do casamento*. Porto: RÉS – Editora, Lda.

Minayo, M. (2007). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: HUCITEC.

Mioto, R. (2004). Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. In *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 3, 1-15. Retirado de: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Trabalho%20com%20fam%EDlias.pdf>, a 19 de junho de 2017.

Moreira, V. & Gomes, M. (2012). *Compreender os direitos humanos-Manual de educação para os direitos humanos*. Coimbra: FDUC.

Murdock, G. (1949). *Social Structure*. Nova Iorque: The Macmillan Company.

Nicolás, J. (1983). La familia en Europa y el cambio social. In *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, nº21, 11-31.

Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013). *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*. Lisboa.

Passos, M. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. In *Psicologia Clínica*, 31-40.

Paul-Henri, Lauwe, M. (1965). A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades. In *Análise Social*, 475-500.

Pereira, A., Patrício, T. (2013). *Guia prático de utilização do SPSS- Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições SÍLABO, Lda.

Pereira, C. & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. In *In-mind Português*, vol. 1, n.2-3, 1-13.

Pereira, D. & Alarcão, M. (2014). “Parentalidade minimamente adequada”: contributos para a operacionalização do conceito. In *Análise Psicológica*, vol. XXXII, 157-171.

Pereira, R. (2006). Família, direitos humanos, psicanálise e inclusão social. In *Revista do Ministério Público do RS*, 195-201.

Pereira, P. & Bourget, M. (2010). Família: representações sociais de trabalhadores da Estratégia Saúde da Família. In *Saúde Sociedade*, vol.19, n.3, 584-591.

Pina, C. & Magalhães, G. (2014). Principais tendências demográficas: as últimas décadas. In Anabela Delgado e Karin Wall (coords.). *Famílias nos Censos 2011 – Diversidade e mudança* (pp. 25-42). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: ICS- Imprensa de Ciências Sociais.

Pinto, R. (2012). *Introdução à análise de dados*. Lisboa: Edições SÍLABO, Lda.

Poeschl, G., Silva, B. & Cardoso, F. (2015). Casamento, casamentos? Representações sociais do casamento heterossexual e do casamento homossexual. In *Análise Psicológica*, vol. XXXIII, 73-87.

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Relvas, A. & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Arte Pronta.

Rodriguez, B. & Paiva, M. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. In *Vinculo – Revista do NESME*, 001-111.

Rodríguez, J. (2011). Métodos de investigación cualitativa. *Silogismos- Revista de Investigación*, 1-33. Retirado de: <http://www.cide.edu.co/doc/investigacion/3.%20metodos%20de%20investigacion.pdf>, a 30 de junho de 2017.

Rodríguez-Mena, J. (2015). *Familias homoparentales en la escuela pública: estudio de casos de la intervención escolar sobre la diversidad familiar* (Tesis Doctoral). Universidad de Huelva, Huelva.

Rodríguez-Mena, J., Borges, M. & Lopes, A. (2017). *Percepções de estudantes do ensino superior sobre família homoparental em duas universidades: Espanha e Portugal*. (estudo a decorrer).

Rodríguez-Mena, J. & Moreno-Sánchez, E. (2017). Barriers and limitations in the school intervention of the family diversity. A case study about the homoparental families. In *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 237, 850-855. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2017.02.182>, a 29 de junho de 2017.

Rosa, J., Boris, G., Melo A. & Santos, M. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. In *Psicologia: ciência e profissão*, Vol.36 n.1, 210-223.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Roussel, L. (1992). O futuro da família. In *Sociologia – PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.11, 165-179.

Ruiz-Olabuénaga, J. (2012). *Metodología da la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Ruiz, S. (2013). *Familias homoparentales en España: integración social, necesidades y derechos*. Madrid: Universidade Autónoma

Sá, C. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Sánchez, C. (2008). La família: concepto, câmbios y nuevos modelos. In *La Revue du REDIF*, vol. 1, 15-22.

Santos, M. (1969). Família e "Socialização": um aspecto da evolução social contemporânea. In *Análise Social*, 67-84.

Saraceno, C. & Naldini, M. (2003). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

Savoie-Zajc, L. (2003) A entrevista semidirigida. In Benoit Guathier, B.. *Investigação social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 279-301). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Sêga, R. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. In *Anos 90*, n.13, 128-133.

Segalen, M. (1999). A revolução industrial: do proletariado ao burguês. In André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martin Segalen & Françoise Zonabend. *História da família- O ocidente: industrialização e urbanização* (pp. 5-36). Lisboa: TERRAMAR.

Singly, F. (2011). *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda.

Sousa Santos, B. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.48, 11-32.

Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação Social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. In *SENSOS*, vol.2, n.1, 11-26.

Torres, A. (1999). A família. In *Actas dos V cursos internacionais de verão de Cascais*, vol. 4 (pp. 71-94). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Torres, A. (2001). *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*. Oeiras: CELTA EDITORA.

Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta

Torres, A., Brites, R., Mendes, R. & Lapa, T. (2004). Famílias no contexto europeu: alguns dados recentes do european social survey. In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia* (pp. 24-36) . Lisboa: APS.

Torres, A., Mendes, R., & Lapa, T. (2008). Families in Europe. In *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 7, n.1, 49-84.

UNESCO (1998). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO.

UNICEF (s.d.). *A Convenção dos Direitos da Criança*. UNICEF.

Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. In Augusto Silva e José Pinto (Orgs). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Vara, J. & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In Jorge Vala e Maria Monteiro. *Psicologia social* (pp. 569-602). Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian.

Vilhena, J., Souza, A., Uziel, A., Zamora, M., & Novaes, J. (2011). Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. In *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 1639-1658.

Xavier, P., Alberto, I. & Mendes, F. (2015). Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. In *Psicologia & Sociedade*, 179-188.

Wagner, A. & Levandoski, D. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. In *Revista Texto & Contextos*, 88-97.

Wall, K. (1993). Elementos sobre a sociologia da família em Portugal. In *Análise Social*, vol. XXVIII, 999-1009. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K. (2002). Famílias. In *Análise Social*, vol. XXXVII, 359-368.

Wall, K. (2004). Políticas familiares. In *Contextos de Sociologia*, n.3, 6-10.

Wall, K. Cunha V. & Ramos, V. (2014). A evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011. In Anabela Delgado e Karin Wall (coords.). *Famílias nos Censos 2011 – Diversidade e mudança* (pp. 43-63). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

Xavier, A., Albert, I. & Mendes, F. (2013). Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. In *Psicologia & Sociedade*, 179-188.

Zambrano, E. (2006). *O Direito à Homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça.

Yin, R. (2003). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: ARTMED Editora, S.A. - Bookman.

Zonabend, F. (1986). Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen & Françoise Zonabend (Dir.). *História da Família- Mundos Longínquos* (pp. 13-66). Lisboa: TERRAMAR.

Legislação

Diário da República (1995). Iª Série, Nº 131, Decreto-Lei nº 131/95 de 06 de junho, pp 3596-3638.

Diário da República (2001). Iª Série, Nº 109, Lei nº 7/2001 de 11 de maio, pp 2797-2798.

Diário da República (2005). Iª Série, Nº 155, Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de agosto, pp 4642-4686.

Diário da República (2010). Iª Série, Nº 105, Lei nº 9/2010 de 31 de maio, p 1853.

Diário da República (2010). Iª Série, Nº 209, Decreto-Lei nº 121/2010 de 27 de outubro, pp 4892-4894.

Diário da República (2016). Iª Série, Nº 41, Lei nº 2/2016 de 29 de fevereiro, pp 634-635.

Artigos de Jornais

Cruz, M. (21 de novembro de 2015). Portugal é o 24ª país a permitir a adoção por casais gays. Diário de Notícias. Retirado de <http://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-e-o-24-pais-a-permitir-a-adocao-por-casais-gay-4895531.html>, a 17 de junho de 2016.

Adoção por casais homossexuais possível em cerca de 20 países, mais de metade europeus. (18 de novembro de 2015). Diário de Notícias. Retirado de <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/551292-adocao-por-casais-homossexuais-possivel-em-cerca-de-20-paises-mais-de-metade>, a 17 de junho de 2016.

Batista, R. Cerqueira, R. (03 de março de 2017). Adoção por casais homossexuais: “Ainda há algumas resistências.”. Jornalismo Porto Net. Retirado de <https://jpn.up.pt/2017/03/03/um-ano-da-adocao-por-casais-do-mesmo-sexo-processo-longo-e-falta-de-formacao/> a 02/04/2017.

Sites

FFMS. (2017). Indicadores de envelhecimento em Portugal. *PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa*. Retirado de <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>, a 15 de maio de 2017.

ILGA (2017). Retirado de <http://ilga-portugal.pt/noticias/925.php> a 16 de maio de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Inquérito por Questionário – Homoparentalidade

QUESTIONÁRIO

Estimado/a Professor/a

Este questionário tem como objetivo compreender a perceção dos profissionais das áreas psicossociais e educativas relativamente à homoparentalidade.

Pedimos que leia atentamente todas as questões e responda com um X no local indicado para a resposta.

O questionário é anónimo e confidencial, não existem respostas certas ou erradas e os resultados serão unicamente utilizados para fins académicos.

A sua colaboração é muito importante para a valorização deste estudo.

SOCIODEMOGRÁFICO

Assinale com X a situação correspondente

1. **Sexo**
 Feminino Masculino
2. **Idade**
 20-29 30-39 40-49 50-59 Mais de 60
3. **Estado Civil**
 Solteiro Casado União Facto Divorciado Viúvo
4. **Religião**
 Não crente Crente, não praticante Crente, praticante
5. **Área de Formação**
 Psicologia Sociologia Serviço Social Educação Social Educação
6. **Entidade de atuação**
 Público IPSS Privado
7. **Área de atuação**
 Apoio a crianças e jovens (Creches/JI/ATL; Casa de Acolhimento; Lar de infância/juventude; CPCJ; Apoio Educativo)

 Apoio à família (Atendimento/acompanhamento psicossocial; Casa de abrigo; Apoio domiciliário)

 Apoio à integração social e comunitária (Acompanhamento social; Centro comunitário; Refeitório/cantina social; Comunidade de inserção; Centro de alojamento temporário e comunidade de reinserção; Ajuda alimentar; Apoio a pessoas sem abrigo; Intervenção direta)

8. Função que desempenha

Técnico Coordenador Diretor

FAMÍLIA

Para cada afirmação, assinale com um X a resposta que melhor expresse o seu grau de concordância.

Item	Afirmação	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
1	Uma família é um vínculo emocional e um laço afetivo.					
2	Uma família é composta por duas pessoas de sexos diferentes, com ou sem filhos.					
3	A família é um laço sanguíneo.					
4	Uma família é composta por duas pessoas de sexos diferentes, com uma nova união conjugal, com ou sem filhos das relações anteriores.					
5	A família deve satisfazer as necessidades mais básicas de cuidado, proteção, saúde e sobrevivência.					
6	A família deve disciplinar de forma assertiva.					
7	Uma família é composta por duas pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos.					
8	Uma família é composta por progenitor e filho(s).					
9	A família deve facilitar a interação social da criança.					
10	Uma família é composta por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem coabitação.					
11	A família natural é composta por um pai e uma mãe.					
12	A família é aquela que protege, cuida e ama, mesmo que não seja a família biológica.					

ADOÇÃO

Para cada afirmação, assinale com um X a resposta que melhor expresse o seu grau de concordância.

Item	Afirmação	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
1	Os casais homossexuais têm o mesmo direito de adotar quanto outro tipo de família.					
2	A orientação sexual é um fator determinante no processo de adoção de crianças.					
3	Os casais homossexuais apresentam a mesma capacidade e responsabilidade para adotar que outro tipo de família.					
4	A família homoparental é uma possibilidade de a criança viver num lar estável em					

	vez de uma instituição.				
5	Os casais homossexuais não são idóneos para adotar uma criança.				
6	É preferível que as crianças permaneçam numa instituição a aguardar uma família heterossexual do que numa família homoparental.				
7	Os casais homossexuais têm condições emocionais para oferecerem amor e atenção.				
8	Os casais homossexuais estão preparados para adotar e educar os seus filhos/as.				
9	A adoção por casais homossexuais torna-se uma experiência mais traumática uma vez que a criança vinda de uma instituição encontra-se vulnerável.				
10	Um casal homossexual não devia adotar uma criança devido à sua instabilidade emocional.				

HOMOPARENTALIDADE

Para cada afirmação, assinale com um X a resposta que melhor expresse o seu grau de concordância.

Item	Afirmação	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
1	Uma criança adotada por homossexuais pode não apresentar comportamentos homossexuais.					
2	As crianças criadas em famílias homoparentais têm mais probabilidade de ter problemas de desenvolvimento.					
3	É prejudicial para a criança contactar exclusivamente com um tipo de papel sexual: paterno ou materno.					
4	É mais importante para a criança o amor e a atenção do que a orientação sexual dos/as pais/mães.					
5	As crianças criadas numa família homoparental desenvolverão maior capacidade de respeitar a diversidade de famílias.					
6	A família homoparental causa estranheza.					
7	Uma criança proveniente de família homoparental é tão aceite socialmente quanto uma criança de outro tipo de família.					
8	As crianças adotadas por casais homossexuais estão mais sujeitas a problemas psicológicos.					
9	As crianças adotadas por homossexuais tornar-se-ão homossexuais.					
10	Um casal homossexual pode suprir a ausência do outro sexo de forma que a criança se desenvolva naturalmente.					
11	É mais importante para a criança sentir-se feliz do que a tipologia da sua família.					
12	As crianças adotadas por casais homossexuais serão vítimas de discriminação e preconceito social.					
13	As crianças de famílias homoparentais, futuramente terão incertezas na sua identidade sexual.					

14	As mães homossexuais são mais capazes de cuidar dos filhos/os do que os pais homossexuais.					
15	Os estímulos oferecidos para uma criança se desenvolver num lar homoparental são iguais ao de outro tipo de família.					
16	Uma relação homossexual é compatível com a educação de uma criança.					

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Para cada afirmação, assinale com um X a resposta que melhor expresse o seu grau de concordância.

Item	Afirmação	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
1	A diversidade de famílias foi um assunto presente nos conteúdos programáticos da minha formação inicial.					
2	A homoparentalidade é um tema sensível para ser abordado.					
3	Procurei formação contínua sobre o tema.					
4	É necessário abordar a diversidade de famílias na escola/formação.					
5	É uma função da escola sensibilizar as crianças e os pais para assuntos sensíveis.					
6	É importante as entidades desenvolverem ações de formação sobre a diversidade de famílias.					
7	Não é necessário abordar a diversidade de famílias porque é um assunto aceite naturalmente na sociedade.					
8	Sinto-me preparado/a para dar apoio profissional a famílias homoparentais.					
9	Enquanto profissionais devemos tratar a diversidade de famílias de igual modo, independentemente da sua configuração.					

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

APÊNDICE B: Lista de instituições com intervenção social no algarve

Concelho		Instituição	Área	Contacto
Vila do Bispo	1	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-viladobispo.pt
	2	Rede Social	Ação Social	
	3	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjviladobispo@cm-viladobispo.pt
	4	Centro Cultural e Social da Figueira		
	5	Santa Casa de Misericórdia de Vila do Bispo		scmvbispo@gmail.com
Aljezur	6	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-aljezur.pt
	7	Rede Social	Ação Social	rsocial@cm-aljezur.pt
	8	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-aljezur.pt
	9	Santa Casa da Misericórdia de Aljezur		misericordia.aljezur@sapo.pt
	10	Casa da Criança do Rogil - Assoc. para a Promoção Social, Cultural e Desportiva de Infância do Rogil	Apoio à Infância	ccrogil@gmail.com
Lagos	11	Câmara Municipal	Ação Social	expediente.geral@cm-lagos.pt
	12	Rede Social	Ação Social	redesocial@cm-lagos.pt
	13	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-lagos.pt
	14	Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	Apoio Comunitário e Social	caslas@sapo.pt
	15	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lagos	Ação Social	dlagos@cruzvermelha.org.pt
	16	Instituto Fonte de Vida	Apoio Social	ifv@fontevida.org
	17	"Infância Viva" Associação Jardim de Infância Internacional	Pré-escolar	geral@infanciaviva.pt
	18	Santa Casa da Misericórdia de Lagos	Apoio social	gestor@scmlagos.com
	19	N.E.C.I- Núcleo de Educação da Criança Inadaptada	Atividades Ocupacionais, Apoio social e intervenção precoce	info@neci.pt
Monchique	20	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-monchique.pt

	21	Rede Social	Ação Social	
	22	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjmonchique@gmail.com
	23	Centro de Apoio à Família	Apoio à família	centro-apoio-familia@clix.pt
	24	Santa Casa da Misericórdia de Monchique	Apoio Social	misericordia.monchique@gmail.com
Portimão	25	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-portimao.pt
	26	Rede Social	Ação Social	
	27	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-portimao.pt
	28	A.C.I -Associação Para Crianças e Idosos		
	29	Casa de Nossa Senhora da Conceição	Lar de crianças e jovens	lar@cnscc-portimao.pt
	30	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Portimão	Apoio Social	cruzvpportimao@gmail.com
	31	GAV- Portimão	Apoio à vítima	apav.portimao@apav.pt
	32	GRATO - Grupo de Apoio Aos Toxicodependentes		gratoptm@gmail.com
	33	Lar da Criança de Portimão	Creche, JI e ATL	geral@lardacrianca.com
	34	Lar de Crianças Bom Samaritano	Lar de crianças e jovens	lcbs.adm@gmail.com
	35	Santa Casa da Misericórdia de Portimão	Sol. Social	geral@scmportimao.pt
	36	Santa Casa da Misericórdia de Alvor	Apoio Social	scm.alvor@mail.telepac.pt
	37	APAV – Portimão (IPSS)	Apoio à família	apav.portimao@apav.pt
	38	APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	Acompanhamento Psicossocial	info@appda-algarve.pt
	39	Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (IPSS)	Apoio à família	info@appda-algarve.pt
	40	Associação 9 meses	Apoio à família	ass.9meses@hotmail.com
	41	Associação de Solidariedade Social Guardiões do Destino	Apoio Social	guardioesdodestino@live.com.pt
	42	CRACEP - Cooperativa de Reeducação e Apoio à Criança Excepcional de Portimão	Centro Educacional	geral@cracep.pt
	43	Casa Nossa Senhora da Conceição	Acolhimento de jovens do sexo feminino	casadenossasenhoradaconceicao7@gmail.com
	44	MAPS – Delegação de Portimão		maps.portimao@mapsalgarve.org

Lagoa	45	Câmara Municipal	Ação Social	expediente@cm-lagoa.pt
	46	Rede Social	Ação Social	
	47	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjlagoa.algarve@gmail.com
	48	Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Apoio Social	cascarvoeiro@hotmail.com
	49	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Apoio Social	scmestombar@hotmail.com
	50	Santa Casa da Misericórdia de Lagoa	Apoio Social	scmlagoa@gmail.com
Silves	51	Câmara Municipal	Ação Social	expediente@cm-silves.pt
	52	Rede Social	Ação Social	redesocial@cm-silves.pt
	53	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-silves.pt
	54	ACSA – Associação Cultural e Social do Algoz	Centro de Convívio; ATL	acsaalgoz@sapo.pt
	55	Amigos dos Pequenininhos de Silves	Creche; Jardim de Infância; ATL; Intervenção Precoce	secretaria@amigosdospequeninhos.com direcao@amigosdospequeninhos.com
	56	Associação Humanitária de São Marcos da Serra	Centro de Dia; Apoio Domiciliário	associacaohsms@gmail.com
	57	Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines	Creche, JI, ATL	centrocomunitario@casapovomessines.pt
	58	Castelo de Sonhos	Apoio Social	cafapsilves@gmail.com geral@castelodesonhos.pt rh.castelodesonhos@hotmail.com presidente@castelodesonhos.pt
	59	Centro Social – Espaço Aberto de Pêra	Creche, JI e ATL	espacoabertopera@sapo.pt
	60	Cruz Vermelha Portuguesa	Apoio Social	chsa.psicossocial@cruzvermelha.org.pt dsilves_albufeira@cruzvermelha.org.pt
	61	DardeVaia – Associação Cultural e Social	Cultural e social	avantino@sapo.pt
	62	IAPRS – Instituto Algarve Projeto para a Reabilitação Social	Apoio Social	e.salvador@iaprs.org info@iaprs.org
	63	Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha	Lar, Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Creche, JI	geral@scmalcantarilha.pt diretora@scmalcantarilha.pt
	64	Santa Casa da Misericórdia de Armação de Pêra	Lar, Centro de Dia, Creche, JI	scmap.anarodrigues@mail.telepac.pt

	65	Santa Casa da Misericórdia de Silves	Lar, Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Creche, JI, UCC	geral@scmsilves.pt
Albufeira	66	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-albufeira.pt
	67	Rede Social	Ação Social	
	68	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjalbufeira@gmail.com
	69	A.H.S.A. - Associação Humanitária Solidariedade Albufeira	Apoio a crianças e jovens, à família e à integração social e comunitária;	ahsa@sapo.pt equiparsiahsa@gmail.com
	70	A.A.P.E.A. - Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve	Apoio Psicológico, Intervenção Precoce	direccaotecnica@apexa.org
	71	Ass. C.A.S.A. Centro de Apoio ao Sem Abrigo	Apoio Social	casa.nucleodealbufeira@sapo.pt
	72	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Albufeira - APAV	Apoio à vítima	apav.albufeira@apav.pt
	73	Centro Paroquial de Paderne	Creche	cparoquial_paderne@sapo.pt
	74	Fundação António Silva Leal	Desenvolvimento Social Centro de Acolhimento Centro de Alojamento Internato Colónia de férias Centro Infantil Refeitório Social Creche Casas de Abrigo	ids@fasl.pt cae@fasl.pt pontodeluz@fasl.pt iml@fasl.pt colonia_ferias@fasl.pt buzio@fasl.pt estreladomar@fasl.pt refeitorio.social@fasl.pt amendoinhas@fasl.pt algodao.doce@fasl.pt malta.pequena@fasl.pt d.casabrigo@fasl.pt
	75	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	Apoio Social	s.c.m.abf@gmail.com scma.comunicacaoimagem@gmail.com scma.provedoria@gmail.com

	76	PRAVI – Projeto de apoio a vítimas indefesas	Apoio a Crianças e Jovens	pravi.albufeira@gmail.com
Loulé	77	Câmara Municipal	Ação Social	cmloule@cm-loule.pt
	78	Rede Social	Ação Social	
	79	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-loule.pt
	80	Associação Humanitária do Ameixial de Santo António		
	81	ASCA - Associação Social e Cultural de Almancil	Apoio Social	asca@asca.pt
	82	ASMAL – Associação de Saúde Mental do Algarve	Apoio a crianças e jovens e à família	geral@asmal.org.pt
	83	Associação Bem Estar Amigos de Querença	Apoio Social	a.b.e.a.q@mail.telepac.pt
	84	Associação Pró – Beneficência e Progresso de Alte	Centro de dia e Apoio Domiciliário	lardealte@gmail.com
	85	Associação Social e Cultural da Tôr	Creche	asctor@gmail.com
	86	Associação Social para o Progresso e Bem-Estar da Freguesia de Benafim	Creche, Centro Comunitário	c.c.benafim@sapo.pt
	87	Casa da Primeira Infância	Apoio à Infância	cpi-loule@sapo.pt
	88	Centro de Anim. e Apoio Comunitário Freguesia Alte	Creche, JI, CATL	caa.alte@gmail.com
	89	CACQ - Centro de Apoio à Criança de Quarteira	Apoio à criança	cacq@clix.pt
	90	Centro Social e Comunitário de Vale Silves	Centro Comunitário Apoio Domiciliário	ccvalesilves@sapo.pt
	91	Colégio Internacional de Vilamoura	JI e 1º Cielo	colegiodevilamoura@civ.pt
	92	Existir - Associação p/ a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavoráveis	Apoio a populações deficientes e desfavorecidas	associacaoexistir@gmail.com
	93	Fundação António Aleixo	Apoio à infância e social	fundacao.aleixo@mail.telepac.pt
	94	GAV – Gabinete de Apoio à Vítima de Loulé (APAV)	Apoio à Vítima	apav.loule@apav.pt
	95	Grupo de Amigos de Salir	Apoio a crianças e jovens, à família e à integração social e comunitária	g.a.s.ipss@hotmail.com
96	Instituição de Solidariedade Social da Serra do	Apoio Social	isssc@sapo.pt	

		Caldeirão		
	97	MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida	Apoio à problemática da SIDA	maps.quarteira@mapsalgarve.org
	98	NT(Social) - Cooperativa de Solidariedade de Loulé	Alojamento infantil	ntsocial@mail.telepac.pt
	99	Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime	Apoio Social	sMBOLIQUEIME@sapo.pt
	100	Santa Casa da Misericórdia de Loulé	Apoio Social	scmloule@mail.telepac.pt
	101	UNIR – Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve	Apoio ao doente mental e à família	unir@portugalmail.pt
Faro	102	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-faro.pt
	103	Rede Social	Ação Social	
	104	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjr.faro@gmail.com
	105	Associação de Apoio à Criança, Arco Iris – Creche	Creche, JI	arcoirisfaro@hotmail.com oarcoiris.faro@gmail.com
	106	Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão	Crianças e Jovens em risco	einfantil@mail.telepac.pt
	107	Associação de Proteção à Rapariga e à Família	Centro de acolhimento para raparigas	proteccaoarapariga@gmail.com
	108	Associação de Saúde Mental do Algarve (ASMAL)	Apoio ao doente mental e à família	geral@asmal.org.pt
	109	Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais	Apoio ao doente mental e à família	aapacdm@mail.telepac.pt
	110	Associação de Surdos do Algarve	Apoio ao surdo e família	ass.surdosalgarve@sapo.pt
	111	Associação Solidariedade Sociocultural de Montenegro	Centro de dia e apoio domiciliário	asscmontenegro@gmail.com
	112	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro	Reabilitação, Lar residencial	info@appc-faro.org.pt urp@appc-faro.org.pt lar.residencia.appc@gmail.com
	113	APATRIS 21 - Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve	Apoio às famílias	geral@apatris21.org

	114	Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve	Apoio Social	ba.algarve@bancoalimentar.pt
	115	Bela Infância	Creche, JI	geral@belainfancia.pt
	116	Casa de Santa Isabel	Lar Residencial, CAO	casasantaisabel@sapo.pt
	117	Centro de Bem Estar Infantil Nossa Senhora de Fátima	JI	cascdfaro@sapo.pt
	118	Centro Infantil do Hospital de Faro	Creche, JI	cihdf@iol.pt
	119	Centro Social Nossa Senhora do Carmo de Faro	JI	
	120	Cáritas Diocesana do Algarve	Centro Infantil	geral@caritalgarve.pt odespertarcentroinfantil@hotmail.com
	121	Colégio Oficina Divertida	JI	oficinadivertida@sapo.pt
	122	Colégio da Nossa Senhora do Alto	Creche, JI, 1º Ciclo	secretaria@colegiodoalto.edu.pt
	123	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de faro	Apoio Social	dfaro@cruzvermelha.org.pt dfaro.igualdade@cruzvermelha.org.pt
	124	Escola João de Deus	Creche, JI, 1º Ciclo	faro@escolasjoaodeus.pt
	125	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social “Os Vivaços”	Creche, JI e ATL	geral@fundacao-algarvia.pt creche.vivacos.faro@fundacao-algarvia.pt
	126	GAV Faro	Apoio à vítima	apav.faro@apav.pt
	127	G.A.T.O. - Grupo de Ajuda a Toxicodependentes	Reinserção Social	gato.gflat@gmail.com
	128	Instituto D. Francisco Gomes - Casa dos Rapazes	Lar de infância, Creche, JI, ATL	geral@idfgomes.pt
	129	MAPS - Movimento de Apoio À Problemática da Sida	Apoio à problemática da SIDA	faro@mapsida.org
	130	Os Catraios	Creche, JI	catraios@ipb.pt
	131	Santa Casa da Misericórdia de Faro	Apoio Social	santacasafaro@mail.telepac.pt
	132	SuperEscola - Creche e Jardim de Infância	Creche, JI	geral@superescola.pt
	133	Planeta da Fantasia	Creche, JI	jardiminfancia.planetafantasia@gmail.com
S. Brás	134	Câmara Municipal	Ação Social	camara@cm-sbras.pt
	135	Rede Social	Ação Social	
	136	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-sbras.pt
	137	Associação IN LOCO	Apoio Cultural e Social	inloco@mail.telepac.pt

				nelsondias@sapo.pt
	138	Centro Social e Paroquial de S. Brás	Creche, JI, Apoio Domiciliário	infancia@cspbras.com
	139	Santa Casa da Misericórdia de S. Brás	Apoio Social	misericordia.bras@oninet.pt
Olhão	140	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-olhao.pt
	141	Rede Social	Ação Social	
	142	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	
	143	Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão - ACASO	Centro Infantil, Apoio Social	geral@ipss-acaso.org
	144	Associação "Uma Porta Amiga"	Apoio a jovens e crianças em risco	umaportaamiga@gmail.com
	145	Associação Tempus	Creche, Apoio Social	associacaotempus@gmail.com
	146	Associação Verdades Escondidas	Apoio Social	verdadesescondidasassociacao@gmail.com
	147	Centro Bem-Estar Social de Nossa Senhora de Fátima	Alojamento Feminino	etcbesnsf@gmail.com cbesnsf@sapo.pt
	148	Centro Social de Nossa Senhora do Carmo	Animação, Apoio Domiciliário	csnscarmo@sapo.pt
	149	Centro Infantil "Os Vivaços" - Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	Centro Infantil, Apoio Social	ci.vivacos.olhao@fundacao-algarvia.pt
	150	Colégio Bernardette Romeira	Creche, JI, 1º Ciclo	geral@colegiobernardetteromeira.pt
	151	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Olhão	Creche, JI, ATL, Apoio Social	secretariacvpolhao@sapo.pt
	152	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Moncarapacho / Fuseta	Centro Infantil	dmoncarapacho.fuzeta@cruzvermelha.org.pt
	153	Grupo de Bem Fazer "Celeiro do Amor"	Apoio Social	fraterno@sapo.pt
	154	Obra N. Srª das Candeias - "As Luzinhas"	Creche, JI e Abrigo Infantil	candeias.secretaria@gmail.com jardim.de.infancia.luzinha@gmail.com abrigo.luzinha@gmail.com

	155	Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho	Creche, JI, Apoio Social	stacasam.moncarapacho@sapo.pt
	156	Santa Casa da Misericórdia de Olhão	Creche, JI, Apoio Social	semisericordiaolhao@sapo.pt
Tavira	157	Câmara Municipal	Ação Social	camara@cm-tavira.pt
	158	Rede Social	Ação Social	
	159	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-tavira.pt
	160	Âncora - Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	Apoio à Infância, Terceira Idade e Comunidade	ancora.dir@gmail.com
	161	Apartamento de Reinserção Social – Torre D'Aires – Tavira	Inserção Social	gato.sede@gmail.com gato.gflat@gmail.com
	162	Associação "Uma Porta Amiga"	Apoio a jovens e crianças em risco	umaportaamiga@umaportaamiga.org
	163	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Gabinete de Tavira	Apoio à vítima	apav.tavira@apav.pt
	164	Associação de Animação Infantil e Apoio Comunitário de Cachopo	Apoio Social	centroinfantil@clix.pt
	165	Casa de Povo de Santo Estêvão	Apoio Social	cpse@iol.pt
	166	Casa do Povo da Luz	Apoio Social	casapovoluz@hotmail.com
	167	Centro Paroquial de Cachopo	Apoio Domiciliário	cpcachopo@gmail.com
	168	Centro Social Nossa Senhora das Dores	Apoio à Infância	csnsddores@gmail.com
	169	Centro Social de Santo Estêvão	Apoio Domiciliário	csocial-sto-estevao@sapo.pt
	170	Creche e Centro de Dia "O Pontão"	Creche	opontao.geral@gmail.com
	171	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Tavira	Apoio à Infância, Social	dtavira@cruzvermelha.org.pt dtavira.apoiosocial@cruzvermelha.org.pt dtavira.caic@cruzvermelha.org.pt dtavira.asemente@cruzvermelha.org.pt
	172	Escola João de Deus	Creche, JI, 1º Ciclo	tavira@escolasjoaodeus.pt
	173	Fundação D. Romeirinha	Apoio Social	geral@fundacaodromeirinha.pt
174	Fundação Irene Rolo	Apoio a pessoas com deficiência e incapacidades	fundacao.tavira@mail.telepac.pt fir.tavira@mail.telepac.pt	

			e suas famílias	fir.aestavira@gmail.com
	175	Fundação da Juventude – Delegação do Algarve	Apoio à juventude	algarve@fjuventude.pt
	176	GAV - Tavira	Apoio à vítima	apav.tavira@apav.pt
	177	IDT – Instituto da Droga e da Toxicod dependência	Apoio ao Toxicod dependente e famílias	dralgarve@idt.min-saude.pt
	178	Jardim Escola / Infantário de Tavira "O Pimpão"	Apoio à infância	pimpaoedu@sapo.pt
	179	Lar - Jardim de Infância de Carlos Alberto Coelho de Lima	Centro Infantil	
	180	MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida	Apoio à Problemática da Sida	maps@mapsalgarve.org
	181	"O Pontão" Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira		
	182	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Apoio Social	scmtavira@mail.telepac.pt
VRSA	183	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-vrsa.pt
	184	Rede Social	Ação Social	
	185	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj.vrsa@cm-vrsa.pt
	186	Associação de Beneficência “A Manta”	Apoio Social	arnaldocristo@gmail.com
	187	Associação de Beneficência “Mão Amiga”	Apoio Social	amiga.associacao@sapo.pt
	188	Associação Cultural de Vila Real de Santo António	Apoio Cultural e Social	asscultural.vrsa@sapo.pt
	189	Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de VRSA	Apoio Social	mritaprieto@gmail.com
	190	Santa Casa da Misericórdia de VRSA	Apoio Infantil, idosos e sociedade	santamisericordia@gmail.com santaborboleta@gmail.com infacegonha@gmail.com santoantonio.scmvrsa@gmail.com cat.gentepequena@gmail.com
Castro Marim	191	Câmara Municipal	Ação Social	expediente@cm-castromarim.pt
	192	Rede Social	Ação Social	
	193	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcj@cm-castromarim.pt
	194	Associação de Bem-Estar Social Freguesia de Azinhal	Apoio Social	

	195	ANA - Associação dos Amigos e Naturais do Azinhal		
	196	Associação Cultural Amendoeiras em Flor	Cultural	acaf.algarve@gmail.com
	197	Associação Naturais e Amigos de Castro Marim – Sapal Verde	ATL, Creche	sapal.verde@gmail.com
	198	Associação de Solidariedade Social Cegonha Branca	Sol. Social, creche, JI	cegonha.branca@sapo.pt
	199	Associação Social da Freguesia de Odeleite	ATL, Pré-escolar e Apoio Social e Cultural	geral@asfo.pt
	200	Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	Social e Cultural	odiana.comunicacao@gmail.com
	201	Santa Casa da Misericórdia Castro Marim	Apoio domiciliário, Cantina Social, Espaço Social	santacasa_cm@sapo.pt provedor@scmcastromarim.com secretaria@scmcastromarim.com
Alcoutim	202	Câmara Municipal	Ação Social	geral@cm-alcoutim.pt
	203	Rede Social	Ação Social	
	204	CPCJ	Crianças e Jovens em risco	cpcjalcoutim@gmail.com
	205	Centro Paroquial Nossa Senhora da Conceição de Martim Longo	Apoio Domiciliário	cpmart@sapo.pt
	206	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim	JI, Centro de Dia e Apoio Domiciliário	ahbvlar@gmail.com
	207	Centro Paroquial de Vaqueiros	Centro de Dia e Apoio Domiciliário	cpvaqueiros@gmail.com
	208	Centro de Desenvolvimento Social e Cultural de Martim Longo	Jardim de Infância	centromartimlongo@sapo.pt
	209	Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim	Apoio Social	scmalcoutim@gmail.com

APÊNDICE C: Guião da entrevista semiestruturada

Tipo de Entrevista	-Individual / Semiestruturada
Local	-Local a determinar
Entrevistados	-Profissionais da área social

OBJETIVO:

- Conhecer as representações sociais dos profissionais da área social relativamente à homoparentalidade.

Temas	Objetivos	Questões
A - Caraterização do entrevistado	-Idade, formação, tempo de serviço; funções.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que idade tem? 2. Qual é a sua área de formação? 3. Qual é a sua área de atuação? 4. Que função / atividade desempenha? 5. Há quantos anos desempenha essa função?
B - O conceito de família	<p>-Conhecer o conceito de família.</p> <p>-Conhecer as perceções sobre as novas formas de família e parentalidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> 6. O que é para si família? 7. O que significa a seguinte afirmação: Não há uma família igual! 8. Quais os tipos/modelos de família que identifica na sociedade atualmente? 9. E os casais do mesmo sexo? 10. Quais os desafios relativamente às novas formas de família e a parentalidade?
C - Adoção	-Saber a opinião sobre a adoção	<ol style="list-style-type: none"> 11. O que pensa da Lei 2/2016 que foi publicada a 29 de fevereiro de 2016 e

	por casais homossexuais.	<p>vem determinar o fim da discriminação no acesso à adoção por sujeitos casados ou em união de facto com pessoa do mesmo sexo?</p> <p>12. Os casais do mesmo sexo reúnem as mesmas condições para adotar uma criança do que outros tipos de casais?</p> <p>13. Que desafios se colocam aos casais do mesmo sexo no que respeita à adoção de crianças?</p>
D - Homoparentalidade	- Conhecer as perceções sobre a homoparentalidade	<p>14. Qual a sua opinião relativamente às famílias homoparentais?</p> <p>15. Que comentário a esta afirmação: “homoparentalidade e desenvolvimento da criança”.</p> <p>16. Existem desafios particulares para as famílias homoparentais?</p>
C - Formação	-Compreender qual o papel da formação inicial na abordagem da diversidade de famílias.	<p>17. A diversidade de famílias esteve presente nos conteúdos programáticos da sua formação?</p> <p>18. Considera importante a abordagem da diversidade de famílias na formação inicial?</p> <p>19. Procura formação contínua relativamente ao tema?</p>
D - Prática Profissional	<p>-Saber a experiência dos profissionais na interação com a diversidade das famílias.</p> <p>-Identificar as dificuldades sentidas entre a relação profissionais/família;</p> <p>-Saber o que pode as entidades podem fazer para promover o respeito pela diversidade das famílias.</p>	<p>20. Enquanto profissional qual o tipo de famílias com que mais contacta?</p> <p>21. Qual a sua experiência profissional no contacto com estas novas formas familiares, em particular as famílias homoparentais?</p> <p>22. Já teve alguma situação em que teve interagir com famílias homoparentais? Em que circunstâncias?</p> <p>23. Quais são as dificuldades sentidas na relação entre os profissionais e a família homoparental?</p> <p>24. O que as entidades poderão fazer para promover o respeito pela diversidade de famílias?</p>

APÊNDICE D: Transcrição da entrevista semiestruturada – P1

Identificação do/a entrevistado/a: P1

Local: Local de trabalho

Data de realização: 18/04/2017

Hora de início: 10h e 00m

Hora de término: 10h e 40m

1. 51 anos.

2. Educação de Infância.

3. Educação de Infância, num Jardim de Infância de solidariedade social.

4. Sou Diretora Pedagógica e também trabalho com o grupo de crianças no direto. Coordeno o projeto educativo e o projeto curricular de sala.

5. Aqui há 5 anos, mas no total há 19 anos.

6. É uma estrutura, é um núcleo onde estão os membros ascendentes e descendentes. Onde mantemos uma relação de afetos.

7. Não há, pois não! Não há! Claro que não há! Nem em termos de estrutura familiar e mesmo que a estrutura possa ser a mesma, nunca é uma família igual. Depende de tanta coisa.

8. Existe ainda a família tradicional, pai, mãe, filhos possivelmente avós... eventualmente um tio ou uma tia. Este modelo é difícil de encontrar mas ainda existe, muito pouco... agora o que existe é mães solteiras, famílias monoparentais. O pai ou a mãe, que vivem separados e cada um com o seu núcleo familiar.

9. Ah eu acho bem, eu sou muito tolerante e aberta. Eu acho que sim, eu considero que sim.

10. Olha, mais nas famílias homossexuais... Primeiro, eu acho que é o lutar contra o preconceito que existe quer mesmo na formação da própria família em termos de casais de lésbicas ou gays como depois... imagina essas crianças o que não têm de saber lidar para enfrentar todo o preconceito que existe ainda na nossa sociedade. Infelizmente ainda é assim mas eu acho que sim... é um caminho que ainda tem que ser feito.

11. Ah, eu acho bem, acho que sim porque assim que se permite que as pessoas homossexuais casem também fará todo o sentido que as pessoas queiram ter filhos. Mas a mudança das mentalidades é importante. Haverá sempre um entrave, um preconceito, o aceitar o outro, a diferença. Mas não se põe só em relação à homossexualidade, põe-se em relação a tanta coisa.

12. Eu acho que sim. Eu tenho duas sobrinhas que infelizmente ficaram sem pai há cerca de um ano e tal. Uma delas com 8 anos, a outra com 3 anos. Elas têm sido criadas com a mãe e com a tia, duas pessoas do mesmo sexo, mãe e tia e elas têm sido criadas com elas as duas. E eu acho que aquelas crianças estão tão equilibradas, estão tão desenvolvidas, tão aptas que eu não noto nada qual é a diferença. A falta do modelo masculino não está a fazer falta. Cada vez mais acho que o papel do pai e da mãe se diluem. Antigamente é que havia essa coisa do pai fazia aquilo e a mãe fazia aquilo. Agora não, o pai faz tudo o que a mãe faz e a mãe o que o pai faz. Não vejo tanto essa diferença de género. Eu não acho que seja imprescindível um pai ou uma mãe. Duas pessoas do mesmo sexo não fazem diferença nenhuma.

13. Claro que vão ter desafios, mas se a lei prevê já é um passo muito grande, é muito bom. Desde que haja vontade, se há vontade das pessoas e se a lei o permite já é um passo gigante mas e daí que a sociedade seja mais tolerante ou aceite melhor vai demorar ainda algum tempo.

14. Eu sou muito tolerante e sou muito aberta às mudanças e acho que as coisas são aquilo que são.

15. Eu penso que uma criança tanto se desenvolve numa família com homossexuais como se desenvolve numa família heterossexual.

16. Eu acho que é lutar contra o preconceito e lutar para que o nosso governo e a nossa legislação contemplem de igual para igual forma as famílias homoparentais e as tradicionais.

17. Não, era comum e aceite a família tradicional e não se abordava a diversidade.

18. Eu acho que sim, muito importante.

19. Acho interessante. Nunca pensei em fazer qualquer tipo de formação mas acho que era interessante fazer formação sobre o tema.

20. São as famílias de pais separados. É a maioria.

21/22. Nunca tive, mas acho que era interessante. Por acaso nunca aconteceu.

23. Eu sou uma pessoa tão prática que não vejo dificuldade nenhuma. As instituições não estão preparadas para receber famílias homoparentais. As pessoas ainda têm as cabecinhas muito formatadas para lidarem com outro tipo de famílias. As instituições são representadas pelas pessoas e eu acho que as pessoas ainda são tão preconceituosas e aceitam tão mal a diferença. Fala-se da inclusão há anos e continua a não existir. Mas acho que falar de crianças vindas de famílias homoparentais, as pessoas não estão preparadas. A maior parte delas, acho que não.

24. Por trás disso tem que haver uma mudança de mentalidade. Eu penso que estas gerações mais novas, penso que estão mais abertas à mudança e com os anos tudo vai entrar nos eixos mas eu penso que demora ainda algum tempo. O que as instituições poderão fazer... sei lá... isto é tudo tão complicado. Penso que isso também passa um bocado pelas políticas que se fazem, pelas leis.

APÊNDICE E: Transcrição da entrevista semiestruturada – P2

Identificação do/a entrevistado/a: P2

Local: Local de trabalho

Data de realização: 21/04/2017

Hora de início: 16h e 00m

Hora de término: 16h e 30m

1. Tenho 24 anos.

2. Educação social

3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

4. Neste momento sou técnica cooptada pela Comissão nacional. Faço acompanhamento de processos de famílias.

5. Há 11 meses.

6. Para mim família é um grupo de pessoas ou apenas uma pessoa que eduque, que preste os cuidados necessários, que não deixe faltar nada.

7. Concordo muito com essa afirmação. Não há famílias iguais, todas as famílias têm as suas divergências, as suas situações, as suas vivências que transforma tudo um pouco na família.

8. Eu acho que atualmente há muito famílias monoparentais. Há Famílias que se voltaram a construir, as famílias reconstituídas, há muito divórcio. E acho que há um pouco número de famílias que são compostas por ambos os progenitores. Há poucas famílias tradicionais, aquelas famílias que se casam, mãe e pai, têm filhos e continuam juntos nos tempos que decorrem hoje. Hoje em dia isso é muito reduzido, há uma percentagem pequena de família tradicional.

9. Os casais homossexuais não eram tão vistos antigamente, atualmente é mais visto apesar de não ser muito normal (entre aspas), muito usual. Falo mais em termo de

experiência profissional, não é o tipo de família com que nós mais trabalhamos. No meu trabalho há um caso de um casal de pessoas do mesmo sexo.

10. Eu acho que um desafio muito grande para famílias reconstituídas é o parceiro aceitar os filhos que já existiam quer da parte do homem, quer da parte da mulher. Acho que esse é o principal desafio entre essas novas famílias. Depois a família monoparental, acho que os principais desafios é sem dúvida saber educar, não permitir que falte alguma coisa quando é só uma pessoa no agregado. Principalmente explicar a uma criança, porquê que não há outra pessoa. É uma parte muito complicada.

11. Concordo. Acho que as famílias tradicionais já não existem tanto como gostaríamos. As famílias reconstroem-se, os tempos mudam. As pessoas também acabam por mudar com o tempo e os casais do mesmo sexo não têm que ser vistos com preconceito nem como um problema porque são aptos para conseguir amar e educar.

12. Sim, considero. Acima de tudo são humanos e se tomam essa decisão é porque acham que têm forma de o fazer e na minha opinião não tem que haver discriminação. Porque acho que assim como os outros casais ditos entre aspas casais normais, composto por um homem e uma mulher, acho que famílias compostas por dois homens ou por duas mulheres têm exatamente as mesmas condições para adotar. Conseguem amar, conseguem educar, conseguem respeitar, conseguem dar tudo o que é condições para uma criança conseguir crescer em seio familiar.

13. Vai ser uma tarefa difícil e não vai ser assim tão bem aceite quanto nós gostaríamos que fosse. Acho que vai ser um processo bem mais complicado porque acho que mete outras vertentes. Acho que mete vertentes de psicologias e não é um processo tão simples como uma adoção por casais constituídos por pessoas de sexos diferentes.

14. Acho que são pessoas bastante capazes de o fazer, de adotar e conseguir não diferenciar essa criança em contextos escolares, no que seja o que for.

15. Acho que são duas coisas que se conseguem conjugar bem se as pessoas que o têm que fazer souberem fazer das melhores maneiras. Principalmente fazer de uma maneira

que a criança não se sinta discriminada, em contextos principalmente escolares. Porque as crianças hoje em dia são muito cruéis umas com as outras. Fazer com que a criança não se sinta discriminada nem diferente porque em vez de um pai e de uma mãe, tem dois pais ou duas mães. Eu acho que isso parte muito também da pessoa que educa. Pronto que acabou de adotar a criança. Saber gerir esse tipo de conflito para que a criança não saia prejudicada nesta situação.

16. Sem dúvida que sim. Eu acho que existem desafios para todos os tipos de famílias. Não há famílias iguais mas particularmente nas famílias homoparentais existem outro tipo de desafios. Se calhar mais desafiantes.

17. Esteve, em Sociologia da Família e Psicologia do Desenvolvimento.

18. Considero bastante importante porque se nós estamos na área social a trabalhar com famílias temos que tentar perceber o que é cada uma delas, quais os desafios que elas podem estar sujeitas, consequências.

19. Sim.

20. Contacto muito... e a grande maioria dos meus processos é tudo sem dúvida famílias monoparentais ou famílias reconstituídas. É muito raro haver pais que atualmente ainda estão juntos e os próprios afirmam que se estão juntos é para o bem-estar da criança. O que eu acho que isso também não é saudável.

21/22. Temos apenas um caso, é único. Neste caso são duas senhoras que não adotaram mas que uma delas é mãe biológica que acabou por se juntar com outra senhora porque era assim que ela desejava. São famílias fáceis de trabalhar, são famílias fáceis de moldar, são famílias que entendem bem que o principal interesse aqui é o bem-estar superior da criança. E são famílias que se calhar acabam por ser mais preocupadas e são mais motivadas e as levam a querer procurar algum tipo de ajuda quer seja integrar as crianças em desportos, em serviços de psicologia para que a criança não se sinta

discriminada por ter duas mães. Então são famílias que acabam por se conseguir trabalhar melhor porque sabem que poderá haver algum tipo de problema e não querem.

23. Eu não sei se se poderá chamar dificuldade. Há é muito preconceito. Acho que as pessoas mesmo às vezes os profissionais são capazes de olhar com um outro tipo de olhos para esse tipo de famílias, por acharem que duas pessoas do mesmo sexo não podem constituir uma família com crianças. Eu acho que às vezes há muita discriminação por parte dos profissionais que não deveria haver.

24. Eu acho que deve ser adotada a formação parental. Educar os pais, perceber outras vivências, outro tipo de famílias. Nas Cpejs não sinto tanta dificuldade, mais nas escolas, centro de saúde, instituições de primeira linha. Parte muito por uma boa comunicação entre profissionais e famílias.

APÊNDICE F: Transcrição da entrevista semiestruturada – P3

Identificação do/a entrevistado/a: P3

Local: Café

Data de realização: 27/04/2017

Hora de início: 10h e 15m

Hora de término: 10h e 50m

1. 49 anos.

2. Psicologia Clínica, para além disso sou também tradutora interprete certificada.

3. Trabalho como psicóloga clínica numa clínica privada e também trabalho na área da formação.

4. Como psicóloga clínica, trabalho como técnica na psicoterapia e trabalho como formadora e desempenho a função de ministrar formação em áreas relacionadas com os idiomas e com o comportamento humano. Para além disso também sou tradutora.

5. Na área dos idiomas há pelo menos uns 25 anos, que tenho contacto em termos de formação, escolas de idiomas, etc. Na área da psicologia estou desde 2010.

6. A família para mim... muitas das vezes tem um funcionamento de uma empresa. É uma estrutura que precisa de constantes e que precisa também de tolerância e flexibilidade. Penso que é a base da construção dos indivíduos que dela fazem parte. É uma estrutura que precisa de estar constantemente a ser validada tendo em conta os momentos que vivemos, de pressão, insegurança, problemáticas relacionadas não só com termos económicos, mas também com a própria identidade. A falta que as pessoas sentem hoje em dia... aquilo que nós encontramos muito hoje em dia não só na formação, mas também na psicologia é a necessidade que as pessoas têm de conversar, de partilhar emoções, de se entregarem umas às outras. Muitas das vezes, o pouco tempo que as pessoas encontram para fazer isso acaba por danificar também as relações familiares. Quando desde o início, o individuo aprende a comunicar, a expressar-se, a dirigir emoções, a ser sincero em relação às suas emoções... acaba por facilitar depois o

papel que as pessoas têm como adultos. Por isso, acho que a família é, sem dúvida, um órgão de extrema importância na nossa sociedade.

7. Concordo plenamente. É da mesma forma que não há duas pessoas iguais, também não há duas famílias iguais embora que para os técnicos seja extremamente importante procurarmos um determinado perfil e tentamos encontrar a pessoa numa determinada categoria de pessoas para nos ajudar a detetar determinados sintomas, de onde podem vir, etc. isso só pode ser uma linha certa de diretrizes de início. Depois a partir daí nós temos que nos focar no individuo e toda a cornucópia que essa pessoa tem e que a distingue completamente do outro. E essa ideia é exatamente a mesma coisa. A família é constituída por indivíduos e as famílias não são iguais.

8/9. Em termos de parentalidade, em termos mãe-pai, mãe-mãe... Cada vez mais aparecem... Tenho uma amostra grande, porque a minha amostra não é só baseada nos clientes que eu tenho, é baseada também na formação. Eu tenho muito contacto diário com muitas pessoas diferentes. Na formação posso ter 60 a 90 indivíduos diferentes no mesmo dia. O que quer dizer que tenho um bom contacto naquilo que se está a passar em termos da realidade social. E aquilo que encontro é... muitas mães separadas, uns pais separados que só conseguem ver a criança tendo em conta não só o que tribunal diz, mas muitas das vezes também a vontade das mães. O comportamento das mães em relação ao tempo que permitem que os pais vejam os filhos também encontro mais desgostosos porque se sentem completamente limitados em relação ao direito que têm para usufruir da presença dos seus filhos. Depois também encontro a outra realidade, encontro muitas mães que vivem sozinhas com os filhos e ficam desgostosas porque os pais não ajudam o suficiente na estrutura. Encontro, também muitas famílias em que há madrastas, padrastos, em que as crianças têm que conviver com esta mistura própria que se vive atualmente. Ainda não tenho... embora através de leitura e através do contacto com outras realidades... aqui ainda não tenho encontrado muito a realidade de uma mãe homossexual com filhos ou um pai homossexual com filhos. Ainda não tenho encarado essa realidade. Embora eu saiba que ela acontece até porque inicialmente foi uma área de estudo para mim. Mas em termos de estruturas de familiares que eu encontro é que não há famílias iguais.

10. Ora, os desafios em relação à parentalidade... a grande problemática que eu sinto quando tenho que trabalhar crianças, o grande problema é verdadeiramente como lidar com os pais. Isto é muitas das vezes, maior parte das vezes, os pais acabam por delimitar o processo de intervenção que nós podemos ter com os filhos. De formas mais conscientes, outras mais inconscientes, mas acaba por acontecer. E o grande desafio que eu encontro em relação aos pais e aquilo que eles sentem é uma grande pressão para corresponder para com os filhos. Da forma que mediaticamente é traduzido que nós deveríamos... um bom pai tem que fazer isto, uma boa mãe tem que fazer isto. As preocupações em relação à parentalidade são cada vez maiores. Nós vemos os artigos na televisão, ouvimos na rádio e estão sempre a focar o que um bom pai tem que fazer, o que uma boa mãe tem que fazer, então os pais confrontam-se com sentimentos de culpa. O que é que nós estamos a fazer bem e o que estamos a fazer mal. E nesta necessidade de quererem fazer tudo bem acabam por errar porque muitas vezes esquecem que amar uma criança, incondicionalmente como ela é também é dar-lhe disciplina. Porque a disciplina é amor, é uma forma de amar. Aquilo que nós encontramos mais vezes são pais que vivem subjugados pela vontade dos filhos. Os filhos acabam por dirigir a estrutura familiar. Em termos de estrutura familiar é difícil distinguir quem é mãe, quem é pai, qual é o papel do filho, qual é o papel do filho do meio, do filho mais novo. Há a dificuldade em distinguir os papéis de cada um, onde eles exercem porque logo desde o início em vez de a criança chegar a uma família e essa ter de fazer o trabalho de adaptação e de socialização e de ligação da família que é que todas as crianças têm que fazer há uma necessidade imensa de resolver todas as problemáticas da criança. Isto é, a criança acaba por tornar-se sem capacidades de frustração, de adaptação e sem o processo de socialização.

11. Para mim foi muito bom. Em termos profissionais, em termos de ideologia, tem sido algo que eu venho defendendo desde que comecei na área do comportamento e da psicologia. É uma área que por escolha acabei por trabalhar no meu tempo de formação e também na minha prática clínica. Eu estou de acordo com a lei. Quando eu iniciei esta pesquisa sobre esta determinada área. Isto foi há talvez uns oito ou nove anos atrás, não havia a informação que há hoje em dia. Eu fiz uma investigação nesta área e foi um pouco diferente. Não havia os estudos que há, mas mesmo havendo os estudos que há como é uma realidade muito recente no nosso país, ainda não há verdadeiramente nada

que possa constatar que uma criança viva e se desenvolva com duas mães ou dois pais, com um casal homossexual masculino ou feminino que venha interferir de forma negativa no desenvolvimento dessa criança. Em termos do supremo bem-estar da criança, que a lei deve proteger, parece-me que o supremo interesse da criança está protegido, embora as associações e instituições que cuidam de crianças, que acolhe crianças estejam cada vez mais preparadas e com técnicos melhor preparados para fazer esse trabalho. A verdade é que não há nada que substitua a estrutura familiar. A família é sem dúvida a melhor forma de desenvolvimento e a melhor forma de tentar produzir indivíduos capazes e com um papel ativo e positivo na sociedade. Quando comparando se uma criança está melhor institucionalizada ou numa estrutura familiar homossexual, a minha opinião é que a criança deve estar na estrutura familiar com todas as limitações que essa estrutura tem. Em relação aos pontos negativos, geralmente, as pessoas que estão contra o que acabam por salientar é a crueldade que as crianças podem sofrer quando inseridas em instituições de aprendizagem, as escolas, no que se trata: Tu tens dois pais, tens duas mães. Mas a crueldade que as crianças praticam nas escolas há em relação a muitas situações, como os óculos, eu sou quatro-olhos, eu sou gorda, és a balofa, sou magra, és a raquítica, tenho uma cor escura, és uma cigana. São situações que todos nós, de uma forma ou de outra acabamos por viver.

12. Todos nós em momentos de desenvolvimento, a nossa autoestima ainda não atingiu o patamar necessário para nos podermos autodeterminar na nossa vida e todos temos fragilidades. A capacidade de frustração é essencial para o desenvolvimento das pessoas e é uma das grandes problemáticas quando falamos sobre a parentalidade. Desse modo a crítica que pode haver em relação a duas mães e a dois pais não é válida no sentido em que frustrações e adaptações todas as crianças têm que fazer. Em relação às outras críticas que são apontadas de quem é o pai que exerce a função materna, quem é o pai que exerce a função paterna, isso naturalmente acaba por surgir entre os casais da mesma forma que uma mãe acaba por assumir determinadas tarefas e cada vez vemos mais mães que têm menos tempo para dedicar aos filhos, os pais porque têm um trabalho que tem um horário que se adapta melhor ao horário dos filhos e acaba por estar mais tempo com os filhos do que as próprias mães. E esse papel acaba por ser naturalmente assumido por um dos indivíduos, seja homem, ou seja, mulher. É uma

realidade que existiu desde sempre e o que está a acontecer agora é que as pessoas estão a tomar consciência que quem não é tem os mesmos direitos do que quem é. Não há de muito novo aqui, só a forma como a sociedade se está a adaptar.

A lei é uma abertura para concretizar o que se vem a concretizar nos outros países.

13. Eu não tenho conhecimento de como decorre o processo de adoção. Embora a lei já proteja que duas pessoas do mesmo sexo adotem, o que acredito é que depende muito dos técnicos que estão envolvidos nesse trabalho. Se os técnicos estiverem sensibilizados para esta problemática, se estiverem preocupados em se informarem dos riscos que podem correr, qual é que é a realidade, se estiverem sensibilizados para a realidade, aí não deveriam haver diferenças. Mas como nós sabemos as coisas não acontecem assim. Também é difícil trabalhar e pôr-se completamente de lado. Devemos ter um certo calo para podermos viver com a realidade, podemos não aceitar plenamente, mas tentar ser justa ao mesmo tempo. Mas a partir do momento em que a lei permite e é implementado vai passar muito pelos técnicos e a sua dificuldade em lidar com essa realidade.

14. Em termos profissionais não tenho um grande feedback, na minha prática não tenho tido essa realidade. Tenho uma grande experiência dessa realidade em termos pessoais. Agora em termos de literatura e investigação que tenho feito, penso que a homoparentalidade é um desafio como a própria parentalidade. Da mesma forma que nós temos um casal de 21 anos e que estão a iniciar a vida a dois e que tem o primeiro filho e estão a acabar a universidade e estão a iniciar um trabalho e que um está desempregado e que agora o bebe fez isto e o que nós fazemos... a parentalidade em si é um desafio tão grande que não me parece que haja grandes diferenças para além do confronto com a própria sociedade. Como é lógico quem é apontado, vai-se sentir que está na mira, que tem uma maior visualização do que as outras pessoas não serão tão apontadas. Como é lógico, estes casais à priori podem sentir um maior stress, e uns maiores níveis de ansiedade pelo facto de saberem que ao serem um casal... pais homoparentais vão ter uma maior vigilância ao pé dos outros. Podem não acontecer, mas é normal que eles sintam isso. A partir do momento que há uma aceitação, a parentalidade é o que é.

15. Isso tem muito a ver com os processos de identificação. É uma das problemáticas que me poderia pensar um pouco mais, porque nós em termos de desenvolvimento, o indivíduo embora venha com uma carga genética, aquela que lhe dá o potencial e pode imprimir a direção que os indivíduos podem tomar. O grande papel em termos de educação, identificação e formação da personalidade, é no relacionamento com os pais. A mãe ou o pai têm um papel fulcral nesse desenvolvimento, depois vêm os pares e depois a sociedade. Em termos de pais, nós sabemos que há um papel em termos de desenvolvimento, o pai acaba por ter um determinado valor no desenvolvimento da menina e tem outro valor no desenvolvimento do menino. Isto é, o menino tem uma maior identificação com o pai a partir de uma determinada altura e a menina terá com a mãe. Nesses termos da identificação, aquilo que eu tenho adquirido através da investigação é que os dois pais quando são homossexuais há sempre um que poderá ter uma maior identificação com umas características mais adaptadas à mãe e haverá o outro que pode ter mais características do pai. Porque isto tem a ver com questões, muitas das vezes, com a ideia limitada que temos hoje em dia. Hoje temos mães que optam por ter tarefas mais viris e homens que optam por ter tarefas mais ligadas, ancestralmente, a tarefas femininas. Naturalmente, há uma substituição e os diferentes papéis são assumidos, independentemente de serem dois homens ou duas mulheres.

16. Eu tenho um pai e tenho uma mãe, e por exemplo, esse pai é diabético e tem que tomar insulina e não pode ir jogar futebol com o filho e como os outros pais jogam. Há determinada limitação que a família vai ter que aprender a viver com essa limitação. Temos uma mãe que anda deprimida e que está a fazer tratamento, é preciso explicar à criança o que se está a passar e que há uma determinada limitação. Temos um pai que é menos afetuoso devido à forma como cresceu e não consegue criar empatia através do contacto e os filhos sentem falta disso. Como vê é só desafios a parentalidade. Quais são os desafios especiais para o casal homoparental? Para além de terem de lidar com as próprias limitações que todas as pessoas têm, o acréscimo de serem dois pais, duas mães não é mais que o confronto com a sociedade. Quando é que eles conseguem aceitar isso e sentirem-se confortáveis e serem eles próprios e terem que lidar com alguns comentários da mesma forma que tenho dois pais obesos, as pessoas vão ter que aprender a lidar com os estigmas e viverem com isso.

17. A diversidade de família, não! O que não quer dizer que não seja abordada. Porque eu sou um pouco rebelde. Sempre que tenho possibilidades de estar com outros técnicos falamos do tema.

18. Sem dúvida, até porque para fazer a ligação daquilo que nós falamos. Todas as leis são feitas por pessoas, mas ainda mais importante do que isso, são aplicadas por pessoas. E as pessoas que aqui se fala têm que ter sensibilização para aquilo que estão a fazer. Se partirmos do princípio que é um assunto tabu, que é um assunto que ainda não temos conhecimento, nós sabemos que uma das emoções do ser humano é o medo, e tudo aquilo que não conheço vou ter medo e vou afastar.

19. Sou autodidata no que diz respeito à homoparentalidade. É um assunto que me interessou desde os tempos de universidade, tem muito a ver com a experiência que eu tive onde vivi. Vivi muito tempo nos Estados Unidos, na Inglaterra, tive um grande contacto com comunidades homossexuais e veio uma grande curiosidade em entender verdadeiramente a homossexualidade.

20. Em relação às crianças que aparecem nas consultas, aparecem muitas crianças de pais separados. Muitos casais heterossexuais separados.

21/22. Profissionalmente não tenho tido contacto com famílias homoparentais. Não tenho tido essa experiência.

23. Dificuldades inerentes ao ser humano.

24. Campanhas de sensibilização. A homoparentalidade é uma realidade que é necessária abordar e passa muito pelas entidades, pelas escolas. As crianças têm que aprender as coisas pelo nome certo, não podem ser protegidas.

APÊNDICE G: Transcrição da entrevista semiestruturada – P4

Identificação do/a entrevistado/a: P4

Local: Casa de amiga

Data de realização: 28/04/2017

Hora de início: 17h e 45m

Hora de término: 18h e 15m

1. 43 anos.

2. Assistente Social.

3. Faço trabalho social numa IPSS de crianças e jovens com deficiência.

4. Faço a gestão das atividades das crianças e jovens, contacto com as famílias e organizo o processo das famílias.

5. 11 anos.

6. É a nossa estrutura, que nos dá as bases e ajuda a inserir na sociedade.

7. É uma grande verdade. Não, nenhuma família é igual porque a família é feita de pessoas e somos todos diferentes.

8/9. As famílias tradicionais com mãe, pai e filhos, as monoparentais, só com mãe e filho ou pai e filho, e a de pais separados e os casais do mesmo sexo.

10. Se todos forem responsáveis e o bem-estar da criança estiver em primeiro lugar, tudo se resolve.

11. Concordo com a lei e respeito.

12. Os casais homossexuais têm mais dificuldade em adotar devido ao preconceito que ainda existe sobre a homossexualidade.

- 13.** O maior desafio é o preconceito e o tabu na sociedade.
- 14.** Não tenho opinião, simplesmente respeito.
- 15.** Acho que desde que haja consciencialização do desenvolvimento da criança e responsabilização das partes. Que seja proporcionado um ambiente saudável e com responsabilidade com o desenvolvimento da criança, acho que não tenho nada a dizer sobre essa afirmação. Vai haver preconceito. Cada caso é um caso e em algumas situações vai haver a necessidade de haver acompanhamento psicológico. Dependendo da maturidade, de como o assunto é desenvolvido e trabalhado.
- 16.** Há desafios e vai haver sempre. Vai haver a questão de trabalhar o preconceito na sociedade. Sempre a necessidade de justificar, e sempre a preocupação. Vai haver sempre.
- 17.** A diversidade de famílias, sim.
- 18.** Considero importante.
- 19.** É importante ter essa informação, ter conhecimento sobre o tema, mas não procuro formação sobre este tema específico. É sempre bom a discussão destes temas na sociedade.
- 20.** São as famílias tradicionais.
- 21/22.** A nível profissional nunca tive contacto. A nível pessoal, sim. Mas ainda não existe filhos, ainda não há adoções. Podem é ter filhos de outras relações, que já existiam. Em alguns casos é tudo muito escondido. Não é apresentado à sociedade nem aos próprios filhos. Tenho casos de casais que andam às escondidas e não conseguem ter uma conversa com os seus próprios filhos para poder dizer que já mudaram de opção, que têm uma outra forma de vida.

23. A dificuldade é a transparência. A maior dificuldade é assumir perante a família e a partir desse momento fica mais fácil para os profissionais.

24. Mais seminários, encontros para discutir sobre o tema e divulgação do tema sem preconceito.

Observações: No fim da entrevistada e quando o gravador foi desligado, a entrevistada mencionou:

Não me senti muito preparada para falar destes temas atuais.

APÊNDICE H: Análise de conteúdo – grelha de categorização das entrevistas semiestruturadas

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	PARTICIPANTE	INDICADORES	UNIDADE DE SENTIDO
Caracterização dos participantes	Idade	P1	-51 anos	“51 anos.”
		P2	-24 anos	“Tenho 24 anos.”
		P3	-49 anos	“49 anos.”
		P4	-43 anos	“43 anos.”
	Área de Formação	P1	-Educação de Infância	“Educação de Infância.”
		P2	-Educação Social	“Educação social.”
		P3	-Psicologia	“Psicologia Clínica.”
		P4	-Serviço Social	“Assistente Social.”
	Área de atuação	P1	-Jardim de Infância -IPSS	“Educação de Infância, num Jardim de Infância de solidariedade social.”
		P2	-CPCJ	“Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.”
		P3	-Clínica Privada	“Trabalho como psicóloga clínica numa clínica privada e... ..na área da formação.”
		P4	-IPSS -Crianças e jovens com deficiência	“Faço trabalho social numa IPSS de crianças e jovens com deficiência.”
	Função / atividade	P1	-Diretora Pedagógica e Educadora de Infância	“Sou Diretora Pedagógica e também trabalho com o grupo de crianças no direto. Coordeno o projeto educativo e o projeto curricular de sala.”
		P2	-Educadora Social	“...sou técnica cooptada pela Comissão nacional. Faço acompanhamento de processos de famílias.”
		P3	-Psicóloga e formadora	“Como psicóloga clínica, trabalho como técnica na psicoterapia e trabalho como formadora e desempenho a função de ministrar formação em áreas relacionadas com

			os idiomas e com o comportamento humano.”
		P4	-Assistente Social “Faço a gestão das atividades das crianças e jovens, contacto com as famílias e organizo o processo das famílias.”
	Anos de atividade	P1	-19 anos “Aqui há 5 anos mas, no total há 19 anos.”
		P2	-11 meses “Há 11 meses.”
		P3	-Idiomas: 25 anos -Psicologia: 7 anos “Na área dos idiomas há pelo menos uns 25 anos...” “Na área da psicologia estou desde 2010.”
		P4	-11 anos “11 anos.”
Família	Conceito de família	P1	-Estrutura -Núcleo -Membros ascendentes e descendentes -Relação de afetos “É uma estrutura, é um núcleo onde estão os membros ascendentes e descendentes. Onde mantemos uma relação de afetos.”
		P2	-Grupo -Educação -Prestação de cuidados “...família é um grupo de pessoas ou apenas uma pessoa que eduque, que preste os cuidados necessários, que não deixe faltar nada.”
		P3	-Funcionamento de uma empresa -Constância, tolerância e flexibilidade -Base -Estrutura -Órgão de importância na sociedade “...muitas das vezes tem um funcionamento de uma empresa. É uma estrutura que precisa de constantes e que precisa também de tolerância e flexibilidade.” “...é a base da construção dos indivíduos que dela fazem parte. É uma estrutura que precisa de estar constantemente a ser validada tendo em conta os momentos que vivemos, de pressão, insegurança, problemáticas relacionadas não só com termos económicos mas também com a própria identidade.” “...a família é, sem dúvida, um órgão de extrema importância na nossa sociedade.”
		P4	-Estrutura -Bases -Inserção na sociedade “É a nossa estrutura, que nos dá as bases e ajuda a inserir na sociedade.”
	Tipos / modelos de família	P1	-Famílias Tradicionais -Famílias Monoparentais -Famílias Reconstituídas “Existe ainda a família tradicional, pai, mãe, filhos, possivelmente, avós... eventualmente um tio ou uma tia. Este modelo é difícil de encontrar mas ainda existe, muito pouco. Agora o que existe é mães solteiras, famílias monoparentais, o pai ou a mãe, que vivem separados e cada um com o seu núcleo familiar.”
		P2	-Famílias Monoparentais -Famílias Reconstituídas -Famílias Tradicionais “...atualmente há muito famílias monoparentais. Há Famílias que se voltaram a construir, as famílias reconstituídas, há muito divórcio. E acho que há um pouco número de famílias que são compostas por ambos os progenitores. Há poucas famílias tradicionais, aquelas famílias que se casam, mãe e pai, têm filhos e continuam juntos nos tempos que decorrem hoje. Hoje em dia isso é muito reduzido,

			há uma percentagem pequena de família tradicional.”
	P3	-Famílias Monoparentais -Famílias Reconstituídas -Famílias Homoparentais	“...muitas mães separadas...” “...muitas famílias em que há madrastas, padrastos, em que as crianças têm que conviver com esta mistura própria que se vive atualmente.” “...ainda não tenho encontrado muito a realidade de uma mãe homossexual com filhos ou um pai homossexual com filhos.”
	P4	-Famílias Tradicionais -Famílias Monoparentais -Famílias Reconstituídas -Famílias Homossexuais	“As famílias tradicionais com mãe, pai e filhos, as monoparentais, só com mãe e filho ou pai e filho, e a de pais separados e os casais do mesmo sexo.”
Desafios para as novas formas de família	P1	-Famílias homossexuais: lutar contra o preconceito	“...mais nas famílias homossexuais... Primeiro, eu acho que é o lutar contra o preconceito que existe quer mesmo na formação da própria família em termos de casais de lésbicas ou gays como depois... imagina essas crianças o que não têm de saber lidar para enfrentar todo o preconceito que existe ainda na nossa sociedade. Infelizmente ainda é assim mas eu acho que sim... é um caminho que ainda tem que ser feito.”
	P2	-Famílias reconstituídas: aceitação dos filhos -Famílias Monoparentais: educar e assegurar as necessidades sozinha/o	“...para famílias reconstituídas é o parceiro aceitar os filhos que já existiam quer da parte do homem, quer da parte da mulher.” “Depois a família monoparental, acho que os principais desafios é sem dúvida saber educar, não permitir que falte alguma coisa quando é só uma pessoa no agregado. Principalmente explicar a uma criança, porquê que não há outra pessoa. É uma parte muito complicada.”
	P3	-Parentalidade -Pressão para corresponder aos filhos -Subjugação à vontade dos filhos -Confusão de papéis	“Ora, os desafios em relação à parentalidade... a grande problemática que eu sinto quando tenho que trabalhar crianças, o grande problema é verdadeiramente como lidar com os pais.” “E o grande desafio que eu encontro em relação aos pais e aquilo que eles sentem é uma grande pressão para corresponder para com os filhos.” “E nesta necessidade de quererem fazer tudo bem acabam por errar porque muitas vezes esquecem que amar uma criança, incondicionalmente como ela é também é dar-lhe disciplina. Porque a disciplina é amor, é uma forma de amar. Aquilo que nós encontramos mais vezes são pais que vivem subjugados pela vontade dos filhos. Os filhos acabam por dirigir a estrutura familiar. Em termos de estrutura familiar é difícil distinguir quem é mãe, quem é pai, qual é o papel do filho, qual é o papel do filho do meio, do filho mais novo.”
	P4	-Responsabilidade de ambas as partes	“Se todos forem responsáveis e o bem-estar da criança estiver em primeiro lugar, tudo se resolve. Se todos desempenharem bem as suas partes.”

Adoção	Lei 2/2016 de 29 de fevereiro de 2016	P1	-Concordância -Necessidade de mudança de mentalidades -Preconceito pela diferença	“Ah, eu acho bem, acho que sim porque assim que se permite que as pessoas homossexuais casem também fará todo o sentido que as pessoas queiram ter filhos. Mas a mudança das mentalidades é importante. Haverá sempre um entrave, um preconceito, o aceitar o outro, a diferença.”
		P2	-Concordância -Mudança de tempos/alteração de comportamentos	“Concordo. Acho que as famílias tradicionais já não existem tanto como gostaríamos. As famílias reconstróem-se, os tempos mudam. As pessoas também acabam por mudar com o tempo e os casais do mesmo sexo não têm que ser vistos com preconceito nem como um problema porque são aptos para conseguir amar e educar.”
		P3	-Concordância -Abertura para acompanhar o desenvolvimento dos outros países	“Para mim foi muito bom. Em termos profissionais, em termos de ideologia, tem sido algo que eu venho defendendo desde que comecei na área do comportamento e da psicologia.” “Eu estou de acordo com a lei.” “A lei é uma abertura para concretizar o que se vem a concretizar nos outros países.”
		P4	-Concordância -Respeito	“Concordo com a lei e respeito.”
	Casais do mesmo sexo e adoção de crianças	P1	-Aceitação -Unificação dos papéis de pai e mãe -Inexistência de diferença de género -Indiferença no sexo do casal	“Eu acho que sim. Cada vez mais acho que o papel do pai e da mãe se diluem. Antigamente é que havia essa coisa do pai fazia aquilo e a mãe fazia aquilo. Agora não, o pai faz tudo o que a mãe faz e a mãe o que o pai faz. Não vejo tanto essa diferença de género. Eu não acho que seja imprescindível um pai ou uma mãe. Duas pessoas do mesmo sexo não fazem diferença nenhuma.”
		P2	-Aceitação -São humanos -Responsáveis -Igualdade perante as outras famílias -Capacidade de amar, educar, respeitar e criar uma criança	“Sim, considero. Acima de tudo são humanos e se tomam essa decisão é porque acham que têm forma de o fazer e na minha opinião não tem que haver discriminação. Porque acho que assim como os outros casais ditos entre aspas casais normais, composto por um homem e uma mulher, acho que famílias compostas por dois homens ou por duas mulheres têm exatamente as mesmas condições para adotar. Conseguem amar, conseguem educar, conseguem respeitar, conseguem dar tudo o que é condições para uma criança conseguir crescer em seio familiar.”
		P3	-Proteção do supremo interesse da criança -Estrutura familiar é preferível que uma instituição -Estrutura familiar é a melhor forma para uma criança crescer	-“Em termos do supremo bem-estar da criança, que a lei deve proteger, parece-me que o supremo interesse da criança está protegido, embora as associações e instituições que cuidam de crianças, que acolhe crianças estejam cada vez mais preparadas e com técnicos melhor preparados para fazer esse trabalho. A verdade é que não há nada que substitua a estrutura familiar. A família é sem dúvida a melhor forma de desenvolvimento e a melhor forma de tentar produzir indivíduos capazes e com um papel ativo e positivo na sociedade. Quando comparando se uma criança está melhor institucionalizada ou numa estrutura familiar homossexual, a minha opinião é

			que a criança deve estar na estrutura familiar com todas as limitações que essa estrutura tem. Em relação aos pontos negativos, geralmente, as pessoas que estão contra o que acabam por salientar é a crueldade que as crianças podem sofrer quando inseridas em instituições de aprendizagem, as escolas, no que se trata: Tu tens dois pais, tens duas mães. Mas a crueldade que as crianças praticam nas escolas há em relação a muitas situações, como os óculos, eu sou quatro-olhos, eu sou gorda, és a balofa, sou magra, és a raquítica, tenho uma cor escura, és uma cigana. São situações que todos nós, de uma forma ou de outra acabamos por viver.”
		P4	-Dificuldade em adotar -Preconceito na sociedade “Os casais homossexuais têm mais dificuldade em adotar devido ao preconceito que ainda existe sobre a homossexualidade.”
	Desafios para os casais do mesmo sexo na adoção de crianças	P1	-Há desafios -A lei é um grande avanço -Vai demorar tempo para a sociedade aceitar “Claro que vão ter desafios, mas se a lei prevê já é um passo muito grande, é muito bom. Desde que haja vontade, se há vontade das pessoas e se a lei o permite já é um passo gigante mas e daí que a sociedade seja mais tolerante ou aceite melhor vai demorar ainda algum tempo.”
		P2	-Tarefa difícil -Resistência por parte dos outros -Processo complicado “Vai ser uma tarefa difícil e não vai ser assim tão bem aceite quanto nós gostaríamos que fosse. Acho que vai ser um processo bem mais complicado porque acho que mete outras vertentes. Acho que mete vertentes de psicologias e não é um processo tão simples como uma adoção por casais constituídos por pessoas de sexos diferentes.”
		P3	-Depende dos técnicos envolvidos -Necessidade dos técnicos abstraírem-se das suas convicções para serem justos “Eu não tenho conhecimento de como decorre o processo de adoção. Embora a lei já proteja que duas pessoas do mesmo sexo adotem, o que acredito é que depende muito dos técnicos que estão envolvidos nesse trabalho. Se os técnicos estiverem sensibilizados para esta problemática, se estiverem preocupados em se informarem dos riscos que podem correr, qual é que é a realidade, se estiverem sensibilizados para a realidade, aí não deveriam haver diferenças. Mas como nós sabemos as coisas não acontecem assim. Também é difícil trabalhar e pôr-se completamente de lado. Devemos ter um certo calo para podermos viver com a realidade, podemos não aceitar plenamente, mas tentar ser justa ao mesmo tempo. Mas a partir do momento em que a lei permite e é implementado vai passar muito pelos técnicos e a sua dificuldade em lidar com essa realidade.”
		P4	-Preconceito e tabu na sociedade “O maior desafio é o preconceito e o tabu na sociedade.”
Homoparentalidade	Famílias homoparentais	P1	-Tolerância -Aceitação da realidade “Eu sou muito tolerante e sou muito aberta às mudanças e acho que as coisas são aquilo que são...”
		P2	-Concordância -Pessoas capazes de educar e “Acho que são pessoas bastante capazes de o fazer, de adotar e conseguir não diferenciar essa criança em contextos escolares, no que seja o que for.”

			proteger uma criança	
		P3	-Famílias homoparentais são iguais às famílias heteroparentais -Confronto com a sociedade	“...homoparentalidade é um desafio como a própria parentalidade...” “Da mesma forma que nós temos um casal de 21 anos e que estão a iniciar a vida a dois e que tem o primeiro filho e estão a acabar a universidade e estão a iniciar um trabalho e que um está desempregado e que agora o bebe fez isto e o que nós fazemos... a parentalidade em si é um desafio tão grande que não me parece que haja grandes diferenças para além do confronto com a própria sociedade.”
		P4	-Ausência de opinião -Respeito	“Não tenho opinião, simplesmente respeito.”
Homoparentalidade e desenvolvimento da criança		P1	-Igualdade perante outras formas de família	“...uma criança tanto se desenvolve numa família com homossexuais como se desenvolve numa família heterossexual.”
		P2	-Compatibilidade entre homoparentalidade e desenvolvimento da criança -Proteção da criança perante a discriminação -Gestão de conflitos	“...são duas coisas que se conseguem conjugar bem se as pessoas que o têm que fazer souberem fazer das melhores maneiras. Principalmente fazer de uma maneira que a criança não se sinta discriminada, em contextos principalmente escolares. Porque as crianças hoje em dia são muito cruéis umas com as outras. Fazer com que a criança não se sinta discriminada nem diferente porque em vez de um pai e de uma mãe, tem dois pais ou duas mães. Eu acho que isso parte muito também da pessoa que educa. Pronto que acabou de adotar a criança. Saber gerir esse tipo de conflito para que a criança não saia prejudicada nesta situação.”
		P3	-Papel e identidade de género	“Isso tem muito a ver com os processos de identificação.” “...ainda não há verdadeiramente nada que possa constatar que uma criança que viva e se desenvolva com duas mães ou dois pais, com um casal homossexual masculino ou feminino venha interferir de forma negativa no desenvolvimento dessa criança.” “O grande papel em termos de educação, identificação e formação da personalidade, é no relacionamento com os pais. A mãe ou o pai têm um papel fulcral nesse desenvolvimento, depois vêm os pares e depois a sociedade. Em termos de pais, nós sabemos que há um papel em termos de desenvolvimento, o pai acaba por ter um determinado valor no desenvolvimento da menina e tem outro valor no desenvolvimento do menino. Isto é, o menino tem uma maior identificação com o pai a partir de uma determinada altura e a menina terá com a mãe. Nesses termos da identificação, aquilo que eu tenho adquirido através da investigação é que os dois pais quando são homossexuais há sempre um que poderá ter uma maior identificação com umas características mais adaptadas à mãe e haverá o outro que pode ter mais características do pai. Porque isto tem a ver com questões, muitas das vezes, com a ideia limitada que temos hoje em dia. Hoje temos mães que optam por ter tarefas

			mais viris e homens que optam por ter tarefas mais ligadas, ancestralmente, a tarefas femininas. Naturalmente, há uma substituição e os diferentes papéis são assumidos, independentemente de serem dois homens ou duas mulheres.”
		P4	-Responsabilidade e consciência no desenvolvimento da criança -Preconceito -Necessidade de acompanhamento psicológico
			“Acho que desde que haja consciencialização do desenvolvimento da criança e responsabilização das partes. Que seja proporcionado um ambiente saudável e com responsabilidade com o desenvolvimento da criança, acho que não tenho nada a dizer sobre essa afirmação. Vai haver preconceito. Cada caso é um caso e em algumas situações vai haver a necessidade de haver acompanhamento psicológico. Dependendo da maturidade, de como o assunto é desenvolvido e trabalhado.”
Desafios para a família homoparental	a	P1	-Preconceito -Necessidade de proteção legislativa
		P2	-Desafios para todas as famílias -Desafios diferentes para a família homoparental
		P3	-Parentalidade -Os mesmos desafios que outra tipologia familiar -Acréscimo do confronto com a sociedade
		P4	-Preconceito na sociedade
			“...lutar contra o preconceito e lutar para que o nosso governo e a nossa legislação contemplem de igual para igual forma as famílias homoparentais e as tradicionais.”
			“Sem dúvida que sim. Eu acho que existem desafios para todos os tipos de famílias. Não há famílias iguais, mas particularmente nas famílias homoparentais existem outro tipo de desafios. Se calhar mais desafiantes.”
			“...a homoparentalidade é um desafio como a própria parentalidade.” “...a parentalidade em si é um desafio tão grande que não me parece que haja grandes diferenças para além do confronto com a própria sociedade. Como é lógico quem é apontado, vai-se sentir que está na mira, que tem uma maior visualização do que as outras pessoas não serão tão apontadas. Como é lógico, estes casais à priori podem sentir um maior stress, e uns maiores níveis de ansiedade pelo facto de saberem que ao serem um casal... pais homoparentais vão ter uma maior vigilância ao pé dos outros. Podem não acontecer, mas é normal que eles sintam isso. A partir do momento que há uma aceitação, a parentalidade é o que é.” “...só os desafios da parentalidade. Quais são os desafios especiais para o casal homoparental? Para além de terem de lidar com as próprias limitações que todas as pessoas têm, o acréscimo de serem dois pais, duas mães não é mais que o confronto com a sociedade. Quando é que eles conseguem aceitar isso e sentirem-se confortáveis e serem eles próprios e terem que lidar com alguns comentários da mesma forma que tenho dois pais obesos, as pessoas vão ter que aprender a lidar com os estigmas e viverem com isso.”
			“Há desafios e vai haver sempre. Vai haver a questão de trabalhar o preconceito na sociedade. Sempre a necessidade de justificar, e sempre a preocupação. Vai haver sempre.”
Formação	A presença da	P1	-Apenas foi abordada a família
			“Não, era comum e aceite a família tradicional e não se abordava a diversidade.”

	diversidade de famílias formação		tradicional	
		P2	-Presença da diversidade de famílias	“Esteve, em Sociologia da Família e Psicologia do Desenvolvimento.”
		P3	-Não foi abordada a diversidade de famílias	“A diversidade de família, não! O que não quer dizer que não seja abordada. Porque eu sou um pouco rebelde. Sempre que tenho possibilidades de estar com outros técnicos falamos do tema.”
		P4	-Foi abordada	“A diversidade de famílias, sim.”
	A importância da abordagem da diversidade de famílias formação	P1	-É importante	“Eu acho que sim, muito importante.” “Nunca pensei em fazer qualquer tipo de formação mas acho que era interessante fazer formação sobre o tema.”
		P2	-É importante -Necessidade de perceber o contexto com que trabalham	“Considero bastante importante porque se nós estamos na área social a trabalhar com famílias temos que tentar perceber o que é cada uma delas, quais os desafios que elas podem estar sujeitas, consequências.”
		P3	-É importante -Ligação da teoria com a realidade -Sensibilidade para a ação -Preparação para os temas	“Sem dúvida, até porque para fazer a ligação daquilo que nós falamos. Todas as leis são feitas por pessoas, mas ainda mais importante do que isso, são aplicadas por pessoas. E as pessoas que aqui se fala têm que ter sensibilização para aquilo que estão a fazer. Se partirmos do princípio que é um assunto tabu, que é um assunto que ainda não temos conhecimento, nós sabemos que uma das emoções do ser humano é o medo, e tudo aquilo que não conheço vou ter medo e vou afastar.”
P4		-É importante -Conhecimento e discussão sobre o tema	“Considero importante.” “É importante ter essa informação, ter conhecimento sobre o tema, mas não procuro formação sobre este tema específico. É sempre bom a discussão destes temas na sociedade.”	
Experiência Profissional	Tipo de famílias que contacta mais profissionalmente	P1	-Pais separados	“São as famílias de pais separados.”
		P2	-Famílias monoparentais ou reconstituídas	“...famílias monoparentais ou famílias reconstituídas.”
		P3	-Casais heterossexuais separados	“Muitos casais heterossexuais separados.”
		P4	-Famílias tradicionais	“São as famílias tradicionais.”
	Experiência profissional com famílias homoparentais;	P1	-Ainda não teve contacto	“Nunca tive, mas acho que era interessante. Por acaso nunca aconteceu.”
		P2	-Apenas uma família constituída por duas mulheres sendo uma delas a mãe biológica da criança	“Temos apenas um caso, é único. Neste caso são duas senhoras que não adotaram mas que uma delas é mãe biológica que acabou por se juntar com outra senhora porque era assim que ela desejava. São famílias fáceis de trabalhar, são famílias fáceis de moldar, são famílias que entendem bem que o principal interesse aqui é o bem-estar superior da criança. E são famílias que se calhar acabam por ser mais

			preocupadas e são mais motivadas e as leva a querer procurar algum tipo de ajuda quer seja integrar as crianças em desportos, em serviços de psicologia para que a criança não se sinta discriminada por ter duas mães. Então são famílias que acabam por se conseguir trabalhar melhor porque sabem que poderá haver algum tipo de problema e não querem.”
		P3	-Não tem essa experiência em termos profissionais “Profissionalmente não tenho tido contacto com famílias homoparentais. Não tenho tido essa experiência.”
		P4	-Profissionalmente nunca teve contacto. -A nível pessoal conhece casais com filhos de outras relações. Ainda não existe filhos conjuntos. “A nível profissional nunca tive contacto. A nível pessoal, sim. Mas ainda não existe filhos, ainda não há adoções. Podem é ter filhos de outras relações, que já existiam. Em alguns casos é tudo muito escondido. Não é apresentado à sociedade nem aos próprios filhos. Tenho casos de casais que andam às escondidas e não conseguem ter uma conversa com os seus próprios filhos para poder dizer que já mudaram de opção, que têm uma outra forma de vida.”
Dificuldades sentidas entre profissionais e famílias homoparentais;		P1	-Pessoalmente não vê dificuldades -As instituições não estão preparadas -As pessoas não estão preparadas -Existe preconceito e pouca aceitação da diferença “Eu sou uma pessoa tão prática que não vejo dificuldade nenhuma. As instituições não estão preparadas para receber famílias homoparentais. As pessoas ainda têm as cabecinhas muito formatadas para lidarem com outro tipo de famílias. As instituições são representadas pelas pessoas e eu acho que as pessoas ainda são tão preconceituosas e aceitam tão mal a diferença. Fala-se da inclusão há anos e continua a não existir. Mas acho que falar de crianças vindas de famílias homoparentais, as pessoas não estão preparadas. A maior parte delas, acho que não.”
		P2	-Preconceito -Discriminação por parte dos profissionais “Eu não sei se se poderá chamar dificuldade. Há é muito preconceito. Acho que as pessoas mesmo às vezes os profissionais são capazes de olhar com um outro tipo de olhos para esse tipo de famílias, por acharem que duas pessoas do mesmo sexo não podem constituir uma família com crianças. Eu acho que às vezes há muita discriminação por parte dos profissionais que não deveria haver.”
		P3	-Inerentes ao ser humano “Dificuldades inerentes ao ser humano.”
		P4	-Falta de transparência da parte da família dificulta a ação dos profissionais “A dificuldade é a transparência. A maior dificuldade é assumir perante a família e a partir desse momento fica mais fácil para os profissionais.”
Promoção e respeito pela diversidade de famílias.		P1	-Mudança de mentalidade -Criação de políticas “Por trás disso tem que haver uma mudança de mentalidade. Eu penso que estas gerações mais novas, penso que estão mais abertas à mudança e com os anos tudo vai entrar nos eixos mas eu penso que demora ainda algum tempo. O que as instituições poderão fazer... sei lá... isto é tudo tão complicado. Penso que isso também passa um bocado pelas políticas que se fazem, pelas leis.”
		P2	-Formação parental “Eu acho que deve ser adotada a formação parental. Educar os pais, perceber outras

			-Comunicação entre profissionais e famílias	vivências, outro tipo de famílias. Nas CPCJs não sinto tanta dificuldade, mais nas escolas, centros de saúde, instituições de primeira linha. Parte muito por uma boa comunicação entre profissionais e famílias.”
		P3	-Campanhas de sensibilização	-“Campanhas de sensibilização. A homoparentalidade é uma realidade que é necessária abordar e passa muito pelas entidades, pelas escolas. As crianças têm que aprender as coisas pelo nome certo, não podem ser protegidas.”
		P4	-Seminários -Encontros -Divulgação	“Mais seminários, encontros para discutir sobre o tema e divulgação do tema sem preconceito.”

Legenda: P1- Participante 1; P2- Participante 2; P3- Participante 3; P4- Participante 4.